

Marco André Serighelli  
(organizador)

# Intervenções Pedagógicas em **SOCIOLOGIA:** perspectivas teóricas e práticas

**EDITORA  
UNOESC**

© 2025 Editora Unoesc

Direitos desta edição reservados à Editora Unoesc

É proibida a reprodução desta obra, de toda ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios, sem a permissão expressa da editora.

Fone: (49) 3551-2065 - [www.unoesc.edu.br/editora](http://www.unoesc.edu.br/editora) - [editora@unoesc.edu.br](mailto:editora@unoesc.edu.br)

Editora Unoesc

Coordenação  
Tiago de Matia

Agente administrativa: Simone Dal Moro  
Revisão metodológica: Carlos Libman  
Projeto gráfico e capa: Simone Dal Moro  
Diagramação: Simone Dal Moro

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

|     |                                                                                                                                                                        |
|-----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| I61 | Intervenções pedagógicas em sociologia:<br>perspectivas teóricas e práticas / Marco André<br>Serighelli, organizador. – Joaçaba: Editora Unoesc, 2025.<br>250. ; 23 cm |
|     | Inclui bibliografias<br>ISBN e-book: 978-85-8422-253-7                                                                                                                 |
|     | 1. Sociologia – Estudo e ensino. 2. Sociologia<br>- Metodologia. 3. Sociologia - Pesquisa. I. Serighelli,<br>Marco André, (org.).                                      |
|     | CDD 301.07                                                                                                                                                             |

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca da Unoesc de Joaçaba

**Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc**

Reitor  
Ricardo Antonio De Marco

Vice-reitores de Campi  
Campus de Chapecó  
Carlos Eduardo Carvalho  
Campus de São Miguel do Oeste  
Vitor Carlos D'Agostini  
Campus de Videira  
Carla Fabiana Cazella  
Campus de Xanxerê  
Genesio Téio

Pró-reitora de Ensino  
Jaciney Aparecida Danielli

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-  
Graduação, Extensão e Inovação  
Kurt Schneider

Diretor Executivo  
Jarlei Sartori

**Conselho Editorial**

Kurt Schneider  
Tiago de Matia  
Aline Pertile Remor  
Marcos Cordeiro Freitas (suplente)  
Juliano Spuldaro  
Ieda margarete Oro (suplente)  
Robison Tramontina

Tiago Santos Rocha (suplente)  
Simone Silveira  
Maurício Vicente Alves (suplente)  
Rodrigo Geremias  
Marconi Januário (suplente)  
Marilda Pasqual Schneider  
Camila Rostirola (suplente)

**A revisão linguística é de responsabilidade dos autores.**

## DEDICATÓRIA

*A todos os professores de sociologia que, através do ensino e da reflexão crítica, buscam ser a força harmonizadora que equilibra a balança social, utilizando o conhecimento para moldar o caminho rumo a uma sociedade onde a igualdade e a dignidade prevaleçam.*

Marco André Serighelli



## SUMÁRIO

|                   |   |
|-------------------|---|
| DEDICATÓRIA ..... | 3 |
|-------------------|---|

### **Apresentação**

|                                                                   |   |
|-------------------------------------------------------------------|---|
| DIFERENTES PERSPECTIVAS PARA PRÁTICA DO ENSINO DE SOCIOLOGIA..... | 7 |
| Marco André Serighelli                                            |   |

### **Capítulo 1**

|                                                                                                        |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| A ORGANIZAÇÃO E AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA..... | 13 |
| Daniela Medeiros Dos Santos Stedile                                                                    |    |

### **Capítulo 2**

|                                                                                                           |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| O DILEMA DO ESTUDANTE TRABALHADOR NA PERSPECTIVA DA APRENDIZAGEM DE QUALIDADE: UM OLHAR DA SOCIOLOGIA ... | 56 |
| Elias Souza Ribeiro                                                                                       |    |

### **Capítulo 3**

|                                                                                                |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| DESIGUALDADES SOCIAIS E O MERCADO DE TRABALHO NO CONTEXTO DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO ..... | 80 |
| Patrícia Macagnan De Lima                                                                      |    |

### **Capítulo 4**

|                                                                                         |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| O DESAFIO DE CONCILIAR ESTUDO E TRABALHO NO ENSINO MÉDIO NA PERSPECTIVA DE FUTURO ..... | 107 |
| Chayane Antunes                                                                         |     |

## Capítulo 5

|                                                                                                                                        |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO EM SOCIOLOGIA:<br>DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA ESTUDANTES DE ENSINO<br>MÉDIO COM JORNADA DE TRABALHO ..... | 132 |
| Célia De Paula Antunes Crestani                                                                                                        |     |

## Capítulo 6

|                                                                                       |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| FORMAÇÃO CIDADÃ: COMPREENDENDO DIREITOS E DEVERES<br>NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA ..... | 154 |
| Gustavo Ogliari                                                                       |     |

## Capítulo 7

|                                                                                                                        |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO CIDADÃ DOS<br>ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO: EQUILÍBRIO ENTRE DIREITOS<br>E DEVERES ..... | 177 |
| Maidélly De Aquino Maciel Silva                                                                                        |     |

## Capítulo 8

|                                                                                      |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS PARA AULAS DE<br>SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO ..... | 206 |
| Deblamir Andolfato Storti                                                            |     |

## Posfácio

|                              |     |
|------------------------------|-----|
| O ENSINO DE SOCIOLOGIA ..... | 247 |
|------------------------------|-----|

# Apresentação

## DIFERENTES PERSPECTIVAS PARA PRÁTICA DO ENSINO DE SOCIOLOGIA

*Marco André Serighelli*

Os desencontros percebidos nas práticas pedagógicas no campo da Sociologia ressaltam a necessidade de explorar novas perspectivas dentro da cultura do ensino de Sociologia. Para tanto é necessário analisar os fenômenos sociais além das abordagens dogmáticas tradicionais, reconhecendo a diversidade dos fenômenos como uma oportunidade para construir um conhecimento sociológico mais abrangente. Esse conhecimento deve ser fundamentado em métodos conceituais e pluralistas, que considerem as múltiplas dimensões da realidade social.

Refletir sobre o ensino da Sociologia de uma maneira mais ampla e global nos leva a uma nova consciência sobre a instabilidade dos paradigmas atuais, possibilitando uma visão inovadora para o desenvolvimento do conhecimento pedagógicos e científico. Essa abordagem favorece a integração, o intercâmbio e a articulação entre pesquisadores, enriquecendo a construção do saber sociológico e promovendo uma abordagem mais flexível e dinâmica.

Essa nova perspectiva na formação sociológica, marcada por características epistemológicas distintas, propõe uma lógica e uma ética renovadas. Essas mudanças estimulam um debate mais aprofundado e a reestruturação das práticas pedagógicas. No contexto de uma nova era paradigmática, a pesquisa no campo do ensino da sociológica desempenha um papel importante na ampliação das atividades de

ensino-aprendizagem, oferecendo novas oportunidades para reflexões e investigações que enriquecem o campo.

O ensino de sociologia na educação básica ocupa um espaço importante no desenvolvimento do pensamento crítico e da cidadania. *Intervenções Pedagógicas em Sociologia: Perspectivas Teóricas e Práticas* é um livro projetado para professores das humanidades, oferecendo novas abordagens e perspectivas que enriquecem as práticas pedagógicas atuais.

Nosso principal objetivo é promover a colaboração entre estudantes em estágio e professores de sociologia, inspirando a criação de projetos que tragam inovação para a sala de aula. Cada capítulo combina teorias sociológicas e práticas educacionais para fornecer ferramentas valiosas a educadores comprometidos com a transformação do ensino. O livro reúne 8 projetos de intervenção pedagógicas sob a minha orientação, que abordam as preocupações mais contemporâneas e relevantes no campo da Sociologia, destacando as questões sociais e regionais. Essas preocupações estão alinhadas com a missão da Unesco, refletindo a importância do conhecimento na compreensão e no enfrentamento dos desafios sociais atuais.

No primeiro capítulo, Daniela Medeiros dos Santos Stedile explora a organização e as relações de trabalho na sociedade contemporânea, abordando suas complexidades e seu impacto direto na educação básica. Este capítulo enfatiza a importância de entender as estruturas econômicas e sociais que moldam o ambiente de trabalho, destacando como essas dinâmicas influenciam a formação dos estudantes. A autora argumenta que ao promover o desenvolvimento do pensamento crítico entre alunos do ensino médio, é possível capacitá-los a questionar e analisar as relações de trabalho e as desigualdades sociais. A sociologia é apresentada como uma ferramenta poderosa para essa análise, oferecendo aos alunos uma lente crítica para interpretar o mundo ao seu redor e fomentar a reflexão sobre sua posição dentro das estruturas sociais existentes.

No segundo capítulo, Elias Souza Ribeiro aborda o dilema enfrentado por grande parte dos estudantes trabalhadores, analisando como esses indivíduos podem superar os desafios de equilibrar trabalho e escola enquanto garantem uma aprendizagem de qualidade. O capítulo propõe estratégias práticas para ajudar os estudantes a gerenciarem melhor suas responsabilidades, sugerindo intervenções que podem ser implementadas tanto no âmbito escolar quanto no local de trabalho. O projeto de intervenção procura aliar a perspectiva de um suporte integrado que considere as necessidades individuais dos alunos trabalhadores, visando otimizar seu potencial acadêmico sem comprometer seu bem-estar.

O terceiro capítulo, escrito por Patrícia Macagnan de Lima, discute acerca de como as desigualdades sociais afetam as oportunidades de carreira dos estudantes e suas aspirações profissionais. Examina os mecanismos pelos quais diferenças socioeconômicas influenciam as escolhas de carreira dos alunos, abordando fatores como acesso desigual a recursos educacionais, preconceitos no mercado de trabalho e a influência de expectativas sociais. A autora argumenta que, ao compreender essas dinâmicas, educadores e formuladores de políticas podem desenvolver intervenções mais eficazes para apoiar alunos de diversas origens sociais, ajudando-os a alcançar seu potencial máximo.

Chayane Antunes, no capítulo quatro destaca a importância de conciliar estudo e trabalho, mostrando como essa habilidade pode ser uma oportunidade para mudanças significativas na vida dos alunos e na sociedade. Discute as competências que os alunos desenvolvem ao equilibrar essas responsabilidades, como gestão do tempo, resiliência e habilidades interpessoais, que são valiosas tanto no ambiente educacional quanto no profissional. Ela sugere que essas competências podem preparar os alunos para se tornarem agentes de mudança em suas comunidades, capacitando-os a enfrentar desafios sociais e econômicos com confiança e criatividade.

No quinto capítulo, Célia de Paula Antunes Crestani identifica os desafios enfrentados por estudantes que trabalham e propõe estratégias para superar esses desafios no contexto da construção de conhecimento em sociologia. Destaca como a jornada de trabalho pode impactar negativamente o desempenho acadêmico dos estudantes, influenciando sua capacidade de se concentrar e participar ativamente nas aulas. Em sua proposta de intervenção aponta para flexibilização do ensino e da prática pedagógica, que podem ajudar esses alunos a gerenciarem suas responsabilidades de forma mais eficaz.

Por sua vez, Gustavo Ogliari no capítulo seis, buscou discutir como o estudo da sociologia pode ajudar os alunos do ensino médio a compreenderem e exercer seus direitos e deveres na sociedade contemporânea, bem como fornecer um entendimento profundo das estruturas sociais e das dinâmicas de poder, na perspectiva de reconhecer seu papel como cidadãos ativos e informados. O capítulo propõe a incorporação de temas sociopolíticos relevantes no currículo, incentivando os alunos a participarem de debates e atividades que promovam a cidadania, tornando-os aptos a participar de maneira significativa nas decisões que afetam suas vidas e comunidades, fortalecendo o tecido social.

No capítulo sete, Maidélly de Aquino Maciel Silva, oferece estratégias educativas para promover o engajamento cívico dos alunos, equilibrando direitos e deveres. Este capítulo foca na importância de educar os alunos sobre seus direitos como cidadãos, ao mesmo tempo em que enfatiza a responsabilidade de cumprir deveres coletivos. Para isso, apresenta uma variedade de atividades práticas e abordagens pedagógicas que incentivam os alunos a se engajarem de maneira ativa em sua comunidade escolar e além dela. As estratégias sugeridas incluem projetos de serviço comunitário, debates em sala de aula e a integração de tecnologias digitais como meios para explorar questões sociais e cívicas.

O objetivo é cultivar um senso de responsabilidade social nos alunos, preparando-os para contribuir positivamente para a sociedade.

Finalmente, no oitavo capítulo, Deblamir Andolfato Storti, apresenta estratégias pedagógicas inovadoras para tornar as aulas de sociologia mais atraentes e envolventes. Foca em métodos de ensino que incentivem a curiosidade dos alunos sobre pensadores modernos e contemporâneos, tornando a sociologia uma disciplina dinâmica e relevante. O capítulo destaca o uso de tecnologias interativas, estudos de caso e abordagens de aprendizagem baseada em projetos para estimular o interesse dos alunos. Também discute a importância de contextualizar o ensino da sociologia dentro das experiências diárias dos alunos, conectando teorias sociológicas a questões sociais atuais. Ao adotar essas práticas, os educadores podem criar um ambiente de aprendizagem mais estimulante que promove o pensamento crítico e a criatividade.

Claudio Bertotto conclui a obra com um posfácio que sintetiza os desafios e avanços apresentados, oferecendo uma visão abrangente das possibilidades para a evolução contínua do ensino de sociologia. Ressalta a importância de uma abordagem educacional integrada que considere as necessidades e contextos dos alunos, promovendo a colaboração entre educadores, estudantes e comunidades para criar soluções inovadoras para os desafios educacionais contemporâneos.

Após essa breve apresentação do conteúdo, gostaríamos de ressaltar que a coletânea “INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS EM SOCIOLOGIA: perspectivas teóricas e práticas” está alinhada com as preocupações institucionais, assim como as do Núcleo Docente Estruturante (NDE), da Coordenação do Curso e das disciplinas de Estágio Supervisionado. Este alinhamento é dimensionado desde a fase inicial no desenvolvimento de trabalhos com temas atuais e contemporâneos.

Este livro é um recurso para professores de sociologia e das demais disciplinas das humanidades que desejam repensar e aprimorar suas

metodologias de ensino, integrando novas perspectivas e abordagens educacionais. Espera-se que esta obra inspire educadores a criar ambientes de aprendizagem mais ricos e significativos, preparando os estudantes para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

# Capítulo 1

## A ORGANIZAÇÃO E AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Daniela Medeiros Dos Santos Stedile

### INTRODUÇÃO

A organização e as relações de trabalho na sociedade contemporânea desempenham um papel crucial no contexto da Educação Básica, moldando não apenas o ambiente escolar, mas também as perspectivas e trajetórias dos estudantes. A dinâmica educacional reflete e, por sua vez, influencia as estruturas sociais e econômicas presentes, preparando os jovens para enfrentar desafios e oportunidades em um mundo em constante transformação.

Nesse sentido, o estágio de observação desempenha um papel crucial na formação dos futuros professores. A prática docente na área da Sociologia demanda uma compreensão profunda da sociedade, das dinâmicas sociais e dos fenômenos socioculturais.

Durante o estágio de observação, os acadêmicos têm a oportunidade de vivenciar de perto a realidade da sala de aula, observando as práticas pedagógicas, os métodos de ensino e as estratégias utilizadas pelos professores em exercício. Essa experiência *in loco* permite aos estudantes compreenderem as especificidades da docência em Sociologia,

relacionando os fundamentos teóricos aprendidos em sala de aula com sua aplicação prática.

Além disso, o período de observação proporciona aos acadêmicos a possibilidade de estabelecer um contato direto com os alunos, entendendo suas necessidades, interesses e dificuldades. Outro aspecto relevante do estágio de observação é a oportunidade de acompanhar o trabalho de professores experientes e estabelecer um diálogo com eles, trocando experiências e ampliando o repertório de estratégias pedagógicas.

O ensino médio representa uma fase importante na formação educacional dos jovens, marcada por diferentes características e desafios ao longo dos três anos. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/1996, as finalidades do Ensino Médio, conforme especificado no artigo 35, incluem: consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental para possibilitar a continuidade dos estudos; oferecer uma preparação básica para o trabalho e a cidadania, capacitando os estudantes a se adaptarem com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento; aprimorar o desenvolvimento humano dos alunos, incluindo a formação ética e a promoção da autonomia intelectual e do pensamento crítico; e proporcionar a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática em cada disciplina (Brasil, 1996).

Cada ano letivo, do 1º ao 3º ano, apresenta particularidades que refletem não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também o crescimento pessoal e social dos estudantes. Neste contexto, é fundamental compreender as nuances de cada turma para melhor adaptar os métodos educacionais e promover um ambiente de aprendizagem eficaz e inclusivo.

No 1º ano do Ensino Médio, os estudantes frequentemente estão em um período de transição, saindo do Ensino Fundamental e

ingressando em uma nova etapa. Caracteriza-se por uma maior adaptação ao ambiente escolar mais independente, onde começam a explorar diferentes disciplinas e áreas do conhecimento. Nesta etapa, é comum que os alunos estejam ainda se familiarizando com as expectativas acadêmicas e desenvolvendo habilidades de organização e autodisciplina.

No 2º ano, os estudantes geralmente consolidaram sua adaptação à rotina escolar e demonstram um maior amadurecimento tanto intelectual quanto emocional. Este período é marcado pelo aprofundamento nos estudos das disciplinas fundamentais, preparando-se para escolhas futuras, como vestibulares e decisões de carreira. Os alunos neste estágio tendem a demonstrar uma maior autonomia no aprendizado e uma compreensão mais crítica dos conteúdos abordados.

Finalmente, o 3º ano do Ensino Médio, os estudantes encontram-se no último ano desta etapa educacional, com o foco voltado para o ingresso no ensino superior ou no mercado de trabalho. Este ano é crucial, pois os alunos enfrentam a pressão dos exames finais e das decisões de vida adulta, exigindo um suporte educacional e emocional especialmente atento. É comum que nesta etapa os estudantes demonstrem uma maior maturidade acadêmica e um claro direcionamento em relação às suas futuras trajetórias.

Neste contexto, a escola não é apenas um espaço de transmissão de conhecimentos, mas também um ambiente onde se manifestam e se reproduzem as relações sociais e de trabalho predominantes na sociedade. A forma como as turmas são organizadas, os métodos de ensino adotados e as interações entre professores e alunos refletem as expectativas e demandas de um mercado globalizado e tecnologicamente avançado.

Ao explorar a organização e as relações de trabalho na Educação Básica, torna-se evidente a importância de compreender como esses elementos impactam a formação dos indivíduos e influenciam suas trajetórias pessoais e profissionais, não apenas capacitando os jovens com

conhecimentos acadêmicos, mas com habilidades críticas e adaptativas necessárias para navegar em um cenário globalizado e em constante transformações.

O projeto intitulado “A organização e as relações de trabalho na sociedade contemporânea no contexto da Educação Básica” será realizado no segundo semestre de 2024 na Escola de Educação Básica Professora Adelina Régis, situada à Rua XV de Novembro, nº 683, no bairro Centro, no município de Videira. As atividades ocorrerão nas salas do 1º ano, com alunos de 15 anos. No primeiro semestre de 2025, o projeto será aplicado na sala do 2º ano, com alunos de 16 anos. Em seguida, no segundo semestre de 2025, será realizado na sala do 3º ano, com alunos de 17 anos.

Por meio do trabalho, o ser humano não apenas produz bens materiais necessários para sua subsistência, mas também desenvolve habilidades, adquire conhecimento e estabelece relações sociais. Conforme Infranca (2014, p. 30), “o trabalho constitui o princípio do processo de humanização do homem, permitindo sua passagem do estágio meramente animal para um estágio no qual emergem as características peculiares do ser humano, e, dentre elas, a teleologia como ato consciente e criativo”. Dessa forma, o trabalho e seu contexto social exercem uma grande influência na construção do indivíduo, moldando sua identidade, autoimagem e relações sociais. É importante a reflexão e compreensão da estrutura social, bem como os fatores que influenciam nas relações de trabalho e na produção das desigualdades sociais, para que o indivíduo não fique alheio à sua própria constituição enquanto sujeito. Portanto, a questão central que guia esta pesquisa é: como a organização do trabalho impacta a vida em sociedade e a produção das desigualdades sociais no contexto dos alunos do Ensino Médio?

Para investigar essa problemática, surgem as seguintes questões de estudo: como trabalhar os principais conceitos e teorias sociológicas que ajudam a compreender as relações de trabalho na sociedade com os

alunos do Ensino Médio? De que forma a compreensão sobre o contexto histórico do mundo do trabalho auxilia na percepção das desigualdades sociais na contemporaneidade? Como os avanços tecnológicos e a globalização impactam a organização do trabalho e as desigualdades sociais? E como os alunos do Ensino Médio podem analisar as relações de poder no Toyotismo, considerando as desigualdades sociais inerentes a esse modelo de produção?

O objetivo geral deste projeto é promover o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos do Ensino Médio sobre as relações de trabalho e as desigualdades sociais presentes na sociedade, através da integração do ensino da Sociologia como ferramenta de análise e reflexão. Para atingir esse objetivo, propõem-se os seguintes objetivos específicos: trabalhar com os estudantes do Ensino Médio os principais conceitos e teorias sociológicas na perspectiva de compreender como se materializam as relações de trabalho na sociedade contemporânea; proporcionar atividades que desenvolvam a compreensão sobre o contexto histórico do mundo do trabalho, percebendo a origem das desigualdades sociais e seu impacto na contemporaneidade; possibilitar reflexões que contribuam para a compreensão sobre como os avanços tecnológicos e a globalização impactam as relações de trabalho e as desigualdades sociais; e compreender, a partir de uma perspectiva sociológica, as relações de trabalho no modo de produção Toyotista, considerando a produção das desigualdades sociais.

A justificativa para este projeto se encontra nas transformações que o trabalho sofreu ao longo da história. No início, os primeiros seres humanos dedicavam-se a caçar, pescar e coletar alimentos, além de construir abrigos simples. Com o tempo, desenvolveram técnicas agrícolas, como a domesticação de animais e o cultivo de plantas, o que lhes permitiu estabelecer assentamentos permanentes e criar excedentes de alimentos. À medida que as sociedades evoluíram, o trabalho se diversificou, resultando em diferentes profissões e especializações, como

artesãos, comerciantes, governantes e sacerdotes. O trabalho passou a desempenhar um papel importante na organização social e na criação de hierarquias. Segundo Marx (2002), o trabalho é um processo essencial em que o ser humano interage com a natureza, utilizando suas capacidades físicas para transformar a matéria natural em formas úteis para sua própria existência. É através do trabalho que o homem se distingue dos demais animais, humanizando a si mesmo e à natureza, imprimindo nela sua marca e produzindo modificações. O trabalho é fundamental para a produção de bens e serviços essenciais para a sobrevivência e desenvolvimento da sociedade, além de estabelecer relações sociais, hierarquias e divisões de classe, influenciando diretamente na estrutura social.

Compreender as relações de trabalho em uma sociedade específica possibilita um melhor entendimento de sua estrutura social, desigualdades e formas de organização econômica e política. O trabalho constitui o ponto de partida para a análise das relações de produção e distribuição de riquezas na sociedade. Portanto, o tema “A organização e as relações de trabalho na sociedade contemporânea no contexto da Educação Básica” apresenta-se como uma escolha relevante e necessária para um projeto de estágio de Licenciatura em Sociologia voltado aos alunos do ensino médio, visando explorar e analisar as dinâmicas atuais do mundo do trabalho. Essa abordagem é fundamental para a compreensão não apenas das estruturas econômicas, mas também das relações sociais que moldam a vida dos indivíduos. Ao estudar os fundamentos materiais da sociedade por meio do trabalho, é possível compreender as estruturas sociais, econômicas e culturais que caracterizam uma determinada sociedade.

## 1 REVISÃO DE LITERATURA

A fundamentação teórica consiste na revisão de literatura especializada sobre o tema, buscando identificar as principais teorias, conceitos e estudos já realizados na área. Neste estudo, o tema abordado é impactos da organização do trabalho na vida em sociedade, pois, a organização do trabalho teve um impacto significativo na vida em sociedade ao longo da história, influenciando a estrutura social, a migração, os conflitos sociais, a desigualdade e as dinâmicas familiares.

Nesse sentido, serão apresentados conceitos fundamentais, as principais abordagens teóricas utilizadas na área. Logo, este estudo a fundamentação teórica está organizado em seções e subseções que abordam a revisão de estudos anteriores sobre a organização e as relações de trabalho na sociedade contemporânea, por meio de pesquisa documental, logo em seguida, apresentam-se a revolução industrial e a organização do trabalho, contexto histórico sobre o mundo do trabalho e a origem das desigualdades sociais, bem como as transformações do mundo do trabalho na contemporaneidade.

### 1.1 REVISÃO DOS ESTUDOS ANTERIORES SOBRE A ORGANIZAÇÃO E AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

A sociologia na perspectiva marxista tem como base o pensamento do filósofo e sociólogo Karl Marx, essa abordagem busca compreender as relações sociais a partir das estruturas econômicas e das lutas de classes dentro de um contexto de sociedades capitalistas. Gonçalves Filho, Fernandes e Pinto (2019), apresentam uma reflexão sobre as discussões acerca dos pressupostos da Sociologia clássica pertinentes a educação.

Neste contexto, destaca-se Karl Marx, o qual não se direcionou de forma direta para a educação, mas desenvolveu apontamentos como parte de uma teorização geral – o que não ignora a educação.

Segundo Gonçalves Filho, Fernandes e Pinto (2019), na concepção marxista a sociedade é moldada pelas relações de produção, ou seja, pela forma como os meios de produção são controlados e como o trabalho é organizado. Nessa perspectiva, a classe dominante detém o controle dos meios de produção e explora a classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho em troca de um salário.

Para Marx essa exploração e desigualdade são intrínsecas ao próprio funcionamento do sistema, que visa principalmente a acumulação de capital (Gonçalves Filho; Fernandes; Pinto, 2019). A educação dentro dessa perspectiva é vista como um instrumento de reprodução das desigualdades sociais, sendo que a escola ao transmitir os valores e conhecimentos da classe dominante, reproduz e legitima as diferenças de classe, mantendo assim a estrutura de poder existente (Gonçalves Filho; Fernandes; Pinto, 2019).

Os autores Rocha e Castro (2022), abordam em seu artigo, em linhas gerais, a relação entre o processo de surgimento do homem considerando-o, desta maneira, como ser histórico, e o nascimento do trabalho e da educação. Eles traçam sinteticamente o percurso histórico da educação dualista brasileira, relacionando o sistema capitalista e os processos de desigualdades sociais.

O homem, assim como os demais seres vivos, precisa estar em constante relação com a natureza. Sem a interação com o meio natural, não conseguiria os elementos essenciais para a sua sobrevivência e a reprodução como espécie. Partindo desse pressuposto Marx (2004, p. 127) afirma que:

O homem é imediatamente ser natural. Como ser natural e como ser natural vivo, está por um lado munido de forças naturais, de forças vitais, é um ser natural ativo; estas forças existem como possibilidades e capacidades, como pulsões; por outro, enquanto ser natural, corpóreo, sensível, objetivo, ele é um ser que sofre dependente e limitado. Mas esses objetos são objetos de seu carecimento, objetos essenciais e indispensáveis para a atuação e confirmação de suas forças essenciais.

Portanto, o homem não é um simples animal que se adaptaria ao meio ambiente, segundo as leis da seleção natural. Para Marx (2004), o homem munido de suas próprias forças naturais, é um ser ativo no qual essas forças apresentar-se-iam como capacidades e possibilidades de transformação da natureza em prol da garantia das necessidades de subsistência.

O trabalho e a educação são processos que distinguem o ser humano dos demais animais. Enquanto os animais dependem basicamente dos instintos para sobreviver, o ser humano é capaz de utilizar seu conhecimento e suas habilidades para se adaptar e transformar o ambiente em que vive. Esses processos são intrínsecos à existência humana e desempenham um papel fundamental para a garantia de sua supremacia intelectual e física sobre os demais seres vivos. Conforme Saviani (2007, p. 154):

[...] a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações.

Segundo Marx (2004), com a divisão do trabalho algumas pessoas se tornaram proprietários dos meios de produção, como terras, fábricas

e máquinas, enquanto outras se tornaram mão de obra, fornecendo sua força de trabalho em troca de um salário. Essa divisão resultou na formação de diferentes classes sociais, com os proprietários dos meios de produção, também conhecidos como burguesia no topo da hierarquia e os trabalhadores assalariados, conhecidos como proletariado, na base.

Esse contexto repercute no âmbito educacional, conforme Rocha e Castro (2022) descrevem, ocorrendo uma divisão social na educação, o dualismo como é notoriamente conhecido, que teve início desde tempos remotos e perdura ao longo da história, perpassando até a atualidade, uma direcionada à elite política e econômica que detém os meios de produção, e direcionada à classe subalterna, que geralmente é composta por assalariados.

[...] a constituição da sociedade capitalista e o advento da indústria moderna ocorre a universalização da escola primária que promoveu a socialização dos indivíduos, se enquadrando às necessidades de convivência da sociedade moderna. Assim, além do processo de mecanização das operações manuais, surge a necessidade de realização de atividades complementares que exigiam qualificações específicas, voltadas para os cursos profissionalizantes. Neste momento a base comum da escola primária dividiu-se entre escolas de formação geral e escolas profissionais; mantendo mais uma vez a divisão entre as modalidades de escolas; àquela das profissões manuais para a execução de tarefas delimitadas, dispensando os fundamentos teóricos e aquela destinada a preparar as elites e representantes da classe dirigente (Saviani, 2007, p. 157).

Essa divisão entre modalidades de escolas persiste até os dias atuais, mantendo a separação entre educação para o trabalho manual e educação mais teórica e voltada para as elites, esse dualismo serve como um mecanismo de reprodução e manutenção das desigualdades sociais

O artigo escrito por Gomes (2021) traz à discussão da função social da escola, que é proporcionar uma educação emancipatória capacitando os indivíduos a se tornarem agentes de mudança na sociedade, proporcionando-lhes conhecimentos, habilidades e valores que os ajudem a compreender e questionar a realidade em que vivem.

Freire (1996), destaca que desde os primórdios da humanidade, a pobreza e a desigualdade estiveram presentes, quase sempre despertando intensas reações de ordem moral. A escola pública muitas vezes acaba reforçando as desigualdades presentes em nossa sociedade, isso ocorre devido a diversos fatores, como a falta de investimento adequado, a precariedade das estruturas e a ausência de recursos pedagógicos.

Os autores Borges e Cavalcante (2021) abordam em seu artigo a relação da educação na sociedade capitalista, com destaque para uma educação que ocorre em todos os espaços sociais formais e informais, sobre influência direta pelo modo de produção vigente.

Conforme afirma Brandão (2002), a sociedade atual é sustentada pelos princípios do capitalismo. Somos seres constituintes dessa sociedade e colaboramos para a perpetuação deste modelo. A educação acontece muito além da educação escolar, se materializa em todos os espaços sociais por meio da cultura. Nessa perspectiva, Borges e Cavalcante (2021) fazem uma reflexão sobre os conceitos de educação, cultura, alienação e como eles estão diretamente vinculados à formação na sociedade capitalista, a fim de perceber as influências do sistema vigente da sociedade na educação.

Teixeira (2015) aponta, em seu texto, que a educação escolar na contemporaneidade capitalista recebe influências cada vez mais marcantes advindas do mundo do trabalho. Ou seja, este exerce uma forte influência sobre o currículo escolar, com uma ênfase crescente em competências e habilidades consideradas necessárias para o mercado de

trabalho. Isso leva à redução do espaço para o conhecimento crítico e reflexivo, em favor de um enfoque pragmático e utilitarista.

A relação entre educação e trabalho é um desdobramento do *modus operandi* do sistema político, econômico e social. Isso sugere que a educação atua tanto na formação elementar quanto na preparação da mão de obra — a massa trabalhadora para a indústria, comércio e serviços — instrumentalizada e disciplinada para o trabalho.

Apesar dos insights valiosos fornecidos pelos estudos mencionados, existem lacunas significativas que este projeto de estágio pretende explorar como a intervenção prática, embora haja uma compreensão teórica sobre como a educação e o trabalho estão interligados, há uma falta de estudos que explorem intervenções práticas dentro das escolas. Este projeto visa implementar estratégias pedagógicas que possam mitigar as desigualdades e promover um entendimento crítico entre os estudantes sobre as relações de trabalho, buscando incluir a perspectiva dos alunos do ensino médio, entendendo suas percepções e experiências diretas com as relações de trabalho e educação.

## 1.2 REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

No início, as atividades de trabalho eram predominantemente artesanais, realizadas por indivíduos em pequenas oficinas ou em suas próprias casas. Segundo Oliveira (2017), o trabalhador era responsável por todo o processo de produção, desde a obtenção da matéria-prima até a entrega do produto final.

No entanto, com o surgimento da Revolução Industrial no século XVIII, profundas mudanças ocorreram, incluindo a substituição do trabalho rural e do artesanato pelas atividades industriais. A migração

em massa dos trabalhadores do campo para as cidades teve um impacto significativo em suas vidas. Merlo e Lapis (2007) descrevem que, eles enfrentavam longas jornadas de trabalho, muitas vezes chegando a 12 ou mais horas por dia, e condições de trabalho extremamente precárias. As fábricas eram sujas, barulhentas e perigosas, com máquinas arriscadas e falta de medidas de segurança adequadas.

Conforme destaca Berlinguer (1988), “assim, modificaram-se radicalmente as condições de vida do trabalhador, mas a miséria, o serviço estafante e prolongado, as péssimas condições de moradia e de alimentação prosseguiram, afligindo a classe trabalhadora.”

A Revolução Industrial não se restringe apenas a avanços tecnológicos e mudanças na produção, mas também abrange transformações políticas, econômicas e sociais, como o surgimento do capitalismo, que afetaram profundamente a sociedade da época e que continuam a influenciar o mundo contemporâneo. Esse período é contextualizado por Karl Marx e Friedrich Engels (2011, p. 46):

O modo de exploração feudal ou corporativo da indústria existente até então não mais atendia às necessidades que aumentavam com o crescimento dos novos mercados. A manufatura tomou o seu lugar. Os mestres-artesãos foram suplantados pela pequena burguesia industrial; a divisão do trabalho entre as diversas corporações desapareceu diante da divisão do trabalho dentro de cada oficina. Os mercados, no entanto, continuavam a crescer e continuavam a aumentar as necessidades. A própria manufatura tornou-se insuficiente. Em consequência, o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. O lugar da manufatura foi ocupado pela grande indústria moderna; a média burguesia manufatureira foi perdendo seu espaço cedendo lugar aos industriais milionários, aos chefes de exércitos industriais inteiros, aos burgueses modernos.

Essas mudanças resultaram em um rápido crescimento econômico e aumento da produtividade, permitindo o surgimento de novas classes sociais, como a burguesia industrial e o proletariado. A Revolução Industrial trouxe consigo a urbanização, com a concentração de pessoas nas cidades em busca de trabalho nas fábricas. De acordo com Merlo e Lapis (2007), a industrialização impulsionou o desenvolvimento tecnológico, com a criação de novas máquinas e métodos de produção. Isso resultou em avanços significativos nos setores de transporte, comunicação e energia, impulsionando ainda mais o crescimento econômico.

De acordo com Merlo e Lapis (2007), a Segunda Revolução Industrial, no final do século XIX e início do século XX, iniciou-se nos EUA, período em que a economia passou por grandes transformações, marcada pelo desenvolvimento da indústria e pela expansão do capitalismo. Uma das principais inovações dessa revolução foi a implementação de novas tecnologias, como a eletricidade, que passou gradativamente a fazer parte do cotidiano das cidades e a alimentar os motores das fábricas. Em sua análise Merlo e Lapis (2007) apontam que, esse período caracterizou-se pela administração científica do trabalho e pela produção em série. Foi a época da difusão do modelo taylorista/fordista de organização do trabalho, da rígida especialização das tarefas e da racionalização da produção.

O taylorismo baseia-se na estreita separação entre as tarefas de concepção e de execução, acompanhada de uma parcelização das últimas, devendo cada operário, em última análise, executar apenas alguns gestos elementares (Bihr, 1998, p. 39 *apud* Nogueira, 2010, p. 27).

O taylorismo se baseava na ideia de que as tarefas deveriam ser divididas em partes menores e especializadas, de modo que cada trabalhador realizasse uma única tarefa repetitiva e específica. Isso

resultou em um aumento da produção e da capacidade de controle e supervisão nas fábricas. Também preconizava a aplicação de métodos científicos para a determinação do tempo e dos movimentos mais eficientes para a execução de cada tarefa, buscando eliminar desperdícios e padronizar os processos de trabalho.

A administração científica de Taylor (1995) visava racionalizar a organização do trabalho, o que envolvia buscar normas, procedimentos sistemáticos e uniformes. Pela observação, pela descrição e pela medição, seria possível simplificar as operações, eliminar os movimentos desnecessários, lentos e ineficientes e encontrar “o modo melhor”, o movimento certo e mais rápido em todos os ofícios. Embora a cronometragem já houvesse sido utilizada para coordenar e acelerar o trabalho, com Taylor, o estudo do tempo, associado ao estudo dos movimentos, levou à busca do único e melhor método de execução como norma a ser seguida permanentemente pela empresa (Merlo; Lapis, 2006, p. 62).

O modelo taylorista também introduziu a especialização das funções, ou seja, cada trabalhador era responsável por uma tarefa específica e repetitiva, permitindo um maior controle sobre o trabalho e facilitando a substituição de funcionários, pois qualquer pessoa poderia ser treinada para executar uma única atividade. No entanto, o trabalho transformou-se em uma atividade parcelada, repetitiva e sem sentido, retirando do indivíduo a sua capacidade criativa.

Conforme Gramsci (2001, p. 397) destacou:

Taylor exprime com cinismo brutal o objetivo da sociedade americana: desenvolver ao máximo, no trabalhador, as atitudes maquinais e automáticas, romper o velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado, que exigia uma determinada participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas

ao aspecto físico maquinal. Mas, na realidade, não se trata de novidades originais, trata-se somente da fase mais recente de um longo processo que começou com o próprio nascimento do industrialismo, fase que é apenas mais intensa do que as precedentes e manifesta-se sob formas mais brutais, mas que também será superada com a criação de um novo nexos psicofísico de um tipo diferente dos precedentes e, indubitavelmente, superior.

Consoante o autor, Dejours (1993), destaca que a principal crítica dirigida ao taylorismo é a de que ele impede a conquista da identidade no trabalho. A organização científica do trabalho não se limita apenas à desapropriação do saber; ela inibe também qualquer iniciativa de organização e de adaptação ao trabalho, pois tal adaptação exige uma atividade intelectual e cognitiva não almejada pelo taylorismo.

Conforme Nogueira (2010), esse modelo de organização do trabalho, juntamente com os princípios da produção em massa, desenvolvidos por Henry Ford em 1913, tinha como objetivo aumentar a produção e, assim, atender a um elevado número de consumidores.

O fordismo foi baseado na ideia de produção em larga escala, utilizando linhas de montagem e especialização do trabalho para aumentar a eficiência e reduzir os custos de produção. Ford introduziu salários mais altos para os trabalhadores, a fim de incentivar o consumo de massas e impulsionar a economia (Merlo e Lapis, 2007),

Segundo Harvey (1992, p. 121) o que foi especial e inovador em Ford foi:

[...] seu reconhecimento explícito de que a produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.

Nessa perspectiva, o taylorismo e o fordismo foram sistemas de organização do trabalho que buscavam maximizar a produtividade e os lucros, por meio da padronização das tarefas e da especialização dos trabalhadores. Eles visavam criar uma classe trabalhadora adaptada a esse tipo de produção, onde os trabalhadores, eram vistos como meros operadores de máquinas e ferramentas, com pouca autonomia e responsabilidade sobre o processo produtivo.

É claro que eles não se preocupam com a “humanidade” e a “espiritualidade” do trabalhador, que são imediatamente esmagadas. Esta “humanidade e espiritualidade” só podem existir no mundo da produção e do trabalho, na “criação” produtiva; elas eram absolutas no artesanato, no “demiurgo”, quando a personalidade do trabalhador refletia-se no objeto criado, quando era ainda bastante forte o laço entre arte e trabalho. Mas é exatamente contra este “humanismo” que luta o novo industrialismo. As iniciativas “puritanas” só têm o objetivo de conservar, fora do trabalho, um determinado equilíbrio psicofísico que impeça o colapso fisiológico do trabalhador, premido pelo novo método de produção. Este equilíbrio só pode ser externo e mecânico, mas poderá tornar-se interno se for proposto pelo próprio trabalhador, e não imposto de fora; se for proposto por uma nova forma de sociedade, com meios apropriados e originais (Gramsci, 1991, p. 398).

De acordo com Merlo e Lapis (2007), o modelo taylorista/fordista, com suas particularidades, prevaleceu como modo de organizar o trabalho e a produção nos países capitalistas desenvolvidos até meados dos anos 70. Nessa época, a “era de ouro” do capitalismo, caracterizada por crescimento econômico e relativa redistribuição de renda, estava chegando ao fim. O modelo de produção em massa exigia crescimento estável em mercados de consumo constantes.

A decadência do taylorismo e fordismo pode ser atribuída a uma série de fatores, incluindo mudanças no ambiente econômico e social, avanços tecnológicos e transformações nas expectativas dos trabalhadores. Segundo Mészáros (2002), isso desencadeou um amplo processo de reestruturação produtiva e dominação política, sob a condução do mundo financeiro, que visava, por um lado, recuperar seu ciclo reprodutivo e, ao mesmo tempo, restaurar seu projeto de hegemonia, confrontado pelas lutas operárias. Lutas estas que, especialmente em 1968, questionaram alguns dos pilares da sociedade capitalista e seus mecanismos de controle social.

Harvey (1992), ainda destaca que o toyotismo, como ficou conhecido em sua expansão global a partir dos anos 1980, configurou um novo padrão de acumulação que, sem abolir totalmente o taylorismo-fordismo, combinou elementos de continuidade e descontinuidade. Dessa forma, surgem necessidades e um perfil diferenciado de profissionais, que devem se atentar às mudanças, ser flexíveis e tolerantes, fazendo uso de recursos tecnológicos para se enquadrar às exigências do mercado contemporâneo.

A difusão da microeletrônica e das novas tecnologias de automação e informática desencadeou mudanças significativas na forma como o trabalho é realizado. De acordo com Merlo e Lapis (2007), isso levou a uma maior internacionalização dos mercados e da produção, afetando a organização fordista tradicional. As indústrias passaram a ser capazes de produzir em diferentes locais ao redor do mundo e se adaptar rapidamente às demandas do mercado. Essas transformações impactaram profundamente a regulação fordista, que era baseada em produção em massa e em uma hierarquia rígida de trabalho.

Com a evolução do modelo de produção e a introdução de novas tecnologias, as demandas em relação ao trabalhador também mudaram. Conforme apontam Merlo e Lapis (2007), agora, é necessário

que o trabalhador esteja mais escolarizado, com habilidades lógicas e capacidade de se relacionar com outros colegas e operar equipamentos complexos. É importante que o trabalhador esteja motivado e engajado com os objetivos da empresa, sendo um colaborador ativo no processo produtivo.

O principal objetivo dessas transformações na gestão do trabalho é aumentar a eficiência e a produtividade, reduzindo o tempo e os custos de produção. Para Merlo e Lapis (2007), isso implica na busca por trabalhadores mais qualificados, adaptáveis e motivados, capazes de lidar com diferentes tarefas e de trabalhar em equipe. No modelo taylorista-fordista, o trabalhador era submetido a um controle rígido e a um trabalho repetitivo e fragmentado. Já no toyotismo, há uma maior flexibilidade e participação do trabalhador, que passa a ser polivalente e responsável por diferentes etapas do processo produtivo.

No toyotismo, a pressão e o controle são exercidos pelo próprio grupo de trabalho, o que cria um ambiente motivador e estimulante. Os trabalhadores são incentivados a buscar constantemente melhorias e a resolver problemas de forma colaborativa.

Diante das transformações impostas pelo capitalismo, os trabalhadores adaptaram-se às novas configurações do ambiente de trabalho, desenvolvendo competências específicas para a expansão do capital e, assim, servindo à empresa com as exigências de alta produtividade e rotação de tarefas sob a desculpa do bem-estar dos trabalhadores.

Diante da fragilidade tecnológica, o capital passou a valorizar aspectos humanos do trabalhador que haviam sido negligenciados por modelos anteriores, como o taylorismo. Essa mudança, motivada pela complexidade das estruturas técnico-organizacionais, levou à incorporação de características sociais e psicológicas do trabalhador coletivo por meio de práticas como o trabalho em equipe e os círculos

de qualidade. Tais estratégias representam novas formas de gestão que buscam alinhar os trabalhadores aos objetivos empresariais.

Portanto, nessa forma de organização do trabalho, o objetivo básico é promover um maior envolvimento e comprometimento dos trabalhadores no processo produtivo, destacando-se a posição privilegiada do operário polivalente, ou seja, aquele que é capaz de realizar múltiplas tarefas.

### **1.2.1 Contexto histórico sobre o mundo do trabalho e a origem das desigualdades sociais**

O contexto histórico do mundo do trabalho e a origem das desigualdades sociais estão intrinsecamente ligados à evolução dos modos de produção ao longo dos séculos. Na perspectiva de Carvalho (2018), desde as sociedades pré-capitalistas até o advento do capitalismo industrial, as relações de trabalho têm sido um fator determinante na configuração das desigualdades sociais, não é possível afirmar exatamente o período de surgimento da pobreza no mundo. Contudo, está evidente que esse fenômeno acompanha o ser humano desde suas origens.

Segundo Mandel (1982, p. 16), a história representa uma pequena parte da vida humana na Terra, sendo precedida pela pré-história. Ele argumenta que, “durante a maior parte da sua existência pré-histórica, o homem viveu em condições de extrema pobreza. Os homens só podiam encontrar a alimentação necessária à sua subsistência pela caça, a pesca e a colheita de frutos. A humanidade viveu como parasita da natureza, visto que não aumentava os recursos naturais que se encontravam na base da sua subsistência. Não tinham qualquer controle sobre estes recursos”.

Com o desenvolvimento das primeiras sociedades agrícolas, houve uma mudança significativa na forma como os recursos eram

obtidos e geridos. Carvalho (2018) afirma que a domesticação de plantas e animais permitiu um controle maior sobre a produção de alimentos, possibilitando o surgimento de excedentes. Contudo, essa mudança também trouxe novas formas de desigualdade. A capacidade de acumular e armazenar recursos deu origem a estruturas sociais mais complexas e hierárquicas, onde o acesso aos recursos tornou-se desigual.

A adoção da agricultura marcou uma transformação decisiva na trajetória humana, possibilitando o surgimento de sociedades complexas e o avanço tecnológico, embora também tenha provocado significativas desigualdades sociais.

Para Mandel (1982, p. 17):

O aparecimento de um largo excedente permanente de víveres transformou as condições da organização social. Enquanto este excedente foi relativamente pequeno e disseminado pelas aldeias, não modificou a estrutura igualitária da comunidade aldeã [...]. Mas quando estes excedentes são concentrados em grandes espaços pelos chefes militares ou religiosos, ou quando se tornam mais abundantes na aldeia graças à melhoria dos métodos de cultura, podem então criar as condições para o aparecimento de uma desigualdade social.

Desta forma, como consequência da produção do excedente, as trocas foram intensificadas e o comércio floresceu. Segundo Carvalho (2018), com o tempo, o comércio se desenvolveu ainda mais, especialmente estimulado pelo consumo de mercadorias por parte da nobreza, usando o dinheiro como moeda de troca, originando uma nova forma de riqueza, baseada na acumulação. Além disso, a atividade comercial foi impulsionada pelas relações mercantis estabelecidas entre regiões distantes, o que estimulou o surgimento das cidades. Conforme Lessa e Tonet (2011, p. 63), “com o comércio e as cidades, surgiram duas novas classes sociais: os artesãos e os comerciantes, também chamados

de burgueses”. Assim, delinearam-se as bases do modo de produção capitalista.

De acordo com Maciel, Sousa e Souza (2018), proprietário de seu trabalho, cada trabalhador poderia, de forma igual (todos se beneficiariam e seria uma relação justa), trocar, no mercado, a quantidade de produtos que excedesse seu consumo pessoal. Considerando que todos os demais trabalhadores estariam na mesma situação, o mercado permitiria que o trabalhador que produzisse uma determinada mercadoria encontrasse quem estivesse interessado em comprá-la, obtendo assim a mercadoria que desejasse. Isso resultaria em um equilíbrio geral na sociedade por meio do mercado.

A divisão do trabalho contribui significativamente para o aumento da produção nos diversos ofícios, o que, em uma sociedade bem-organizada, gera uma riqueza amplamente distribuída, alcançando inclusive as classes mais baixas. Cada trabalhador produz mais do que consome e, como todos os demais estão na mesma condição, há possibilidade de trocas vantajosas: cada um oferece o que tem em excesso e recebe o que necessita. Esse intercâmbio gera uma circulação abundante de bens em todas as camadas sociais.

A divisão do trabalho e sua consequente força produtiva eram a base para explicar a produção de riquezas nessa sociedade. Nesse sentido, o trabalho será considerado fundamental na construção da riqueza, legitimando a propriedade privada e sustentando a sociedade capitalista.

Conforme Maciel, Sousa e Souza (2018), elucidam, com o estabelecimento da propriedade privada é necessário preservá-la e para isso, são necessárias as instituições sociais para protegê-las, pois apesar de sua origem ser o trabalho individual, nem todos os seres humanos se dedicaram igualmente ao trabalho, e, portanto, não merecem desfrutar dos bens ganhos por outros.

Dessa forma, enquanto ocorre o aumento da produtividade do trabalho, há também a transformação das relações sociais de produção em direção à posse privada dos meios de produção. Para Mandel (1982), essa propriedade privada divide os membros da sociedade em dois grupos antagônicos, estabelecendo assim a sociedade de classes. O surgimento das classes sociais origina o Estado, que se constitui na principal instituição de manutenção das condições sociais estabelecidas, ou seja, é o legitimador da desigualdade social.

Em outras palavras, é importante destacar que o Estado não existiu desde sempre; de fato, as comunidades primitivas nem sequer tinham a noção de Estado. As normas sociais e morais de convivência eram estabelecidas coletivamente. Como afirmam Lessa e Tonet (2011, p. 54):

Na comunidade primitiva, também existia a autoridade, mas não existia o Estado. Nela, a autoridade, baseada na idade, na sabedoria, na experiência de vida, nos dotes físicos etc. não estavam a serviço da exploração do homem pelo homem, ao contrário das sociedades de classes, nas quais a autoridade tem por função social o domínio de uma parte da sociedade sobre outra.

Portanto, o surgimento do Estado está diretamente relacionado à necessidade de controlar e legitimar as desigualdades sociais decorrentes da divisão do trabalho e da propriedade privada. Segundo Carvalho (2018), este processo histórico marca a transição de sociedades igualitárias para sociedades estratificadas, onde o poder político e econômico está concentrado nas mãos de uma minoria que detém os meios de produção, enquanto a maioria da população é relegada à condição de trabalhadora submissa.

Essa configuração se perpetua e se complexifica no modo de produção capitalista, onde a exploração do trabalho e a acumulação

de capital intensificam as desigualdades sociais. Sendo assim Carvalho (2018), relata que, no capitalismo, a posse privada dos meios de produção divide a sociedade em duas classes principais: a burguesia, que detém o capital e os meios de produção, e o proletariado, que vende sua força de trabalho em troca de um salário. A exploração da classe trabalhadora é intrínseca ao sistema capitalista, pois é através da mais-valia, o excedente de trabalho não pago ao trabalhador, que o capitalista acumula riqueza.

Conforme Marx (1996), a relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de realização do trabalho. Nesse contexto, a acumulação primitiva é o processo histórico que promove a separação entre o produtor e os meios de produção. Carvalho (2018) relata que a estrutura econômica da sociedade capitalista teve suas raízes na estrutura econômica da sociedade feudal e, inicialmente, foi caracterizada pela expulsão violenta dos camponeses de suas terras. Aqueles que resistiram a essa expulsão foram severamente punidos. Como consequência da expulsão dos trabalhadores do campo, eles se viram obrigados a vender sua força de trabalho aos capitalistas. A submissão ao trabalho assalariado tornou-se, então, a única forma de garantir a sobrevivência.

Percebe-se que o Estado implementa variados dispositivos jurídico-legais para coagir os trabalhadores, com o objetivo de proteger a propriedade privada e consolidar o sistema capitalista de produção, evidenciando a importância do Estado na formação desse sistema. Como destacado por Engels (2002), o Estado serve unicamente à classe dominante e tem como essência a repressão da classe trabalhadora explorada.

Assim, compreende-se que, no modo de produção capitalista, as relações sociais se baseiam na propriedade privada dos meios de produção. Conforme Carvalho (2018) afirma, essa estrutura gera uma contradição essencial: a produção é social, mas a riqueza é apropriada de

forma privada. Nesse sistema, uma minoria detém os meios de produção, enquanto a maioria possui apenas sua força de trabalho.

Para Marx (2002), no sistema capitalista, a lógica fundamental é a geração contínua de excedente, o que implica que o trabalho só adquire valor de troca se contribuir para ampliar o capital, especialmente por meio da extração de trabalho não pago. Para que isso aconteça, é necessário que a força de trabalho seja constantemente inserida no ciclo produtivo e que a riqueza seja sistematicamente acumulada e reinvestida como capital.

Dessa forma, fica claro que o desenvolvimento do sistema capitalista gera desigualdade e pobreza, e quanto mais ele se expande, mais profunda é a exploração.

Como afirma Marx (2006, p. 11):

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens.

Como Carvalho (2018) destaca, o modo de produção capitalista baseia-se na exploração do trabalho. Essa exploração é realizada pela classe que detém a propriedade ou os meios de produção, a burguesia. Ao proletariado, que é o produtor direto, resta apenas vender sua força de trabalho como mercadoria para obter os bens materiais necessários à sua sobrevivência.

Para Carvalho (2018) compreender a exploração da classe trabalhadora revela a injustiça inerente à lógica do modo de produção

capitalista, pois, manifesta-se a contradição do capitalismo, evidenciando que a desigualdade é um elemento indispensável para esse sistema. O capitalismo fundamenta-se na desigualdade para garantir sua expansão.

Segundo Carvalho (2018), a acumulação de capital tem um impacto considerável sobre a classe trabalhadora, ou seja, a existência de um grande contingente de trabalhadores que não conseguem vender sua força de trabalho, conhecidos como desempregados ou “sobrantes”. Carvalho (2018) expõe que à medida que a acumulação aumenta, mais capital é investido na compra de meios de produção, enquanto uma menor parte é destinada à força de trabalho, gerando uma massa de indivíduos que dificilmente são absorvidos pelo mercado de trabalho, favorecendo a ampliação do capital e mantendo a exploração e os baixos salários daqueles que estão empregados.

Acumular capital significa acumular proletariado. A superpopulação é fundamental para o capitalista, pois contribui diretamente para seu desenvolvimento, fornecendo uma reserva de trabalhadores sempre disponíveis e alimentando a concorrência entre eles. Esses trabalhadores excedentes reduzem as reivindicações salariais e ajudam a manter os salários baixos.

Marx e Engels (2011), compreendem que, a produção da pobreza extrema é uma consequência inevitável do funcionamento do capitalismo. Quanto maior o crescimento da reserva de força de trabalho em relação aos que estão empregados, maior também é a expansão da miséria institucionalizada. Assim, o avanço da acumulação de capital está diretamente associado à intensificação das condições precárias de vida da classe trabalhadora, resultando em aumento da desigualdade, sofrimento, exclusão e submissão daqueles que produzem a riqueza.

Diante disso Martinelli (2009, p. 18-19), salienta que o progresso capitalista, “se fizera à custa da exploração da classe trabalhadora, cujo processo de pauperização caminhara com a mesma intensidade em que

se dera a concentração da riqueza nas mãos da burguesia”. À medida que o processo de acumulação do capital expande produz-se em paralelo a situação de extrema pobreza.

Portanto, a reprodução da pobreza é fundamental para o avanço do sistema, pois quanto maior for a quantidade de riqueza socialmente produzida, maior será o nível de acumulação para um pequeno percentual de detentores do capital. Consequentemente, aumenta-se também o número de empobrecidos que não usufruem da riqueza socialmente produzida. Em uma sociedade de classes, como a capitalista, o trabalho apresenta aspectos contraditórios, pois, através das relações de exploração, o mesmo trabalho que cria riqueza também produz pobreza e desigualdade social.

### 1.3 TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE

Uma das principais características do mundo globalizado é o entrelaçamento das atividades econômicas locais, regionais e nacionais, formando um vasto sistema econômico global. De acordo com Costa (2021), esse sistema surgiu, principalmente, devido ao desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação, que possibilitaram a informatização da economia.

O mundo do trabalho passou por mudanças significativas no final do século XX e início do século XXI devido à nova configuração do capitalismo, em sua versão neoliberal, financeirizada e globalizada. Essas transformações impactaram profundamente os meios de produção para atender às novas demandas do capital.

Exemplo desse acontecimento é retratado por Costa (2021), o qual destaca que milhões de pessoas ao redor do mundo desejam possuir

um iPhone, um dos smartphones mais vendidos no planeta, produzido pela empresa de tecnologia americana Apple, localizada na Califórnia. No entanto, muitas pessoas não sabem que, embora seja idealizado no Vale do Silício, o iPhone é fabricado na China com componentes provenientes de países como Coreia do Sul, Taiwan e Japão. Esse processo de produção é um exemplo claro da divisão internacional do trabalho, resultante da globalização.

Nesse sentido Harvey (2011) destaca que o sistema capitalista tem uma necessidade constante de encontrar terrenos lucrativos para a produção e acumulação de capital, enfrentando diversos obstáculos nesse processo. As grandes empresas, estão sempre avaliando as vantagens e desvantagens da produção. O autor continua descrevendo que, se a mão de obra em uma região se torna escassa ou o salário muito elevado, por exemplo, uma nova força de trabalho deve ser encontrada, levando a empresa a migrar para outro local. A migração também pode ocorrer quando a matéria-prima se torna escassa, quando há uma queda no consumo, ou quando há uma redução no acúmulo de capital. Essa possibilidade de uma empresa instalar suas fábricas em diferentes regiões do globo é uma característica da era global e que acaba por reconfigurar as relações de trabalho.

Sendo assim, Ferreira e Vicente (2016) enfatizam que, essa configuração do mundo do trabalho contemporâneo faz surgir um trabalhador polivalente e flexível, porém precarizado em termos de leis trabalhistas, com destaque para o aumento expressivo da mão de obra feminina, especialmente nos países avançados.

Esta nova configuração imposta pelo sistema capitalista requer que o trabalhador demonstre capacidade de adaptação, realize investimentos contínuos em formação e atribui a ele a responsabilidade pelo desemprego. Nessa perspectiva Ferreira e Vicente (2016), afirmam que a busca constante por conhecimento se torna condição necessária

para que o trabalhador se mantenha como vendedor de sua força de trabalho para o capital. Sendo necessário que o trabalhador internalize as regras da corporação, ou seja, mais do que vender sua força de trabalho, é fundamental que a ideia de motivação prevaleça e que o funcionário “vista a camisa da empresa”, incorporando sua missão, visão e valores.

Diante das transformações no trabalho e na sua organização, a reconfiguração do capitalismo exige uma nova relação com a produção do conhecimento. Dessa forma Gonçalves e Silva (2019) afirmam que isso demanda uma nova formação oferecida aos estudantes nas instituições escolares. Portanto, trata-se de um projeto educacional que acompanha o desenvolvimento de uma sociedade estruturada nas formas contemporâneas do modo de produção capitalista.

Atento às novas demandas e paradigmas do mundo do trabalho e da educação, o sistema educacional brasileiro se adaptou à nova realidade a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 (Brasil, 1996), esta lei instituiu a educação regular nos níveis básico e superior. Para a educação profissional, a LDB e sua regulamentação Decreto Federal nº 5.154 (Brasil, 2004) e Lei nº 11.741 (Brasil, 2008, art. 39) estabeleceram três modalidades: formação inicial e continuada ou qualificação profissional, educação profissional técnica de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (Vieira; Radke, 2019).

De acordo com os autores Vieira e Radke (2019), com essas atualizações, as diretrizes curriculares buscam uma maior articulação entre os conhecimentos adquiridos na educação e os do mundo do trabalho. Destacando-se o desenvolvimento de competências por meio da inserção do indivíduo em atividades geradoras de renda, que assegurem sua mobilidade ocupacional e social.

Portanto, as demandas do mundo do trabalho justificam a adoção de constantes reformas no sistema educacional, considerando que, com a

inserção das novas tecnologias, o mundo do trabalho passou a exigir uma formação cada vez mais qualificada dos estudantes/trabalhadores, sendo que os com baixa escolarização está sendo descartados do mercado em detrimento dos mais capacitados e com uma maior gama de competências (Vieira; Radke, 2019). Neste contexto, uma nova configuração do mundo do trabalho vai se constituindo com uma parte de trabalhadores assalariados, formada por operários e empregados altamente qualificados, e, por outro lado, outra parte precária, ampliada, objeto de exploração capitalista.

### **1.3.1 Educação escolar como agente de transformação social**

A organização do ambiente escolar envolve diversas rotinas, tanto pedagógicas quanto administrativas. De acordo com Dal Pont (2019), muitas atividades realizadas na escola são repetitivas e, frequentemente, continuam por anos, não é necessário muito tempo para perceber práticas tradicionais obsoletas, às vezes extremas, que ainda regem o cotidiano escolar.

É fundamental promover uma educação democrática que vá além do conhecimento científico, onde alunos e corpo docente reconheçam sua importância e se tornem ativos não por obrigação, mas por compreenderem a relevância de suas ações para o ambiente em que estão inseridos (Dal Pont, 2019).

Saviani (2013) discute o propósito da educação quando pautada numa pedagogia histórico-crítica, destacando que essa abordagem pedagógica visa não apenas a transmissão de conhecimentos, mas também a transformação social. Ele afirma que a educação deve ser entendida como um processo histórico e social, no qual o objetivo principal é a

formação integral do indivíduo, capacitando-o a compreender e intervir criticamente na realidade.

A possibilidade de se articular uma proposta pedagógica cujo ponto de referência, cujo compromisso, seja a transformação da sociedade e não sua manutenção, a sua perpetuação. [...] Isso envolve a possibilidade de se compreender a educação escolar tal ela se manifesta no presente, mas entendida essa manifestação presente como o resultado de um longo processo de transformação histórica (Saviani, 2013. p. 80).

Saviani (2013), enfatiza que a pedagogia histórico-crítica tem o compromisso de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, promovendo a emancipação dos indivíduos e o desenvolvimento de uma consciência crítica que os habilite a participar ativamente na transformação das condições sociais existentes.

A escola deveria ser um espaço de construção de um novo pensamento popular, focado em criar uma ideologia que favoreça o desenvolvimento da comunidade. Libâneo (1999) argumenta que a nova escola “[...] precisa deixar de ser meramente uma agência transmissora de informações, e transformar-se num lugar de análises críticas e produção da informação, onde o conhecimento possibilita a atribuição de significados à informação”.

Nessa perspectiva a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017), afirma seu compromisso com a formação integral, fortalecendo o papel da Educação Básica no que diz respeito à formação e ao desenvolvimento humano global, orientando, que, nesse processo, é importante compreender:

[...] a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou

a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades (Brasil, 2017, p. 113).

Essa orientação nos documentos norteadores da educação como a Base Nacional Comum Curricular (2017), destaca a importância de uma abordagem educacional que considera o indivíduo em sua totalidade, promovendo um aprendizado que vai além do acadêmico para incluir aspectos éticos, sociais e emocionais, essenciais para a formação de cidadãos completos e capazes de contribuir para a sociedade de maneira significativa.

Todavia, a escola é uma instituição social inserida em um contexto marcado pela luta entre diferentes interesses, tanto culturais quanto político-econômicos.

Nesse sentido, não se deve compreender a escola como um fenômeno isolado. Pelo contrário, ela se constitui na inter-relação entre diversos elementos que compõem uma forma de ser social. Nesse processo de composição, a escola pode atuar tanto como protagonista quanto como seguidora, e, diante das contradições, gerar possibilidades diversas de transformação ou de manutenção da ordem. Assim, cabe à escola oferecer aos educandos a capacidade de interpretar o movimento da sociedade, de modo a que possam tomar suas próprias posições (Nascimento; Favoreto, 2018).

Freire (1996), afirma que o papel dos educadores é promover a desocultação de verdades, o desvelamento, um processo de transformação da realidade a partir das relações entre consciência e mundo. O autor propõe a formação de uma prática pedagógica que tem como base

estruturante o diálogo e a premissa de que não é possível desenvolver uma prática educativa que se contente em girar em torno do senso comum, mas também não é possível aceitar a prática que ignora o saber da experiência feito. Paulo Freire (1996) defende que não há educação neutra, sendo impossível a negação da politicidade na educação, seja ela autoritária ou democrática.

É na diretividade da educação, esta vocação que ela tem, como ação especificamente humana, de ‘endereço-se’ até sonhos, ideais, utopias e objetivos, que se acha o que venho chamando politicidade da educação. A qualidade de ser política, inerente à sua natureza. É impossível, na verdade, a neutralidade da educação. E é impossível não porque professoras e professores ‘baderneiros’ e ‘subversivos’ o determinem. A educação não vira política por causa da decisão deste ou daquele educador. Ela é política (Freire, 1996, p. 124).

De acordo com Freire (1983), ensinar a pensar e problematizar sobre a sua realidade é como se constrói o conhecimento, pois assim, o aluno terá a capacidade de compreender-se como um ser social. Esse é um caminho que se dá pela dialogicidade, pois “somente o diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz, também, de gerá-lo. Sem ele não há comunicação e sem esta não há verdadeira educação” (Freire, 1983, p. 83).

No contexto da educação básica, especialmente no ensino de Sociologia, essa abordagem dialógica é importante para que os alunos compreendam as complexas relações de trabalho na sociedade contemporânea.

A sociedade contemporânea, conforme argumenta Torres (2007), caracteriza-se pela ênfase no aprender a aprender e na formação para a aprendizagem continuada. Nesse sentido, o saber é visto como um pilar fundamental para o desenvolvimento. Essa perspectiva é essencial para a compreensão das relações de trabalho, que estão em constante

transformação devido aos avanços tecnológicos e às mudanças nas demandas do mercado de trabalho.

Forma de autoconsciência e de indagação científica da realidade social, a Sociologia transforma-se continuamente à medida que se modifica e se complexifica seu objeto, repensando teorias, conceitos e recursos metodológicos, sem perder a dimensão histórica dos fenômenos sociais. Tendo como objeto a vida em sociedade nos seus movimentos e em transformação constante, o pensamento sociológico guarda relação complexa com as condições de existência social e com os desafios e necessidades práticos dos seres humanos, em diferentes momentos de sua história. Ao /mesmo tempo, pelas suas conceituações e reflexões, desvenda contradições, singularidades e universalidades constitutivas da realidade social, que implicam possibilidades de crítica e de transformação desta mesma realidade (Jinkings, 2007, p. 116).

Entretanto, se o trabalho tem este sentido de valor de uso, de produção de vida, um outro sentido menos nobre lhe foi atribuído através da história. Com o advento do capitalismo, o trabalho foi transformado em mercadoria, em valor de troca, e nessa condição é, para a grande massa de trabalhadores, um tormento e um processo alienador.

Conforme Vieira e Radke (2019), apontam a diversidade, seja ela cultural, étnica, de gênero ou socioeconômica, influencia diretamente as relações de trabalho e as oportunidades disponíveis para diferentes grupos sociais. A Sociologia oferece uma lente crítica através da qual os alunos podem examinar como as desigualdades estruturais são reproduzidas e desafiadas no ambiente de trabalho.

Os fundamentos legais de ordem internacional são observados nas legislações nacionais como a LDBEN 9.394/96. O Artigo 1º dessa lei indica um conceito amplo sobre educação que contempla a diversidade e valoriza diferentes experiências educativas, conforme segue: “Art. 1º A

educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Brasil, 1996).

Nessa ótica, a escola é colocada como ponto central, segundo Mannheim (1982, p. 156), “a tarefa da educação, portanto, não é simplesmente formar pessoas ajustadas à situação presente, mas também pessoas capacitadas a operarem como agentes do desenvolvimento social, levando-o a um estágio mais avançado”.

Portanto, a integração de uma perspectiva sociológica no currículo da educação básica não apenas enriquece o conhecimento dos alunos sobre a organização e as relações de trabalho, mas também promove um pensamento crítico e reflexivo sobre a sociedade em que vivem. Ao entenderem os mecanismos que sustentam as relações de trabalho e as dinâmicas de poder, os estudantes estarão mais preparados para se tornarem cidadãos conscientes e agentes de transformação social.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Os procedimentos metodológicos são extremamente importantes para o progresso de uma pesquisa. Segundo Lakatos e Marconi (2003), os procedimentos metodológicos são essenciais para o progresso de uma pesquisa porque estabelecem os critérios e métodos que devem ser seguidos para a coleta, análise e interpretação dos dados. Esses procedimentos ajudam a assegurar que a pesquisa seja conduzida de maneira sistemática e objetiva, minimizando vieses e erros.

Para realizar este estudo, recorreu-se à pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2010, p. 44), “é desenvolvida com base em material já elaborado, construído

principalmente de livros e artigos científicos”. Ou seja, deve ser elaborada a partir de várias fontes bibliográficas, e sua principal vantagem reside em oferecer uma visão abrangente e específica do tema (Gil, 2010). Por outro lado, a pesquisa documental é analítica e trata-se, segundo Gil (2021, p. 62), de uma “fonte rica e estável de dados”.

Dessa forma, este projeto buscou na pesquisa bibliográfica a leitura de inúmeros artigos identificados nas plataformas Portal de Periódicos CAPES, Scielo, Google Acadêmico, livros e e-books com temas e autores relevantes ao assunto estudado. Enquanto pesquisa documental, buscou-se documentos relacionados à educação que estavam ligados ao tema deste projeto.

Na realização da intervenção pedagógica, serão utilizadas as seguintes estratégias metodológicas:

- Tecnologias e recursos digitais: será utilizado aplicativos (gamificação), ferramentas online e recursos interativos que incentivem a prática e o interesse em conhecer sobre os pensadores e suas teorias sociológicas, contextualizando com a contemporaneidade, por meio de vídeos, podcasts e jogos interativos;
- Música e teatro: explorar letras de músicas que tragam reflexões sobre a sociedade e as desigualdades sociais ao longo da história;
- Entrevistas e apresentações: Realizar entrevistas com os discentes, parentes e pessoas próximas, questionando sobre as dificuldades enfrentadas no meio social e no ambiente de trabalho, visando compreender as desigualdades sociais presentes em nossa comunidade;
- Debates: organizar debates em sala de aula sobre questões estudadas no componente curricular, a fim de estimular o

pensamento crítico e desenvolvimentos de habilidades de comunicação;

- Estudo de caso: por meio de estudos de casos reais ou fictícios que abordem conceitos sociológicos, auxiliando os alunos a aplicarem a teoria à prática, compreendendo a relevância da sociologia no cotidiano, os alunos irão gravar vídeos e apresentando em sala de aula.
- Rodas de conversas: utilizando de recursos didáticos metodológicos proporcionar aos alunos momentos para conversação levando-os a reflexão, respeitando e incentivando-os a se expressarem a partir de seus conhecimentos prévios sobre os assuntos;

Ressalta-se que, no decorrer da aplicação do projeto, poderá haver necessidade de acrescentar ou modificar as metodologias descritas nesta seção.

## REFERÊNCIAS

BERLINGUER, G. **A doença**. São Paulo (SP): Hucitec; 1988.

BORGES, Ludmila. Jayme; CAVALCANTE, Jaqueline. Rodrigues do Carmo. A educação e o modo de produção capitalista / Education and the capitalist mode of production. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 7, n. 11, p. 105687–105697, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n11-279. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/39742>. Acesso em: 13 jun. 2024.

BRANDÃO. Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf). Acesso em: 26 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Curricular Comum**. 2017. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192).

BRASIL. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 18, 26 jul. 2004. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm).

BRASIL. Lei n. 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 5, 17 jul. 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111741.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111741.htm).

CARVALHO, Luciene Ferreira Mendes de. Pobreza e desigualdade social: fundamentos sociais e históricos | Poverty and social inequality: social and historical foundations. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, [S. l.], v. 16, n. 41, 2018. DOI: 10.12957/rep.2018.36689. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/36689>. Acesso em: 24 jun. 2024.

COSTA, Everton Garcia da. As consequências da globalização. Uma revisão sociológica do conceito. **Simbiótica. Revista Eletrônica**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 152–169, 2021. DOI: 10.47456/simbitica.v8i1.35437. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/35437>. Acesso em: 26 jun. 2024.

DAL PONT, Gêssica. A escola reconhecendo seu poder como espaço de transformação social. III Seminário de educação conhecimento e processos educativos. **Anais [...]**PPGE-UNESC 2019. Disponível em: [file:///C:/Users/stedi/Downloads/ali,+A+ESCOLA+RECONHECENDO+SEU+PODER+COMO+ESPA%C3%87O+DE+TRANSFORMA%C3%87%C3%83O+SOCIAL%20\(6\).pdf](file:///C:/Users/stedi/Downloads/ali,+A+ESCOLA+RECONHECENDO+SEU+PODER+COMO+ESPA%C3%87O+DE+TRANSFORMA%C3%87%C3%83O+SOCIAL%20(6).pdf). Acesso em: 13 jul. 2024.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**. São Paulo, SP: Oboré Cortez, 1993.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como fazer pesquisa qualitativa**. São Paulo: Atlas, 2021.

GONÇALVES FILHO, Augusto. FERNANDES, Silvandira Resende. PINTO, João Rodrigues. Marxismo e a educação: Uma perspectiva sociológica. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 04, Ed. 12, Vol. 05, p. 85-101. Dezembro de 2019. ISSN: 2448-0959, Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/marxismo-e-a-educacao>. Acesso em: 12 jun. 2024.

GOMES, Joanderson de Oliveira. Educação e pobreza: uma construção histórico-social. **Journal of Education Science and Health**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 1–16, 2021. DOI: 10.52832/jesh.v1i2.15. Disponível em: <https://bio10publicacao.com.br/jesh/article/view/15>. Acesso em: 12 jun. 2024.

GONÇALVES, Leonardo Dorneles; SILVA, Simone Gonçalves da. Trabalho e educação: debates em torno do princípio educativo e das políticas educacionais para o ensino médio de jovens e adultos. **Revista Trabalho Necessário**, v. 17, n. 34, p. 272-294, 27 set. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/38056/21782>. Acesso 27 jun. 2024.

GRAMSCI, Antônio. Americanismo e Fordismo. *In: cadernos do cárcere*. Vol 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo, Boitempo, 2011.

INFRANCA, Antonino. **Trabalho, Indivíduo, História**: o conceito de trabalho em Lukács. Tradução Christianne Basílio e Silvia De Bernardinis. São Paulo: Boitempo, 2014.

JINKINGS, Nise Maria. **Ensino de sociologia**: particularidades e desafios contemporâneos. *Mediações*, Londrina, v. 12, n. 1, p. 113-130, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2.ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** novas exigências educacionais e profissão docente. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MACIEL, Paulo Henrique Freitas; SOUSA, Antônia de Abreu; SOUZA, Ana Carmita Bezerra de. Liberalismo E Financiamento da Educação em Adam Smith. **Revista Labor**, [S. l.], v. 1, n. 19, p. 46–62, 2018. DOI: 10.29148/labor.v1i19.33614. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/33614>. Acesso em: 24 jun. 2024.

MANDEL, Ernest. **Introdução ao marxismo**. 4.ed. Porto Alegre: Movimento, 1982.

MANNHEIM, Karl. A Educação Social e Homem. In: FORACCHI, Marialice (org.). **Karl Mannheim**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1982.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, volume I. Tradução Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Coleção obra prima de cada autor. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MERLO, Álvaro Roberto Crespo. LAPIS, Naira Lima. A saúde e os processos de trabalho no capitalismo: reflexões na interface da psicodinâmica do trabalho e da sociologia do trabalho. **Psicologia & Sociedade**; 19 (1): 61-68; jan/abr. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000100009>. Acesso em: 19 jun. 2024.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

NASCIMENTO, Lorivaldo do; FAVORETO, Aparecida. Émile Durkheim, John Dewey e Antônio Gramsci: em debate a teoria da educação transformadora. **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 56, n. 49, 2018. DOI: 10.21680/1981-1802.2018v56n49ID14010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/14010>. Acesso em: 16 jul. 2024.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **As relações sociais de gênero no trabalho e a reprodução**. Aurora. Ano IV, n. 6. Ago/2010.

OLIVEIRA, Rosane Machado de. Revolução Industrial na Inglaterra: Um Novo Cenário na Idade Moderna. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Edição 07. Ano 02, Vol. 01. P. 89-116, outubro de 2017. ISSN:2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/historia/revolucao-industrial-na-inglaterra>. Acesso: 19 jun. 2024.

ROCHA, Virgínia Nascimento Barbosa da. CASTRO, Raimundo Santos de. A relação entre o trabalho e a educação: sinônimo de desigualdade social ou caminho para a revolução? **Revista Educere Et Educare**, Vol. 17, N. 44, set. /dez. 2022. Disponível em: <https://erevista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/24469/21286>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista brasileira de educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

TEIXEIRA, Luciana Fernandes. Educação escolar: do automatismo à autogestão. **Unifunec Científica Multidisciplinar**, Santa Fé do Sul, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 131–139, 2015. DOI: 10.24980/rfcm.v3i5.1582. Disponível em: <https://seer.unifunec.edu.br/index.php/rfc/article/view/1582>. Acesso em: 13 jun. 2024.

TORRES, Carlos Alberto. **Educação e sociedade**: questões e problemas. São Paulo: Cortez, 2007.

VIEIRA, Josimar de Aparecido; RADKE, Cristiane Longaray. Perspectivas da educação profissional diante do contexto atual do mundo do trabalho. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 16, p. e6051, 2019. DOI: 10.15628/rbept.2019.6051. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/6051>. Acesso em: 26 jun. 2024.

# Capítulo 2

## O DILEMA DO ESTUDANTE TRABALHADOR NA PERSPECTIVA DA APRENDIZAGEM DE QUALIDADE: UM OLHAR DA SOCIOLOGIA

Elias Souza Ribeiro

### INTRODUÇÃO

A primeira etapa do presente projeto de estágio foi a observação da realidade escolar no Ensino Médio noturno que teve como objetivo observar e compreender o funcionamento de uma escola, onde acontecem as aulas para estudantes do primeiro, segundo e terceiro anos. Durante as observações, foi possível acompanhar de perto as dinâmicas de sala de aula, as interações entre alunos e professores, e os métodos pedagógicos utilizados.

Durante a observação, foi perceptível que alguns alunos se destacavam pela atenção dedicada às aulas, enquanto outros tinham dificuldade em manter o foco. Os estudantes liam os textos, dialogavam entre si sobre os conteúdos propostos e discutiam a importância de aprender em uma escola pública, considerando a estrutura do corpo docente, o espaço físico e o uso da tecnologia.

Os alunos se mostraram comunicativos e demonstraram expectativas em aprender coisas novas. No entanto, notou-se uma diferença significativa entre os estudantes do período matutino e noturno. Os alunos do matutino eram mais comunicativos e interagiam

mais com os professores, enquanto os do noturno eram menos atenciosos e apresentavam menor interação. Essa diferença pode ser atribuída ao contexto socioeconômico dos alunos do noturno, que muitas vezes precisam trabalhar durante o dia para auxiliar nas despesas domésticas, o que impacta diretamente no seu desempenho escolar.

Observou-se que os alunos do matutino apresentavam um nível econômico melhor, o que lhes permitia se dedicar exclusivamente aos estudos. Já os alunos do noturno, devido às dificuldades financeiras, enfrentavam desafios adicionais em conciliar trabalho e estudos. No entanto, mesmo com essas adversidades, três alunos com laudos de inclusão demonstraram eficiência em suas atividades, evidenciando a dedicação das professoras em proporcionar um ambiente de aprendizagem inclusivo e atento às necessidades individuais.

O ensino médio, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996), tem como objetivo formar e preparar os estudantes para o exercício da cidadania e para o mercado de trabalho. Essa formação deve considerar as especificidades dos estudantes trabalhadores, buscando engajá-los e proporcionar uma aprendizagem significativa. A LDB estabelece a obrigatoriedade progressiva do ensino médio e a ampliação do número de vagas, de forma a atender todos os concluintes do ensino fundamental.

Neste contexto, a observação realizada permitiu compreender melhor as dificuldades enfrentadas pelos estudantes do noturno, especialmente no que diz respeito à conciliação entre trabalho e estudos. A partir disso, decidiu-se pela temática que se encontra na próxima seção, foi possível refletir sobre estratégias pedagógicas que possam apoiar esses estudantes, garantindo um processo de ensino-aprendizagem inclusivo e eficiente, conforme os princípios estabelecidos pela LDB.

O dilema do estudante trabalhador na perspectiva da aprendizagem de qualidade: um olhar da sociologia é o tema do projeto que será realizado

no segundo semestre de 2024 na Escola E.B. Frei Evaristo, situada na Rua São Luís, 523, no Centro, em Iomerê. As atividades acontecerão na sala do primeiro ano, envolvendo alunos de 16 anos. No primeiro semestre de 2025, o projeto será aplicado na mesma escola, na sala do segundo ano, com alunos de 17 anos, e, posteriormente, no segundo semestre de 2025, será realizado na sala do terceiro ano, atendendo alunos de 18 anos.

A relação entre trabalho e educação é um tema complexo, especialmente no contexto do ensino médio noturno, onde os estudantes precisam conciliar suas atividades laborais diurnas com os estudos. Este projeto busca investigar e compreender as principais dificuldades de ensino e aprendizagem enfrentadas por esses estudantes em seu cotidiano, além de analisar como essas dificuldades impactam seu desempenho escolar e bem-estar. A questão central que orienta a pesquisa é: de que forma os estudantes do Ensino Médio podem superar o dilema da relação entre trabalho e escola? As questões de estudo incluem: quais são os principais desafios enfrentados pelos estudantes do Ensino Médio que precisam conciliar trabalho e escola? Como as demandas de trabalho afetam o desempenho acadêmico dos alunos? Quais estratégias eficazes os alunos podem adotar para gerenciar o tempo entre trabalho e estudo? Como a cultura escolar e a cultura de trabalho influenciam as experiências dos alunos que trabalham? Quais são os benefícios e limitações do trabalho durante o Ensino Médio em relação à preparação para a vida adulta?

O objetivo geral deste projeto é compreender como os estudantes do Ensino Médio podem superar o dilema da relação entre trabalho e escola. Para isso, são estabelecidos objetivos específicos, como proporcionar estratégias de ensino inovadoras, incluindo o uso de lousas modernas para promover momentos de descontração e engajamento durante a apresentação do conteúdo, com o intuito de captar a atenção dos estudantes e tornar a aprendizagem mais dinâmica. Também se busca compreender os principais desafios enfrentados pelos alunos, identificar como as demandas de trabalho impactam seu desempenho acadêmico,

investigar estratégias para gerenciar o tempo entre trabalho e estudo, explorar a influência da cultura escolar e de trabalho nas experiências dos estudantes e entender os benefícios e limitações do trabalho em relação à preparação para a vida adulta.

Este projeto foi desenvolvido a partir da observação realizada em sala de aula, visando compreender o processo de ensino-aprendizagem dos alunos da disciplina de sociologia no primeiro ano do ensino médio. Sua importância reside na busca pela percepção das atividades dos estudantes, especialmente nas turmas do primeiro ano do período noturno da Escola Frei Evaristo, em Iomerê, SC. A relevância social deste projeto pode beneficiar a melhoria do ensino, impactando a sociedade ao abordar problemas sociais, desigualdades, injustiças e discriminação. Assim, espera-se que a relevância social influencie políticas públicas, sensibilize, conscientize e promova a mobilização e inclusão social, além de fomentar a equidade. O resultado social permitirá que o projeto enriqueça a experiência dos estudantes do ensino médio, gerando impactos positivos na comunidade onde vivem e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

## **1 REVISÃO DE LITERATURA**

As dificuldades dos alunos em conciliar trabalho e estudo, sendo necessário para compreender como os jovens vivenciam sua condição de vida, com um processo de fragilização da escola brasileira com inserção do trabalho formal, sendo assim cabe a direção geral da escola conscientizar que o processo formativo é também um momento emancipatório, pois o período noturno não se baseia na diurna.

Atualmente grande parte dos estudantes do ensino médio possuem grandes dificuldades, dentre elas a principal delas está atrelada

a ansiedade, pois geralmente como acontece na maioria dos casos em nosso país, muitas famílias carecem de necessidade e aportes financeiros, isto é, carecem de recursos e na maioria das vezes os filhos que têm essa obrigação de ir atrás do complemento mensal da renda. Dessa forma assim sobrecarregando os docentes em sua rotina de estudos e trabalhos diários e jornadas muita das vezes até exaustivas.

## 1.1 ESTUDOS RELACIONADOS AO O DILEMA DO ESTUDANTE TRABALHADOR NA PERSPECTIVA DA APRENDIZAGEM DE QUALIDADE

O artigo de Franzoi (2019), aponta dificuldades dos alunos do ensino médio em conciliar o trabalho e o estudo, uma vez que para aquela parcela da população que combina trabalho e estudo, o trabalho é invisível à escola. Gestores orientam os estudantes que trabalham de forma geral, o ensino noturno, com condições de estudos menos favoráveis, para estágios não obrigatórios distante de cumprirem a função de aprendizagem precípua, caracterizado de forma de trabalho precário.

A autora ainda destaca que no afã de reter e apoiar estes estudantes, a escola acaba reforçando a dualidade do sistema, expressa na “inclusão excludente” na escola vis-à-vis uma “exclusão includente” no mercado de trabalho. O novo marco regulatório da educação no Brasil, insere com a constituição federal de 1988 e com a lei de diretrizes e bases (LDB) de 1996 expressando o engajamento de progressistas na abertura democrática, após vinte anos de ditadura militar. A constituinte estabeleceu o estado democrático de direito.

A escola noturna é vista por esses estudantes trabalhadores como uns lócus privilegiados de socialização, onde os que estudam e trabalham, em geral, enfrentam dificuldades para conciliar duas tarefas, tendo

consciência de que as escolas noturnas convivem com maiores dificuldades do que as do período diurno, e isso é um fator de desestímulo (Franzoi, 2019). Conforme Moura (2019), há uma hierarquização de grau de complexidade em atividades no mundo do trabalho, em função do tipo de ensino médio cursado e da esfera na qual estuda; Estadual ou federal.

O texto de Moura (2019) ainda chama atenção para a discussão sobre o caráter objetivo, finalidades, conteúdos e formas de organização do EM e sua articulação com o mundo do trabalho e com a educação superior. Acentuando-se em embater o contexto da resistência à ditadura e luta pela redemocratização do país, tendo como ponto de destaque a Assembleia constituinte de 1988 e as propostas da LDB, com seu enlace em 1996, com sucessivas proposições, instrumentos legais, programas e políticas educacionais, vigentes até 2011 com decretos.

De acordo com Silva (2019), trabalhadores do meio rural, oriundos do Nordeste em direção ao sudeste, tem se intensificado nos últimos anos, a migração temporária, que se constituem em processo de “partidas” e “retornos” daqueles que migram.

Em razão da oferta de vínculo empregatícios são aspectos escamoteados pelos jovens, com garantia de seguro-desemprego e carteira assinada, sendo que não garante o acesso dos jovens a condições decentes de trabalho, que caracteriza a exploração e a invisibilidade dos corpos dos jovens em áreas rurais.

No entanto alguns sendo uma forma de se afastar da autoridade paterna, sendo “a escolha” entre permanecer ou sair a partir das condições de reprodução social da família e de autonomia do jovem, na ausência de espaço de lazer, e a inexistência de um projeto de educação para a juventude rural. Como elemento importante para pensar nas políticas públicas destinados aos jovens. Para isso, é necessário compreender como os jovens vivenciam a sua condição juvenil, com menos trabalho,

projetam o futuro e quais os significados atribuídos em suas experiências escolares.

Já o texto de Silva (2015), objetivou compreender as representações sociais da juventude estudantil a respeito da escola e de seu vínculo formal. O autor destacou que pesquisa recentes, tem apontado um crescente processo de fragilização da escola brasileira enquanto elemento de mediação a inserção ao trabalho formal. A partir de 1980, o processo produtivo passou por mudanças, que por consequência impactaram a vida do trabalhador com a inserção da tecnologia no espaço produtivo, causando o desemprego estrutural, que foi sentido pelos trabalhadores, na precarização do trabalho, exigindo uma formação baseada na polivalência e flexibilidade.

Assim sendo a escola, atenta aos ditames do capital, passou a partir dos anos de 1990, a oferecer aos estudantes, um novo modelo formativo, baseado no domínio dos conceitos gerais e abstratos. Nesse contexto, o questionamento que emerge é o que a juventude estudantil da 3ª série do ensino médio busca na formação escolar.

Alves *et al.* (2024), buscou-se compreender como perspectiva da formação unilateral e do trabalho enquanto princípio educativo apresentado em documentos oficiais. Seu estudo apontou que o estudante futuro-trabalhador acaba por ter uma formação conteudista, (pessoa responsável pelo conteúdo técnico de um trabalho), que dicotomiza a teoria e a prática.

O ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica (EPT), deve ser compreendido como instrumento que permite desenvolver integralmente o indivíduo. Nessa perspectiva, cabe a escola e o professor, não apenas difundir a técnica necessária para o desempenho de uma profissão, mas conscientizar de que o processo formativo e também um movimento emancipatório. Tais características ressaltam a importância e a complexidade do trabalho docente, onde a atuação do professor

carece de uma ampla formação teórico-metodológico, prático-operativo, política-pedagógica e científica-tecnológica.

No estudo de Sofia URT (2020) o trabalho e educação são considerados atividades especificamente humanas, pois apenas o ser humano trabalha e educa. Ela destaca o trabalho no sistema capitalista e a formação para o trabalho, tratando especificamente da educação profissional do ensino médio integrado ao técnico.

Por fim, o texto de Peralta e Oliveira (2017), discute o surgimento do jovem trabalhador como alternativa para diminuir os altos índices de abandono, evasão e repetência no turno da noite. A pesquisa parte do princípio de que a escola noturna não pode ser pensada como continuidade da escola diurna, uma vez que os sujeitos têm características e interesses diversificados, no que tange a carga horária, à organização curricular, as metodologias de ensino, e ao processo formativo como um todo.

A pesquisa mostrou que o engajamento dos professores como protagonistas da proposta revelou que são a partir deles, e por meio deles as mudanças ganham expressão. O professor tem que estar convencido sobre as necessidades de mudanças nas próprias práticas pedagógicas no espaço escolar, para que objetivos possam ser atingidos, no caso em questão, a meta era lograr a permanência, aprovação e aprendizados trabalhadores estudantes, numa escola básica pensada para eles.

## 1.2 O DILEMA DA RELAÇÃO TRABALHO E ESCOLA

Fatores que influenciam nas escolhas profissionais de jovens estudantes de classe média, do ensino médio e de escola pública abordando aspectos como acesso ao mercado de trabalho, influência do histórico familiar com uma carreira bem-sucedida e as garantias de bem-estar que há para serem consideradas em suas escolhas por um curso

de graduação (Bastos, 2006). Muitas vezes os jovens tendem a fugir ao padrão familiar e buscam novos caminhos, não permitindo que seus pais ou familiares norteiem suas decisões. Atualmente, por conta das questões sociais e familiares, das escolhas profissionais, esses jovens querem encontrar respostas nessa fase de transição para a vida adulta e de grandes mudanças, num contexto das sociedades ocidentais modernas marcadas pela complexidade onde aprender uma profissão no ensino superior o coloca como possibilidade de atingir estabilidade profissional e financeira. Pois caso contrário, sem qualificação ele serve apenas como mão de obra precária

Ainda sobre a trajetória escolar dos jovens, outro dado importante refere-se à escolaridade dos pais. Em pesquisa realizada sobre a expansão do Ensino Médio obteve-se que 77,6% dos pais não chegaram a completar o ensino médio, índice que cai para 64,1% no caso das mães. Assim, a grande maioria dos jovens pesquisados apresentava uma escolaridade maior do que a de seus pais, reflexo da expansão do ensino médio no Pará e no Brasil. Ou seja, se encontram inseridos em uma família com pouca tradição escolar, o que interfere nas suas trajetórias (Peralta; Oliveira, 2017).

Levamos em consideração a condição socioeconômica dos jovens, identificadas na profissão de seus pais. Em alguns casos, as insatisfações não são exclusivas das profissões menos remuneradas, mas os pais interferem para que seus filhos sigam por caminhos que lhes tragam estabilidade, em nenhum momento a prioridade foi o crescimento profissional por acreditarem que esse é só mais um resultado positivo da sua escolha com o papel do educador que desperte o senso crítico, ético e moral dos alunos, é preciso remodelar a escola e contar com a participação dos pais e responsáveis nesse propósito com projetos culturais e profissionais para desenvolver as capacidades dos estudantes.

Segundo Peralta e Oliveira (2017), exemplificam que a instabilidade emocional – característica da adolescência – do medo e frustração de não

conseguir ser o que é imposto para o jovem ou o que ele mesmo almeja para sua vida profissional.

Manifestar-se em outras etapas do desenvolvimento humano que demandam o enfrentamento de eventos estressores. No entanto, o estudante pode passar por situações de crises, considerada comum e esperada, devido à instabilidade dos comportamentos e em relação aos estudos, prazos, apresentações e a competitividade social. É válido ressaltar que estudantes do ensino médio apresentam altos índices de ansiedade, o que poderá provocar em desestabilização e insucesso escolar, principalmente, quando os estudantes colocam a vida escolar como um componente decisivo em sua vida. Ou seja, isso gera uma alta pressão e expectativa e tornar o espaço estudantil um causador de sofrimento psicológico (Grolli; Vagner; Dalbosco, 2017). De acordo com (Peralta; Oliveira, 2017), muitos estudantes se encontram em alta pressão psicológica.

Por vezes, a família cobra o sucesso do estudante para ser reconhecido na sociedade. Ademais, a escolar exige um nível elevado de todas as matérias apresentadas para a obtenção da nota máxima. Além desses, outro ponto contribuinte é a autocobrança que é internalizada pelo próprio jovem, que escuta tanto sobre a perspectiva de futuro da idealizada faculdade ou emprego de sucesso. Nesse viés, é importante discutir e pesquisar sobre ansiedade nos jovens, pois ela está em volta de extremos fatores que se limitam na decisão e no agir durante uma caminhada longa do jovem até sua formação ou entrada no mercado de trabalho, tratando-se de um “ritual de passagem” para o mundo adulto (Mattos; Chaves, 2010).

Nesse sentido, o presente estudo revela a necessidade de desenvolver programas sistêmicos e integrados que envolvam os jovens tanto em situações laborais quanto educacionais no âmbito da própria escola que frequentam. Trabalho e o estudo são esferas semelhantes dos

jovens e não podem permanecer como projetos sem sentido, separados, distanciados, a ponto de os alunos perceberem o trabalho como real e escola como artificial como acontece na maioria das vezes (Mattos; Chaves, 2010).

Situações de trabalho e de estudo devem ser conjugadas para que os jovens vivenciem a escola de forma mais próxima de suas realidades e necessidades. Os programas de aprendizagem, por exemplo, podem ser oferecidos no âmbito da própria escola em que os jovens estudam, através de convênios com instituições capacitadas para oferecê-los. Outra questão relevante é buscar uma integração maior, ou mesmo uma complementaridade, entre os conteúdos curriculares oferecidos pela escola e pelos programas de aprendizagem (Ribeiro, 2000).

Assim sendo, novos direcionamentos para as políticas públicas voltadas para a juventude, que possam gerar reflexões no âmbito dos governos e também dentro dos espaços de formação de jovens, seja no âmbito do ensino formal e informal, da escola e da universidade, ou das ONGs, seja na esfera das empresas, no sentido de promover intervenções voltadas para criar mais e melhores oportunidades para os jovens brasileiros (Ribeiro, 2000).

Sendo assim podemos notar que a sociologia tem papel importante oferecendo um outro patamar se tratando de analisarmos as diretrizes que permeiam nossas principais construções socioeducativas, socioeconômicas e também socioculturais, cada uma delas influenciando e lucidando ainda mais as questões experienciais e laborativas no cotidiano dos estudantes trabalhadores (Ribeiro, 2000).

A preocupação com a aprendizagem de estudantes na fase escolar e com aspectos como a defasagem idade-série e a evasão não é recente e tem suscitado diferentes abordagens na busca da investigação de suas causas e mapeamento das ações para sua superação. Entre as abordagens investigativas empreendidas, a análise do desempenho das escolas pelos

aspectos internos e externos à instituição emerge como forma de entender melhor sua realidade, buscando compreender como determinados fatores podem contribuir ou não para a melhoria da aprendizagem. Ambos os fenômenos são preocupantes e requerem atenção, e são mais recorrentes no Ensino Médio, mas as abordagens para lidar com eles podem ser ligeiramente diferentes. O abandono escolar envolve ações mais diretas para recuperar estudantes que já abandonaram a escola, como a busca ativa dos alunos (Ribeiro, 2000).

### **1.2.1 Desafios enfrentados pelos estudantes do Ensino Médio que conciliam trabalho e escola**

Os desafios dos estudantes atualmente estão relacionados em diversos fatores desde seu começo e inserção no mercado de trabalho, em se deparar com um mercado de trabalho que a cada dia está cada vez mais competitivo e ainda assim se destacar nesse ramo. Lembrando que podemos destacar a importância de ter bastante rendimento no seu trabalho e ainda mais na parte dos estudos. No que se refere a ensino médio podemos analisar que maioria dos alunos optam e se destacam em seus trabalhos acabam ter baixo rendimento na escola, obviamente não generalizando porém há fortes resquícios que são vistos e geram impacto na vida do jovem posteriormente mais no seu futuro (Dutra-Thomé; Ferreira; Kroler, 2016).

Diante das novas demandas, os jovens criam uma série de estratégias para lidar com as dificuldades cotidianas. Dentre as estratégias mencionadas, destacam-se: definição dos horários para estudar, maior atenção durante as aulas, entrega das atividades nos prazos, aumento da frequência do estudo (todos os dias), apoio dos professores para chegada ou saída das aulas em horários mais flexíveis, apoio de colegas da escola na

obtenção de informações e materiais para estudo e apoio de supervisores e colegas de trabalho para permitirem que o jovem estude durante o horário de trabalho e para flexibilização dos horários de chegada e saída do trabalho (Dossiê BrandLab, 2021).

Além dos esforços pessoais dos jovens na qual trabalham e estudam, podemos ressaltar que os professores são um elemento-chave para ajudá-los a enfrentar as novas demandas presentes no cotidiano. Muitos professores ficam sensibilizados com a condição dos alunos trabalhadores, compreendem suas necessidades e se dispõem a colaborar, explicando mais detalhadamente os assuntos e flexibilizando os horários de chegada e saída das aulas para aqueles que têm de se deslocar para lugares mais distantes. Uma sugestão relevante é buscar uma integração maior, ou mesmo uma complementaridade, entre os conteúdos curriculares oferecidos pela escola e pelos programas de aprendizagem, programas de abertura ao mundo do trabalho, tais como estágios regulamentares, podem também ser fomentados no âmbito da própria escola, sem que isso resulte um distanciamento da vida escolar por parte dos alunos (Dutra-Thomé; Ferreira; Kroler, 2016).

Os níveis de sintomatologia depressiva, estresse e ansiedade têm crescido em todo o mundo comprometendo a qualidade de vida e bem-estar das pessoas das mais diferentes idades.

Sendo assim, um olhar clínico e extremamente analítico para o lado dos jovens que tem uma vida de estudos e trabalho ao mesmo tempo, são de extrema importância ter um acompanhamento pedagógico sociológico com base em estudos nos seus padrões de comportamento e assim por dizer, que são a maioria um lado de responsabilidade em seus afazeres seja eles trabalhistas e estudantis. Sabe-se que a preocupação com o desinteresse escolar dos alunos é uma questão pensada pela educação brasileira (Dutra-Thomé; Ferreira; Kroler, 2016).

Nas últimas décadas educadores em todo território brasileiro se mostraram preocupados com a questão da desmotivação escolar. Esse elemento silencioso e aparentemente despercebido, quando comparado a problemas mais evidentes como a indisciplina em sala, a violência na escola ou os baixos índices em avaliações externas regionais e nacionais, apresentou-se como um fator crucial para impedir o avanço dos alunos em seus estudos, trazendo consequências prejudiciais ao rendimento e sucesso dos discentes e da própria unidade escolar, tais como: a) Entrevero entre alunos e professores; b) Evasão; c) Alto índice de progressão parcial; d) Reprovação acredita-se que esta pesquisa contribuiu com essa unidade escolar, com os profissionais que nela atuam, e, de forma mais abrangente, pode contribuir com a área educacional da coordenação pedagógica para amenizar essa situação. Preconizamos um trabalho pedagógico de informação e formação de professores (Dutra-Thomé; Ferreira; Kroler, 2016).

### **1.2.2 O impacto do trabalho no desempenho escolar: benefícios e limitações**

No que tange as vantagens ao mercado de trabalho, a adaptação dos jovens relacionando ao sistema educacional para o mercado de trabalho contemporâneo é um desafio complexo e crucial para garantir que os indivíduos estejam preparados para as demandas em constante evolução do mundo profissional. Porém se correspondido a detalhes, os jovens que começam mais cedo no mercado de trabalho sincronizando as atividades escolares estão aptos cada vez no futuro próximo a estarem a frente de outros concorrentes.

No cerne dessa transformação, reside o desafio da adaptação educacional, que envolve ajustar os sistemas de ensino, métodos pedagógicos e currículos para melhor atender às necessidades e

expectativas dos profissionais do futuro. A adaptação educacional envolve a revisão e atualização constante dos currículos, incorporando habilidades críticas, como pensamento crítico, criatividade, resolução de problemas, colaboração e adaptabilidade.

Os educadores têm um papel fundamental na promoção dessa adaptação, pois precisam estar cientes das mudanças no mercado de trabalho e das habilidades necessárias para garantir que possam preparar os alunos de maneira eficaz. Nisso a experiência profissional dos jovens do ensino médio tende a ser mais vantajosa pelo fato já mencionado de iniciarem antecipadamente resultando no desenvolvimento de responsabilidade.

A dificuldade de aprendizagem vem sendo um problema bastante debatido e preocupante, suas causas podem estar relacionadas a fatores exteriores ao indivíduo ou inerentes a ele, decorrendo de situações adversas à aprendizagem como o déficit sensorial, abandono escolar, baixa condição socioeconômica, problemas cognitivos e neurológicos, procurou-se demonstrar os problemas que podem ocasionar essas dificuldades de aprendizagem, suas principais causas, as metodologias que podem ser trabalhadas para minimizar esse problema, evidenciando também a importância da participação da família no acompanhamento escolar.

Perceber as dificuldades de aprendizagem e atuar de forma apropriada sobre elas, é uma forma de fazer acontecer a aprendizagem significativa. Fazer com que o aluno consiga superar esse problema, muitas vezes causados por déficits cognitivos, físicos e, ou afetivo, representa a investigação, a finalidade, de muitos dos profissionais que acreditam no construir, nas superações que o processo educativo pode proporcionar.

Segundo Bardin (2011) a análise de conteúdo é definida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por

procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

Cabe ao educador diagnosticar o tipo de problema que aluno está enfrentando, o que muitas vezes não é tarefa simples, portanto quando um professor perceber que alguma coisa não está dentro da normalidade com um aluno ou seja, que o aluno não está tendo um bom rendimento, ao invés de achar que o aluno é incapaz de aprender, é preciso procurar conhecer as causas dessa dificuldade.

### **1.2.3 Estratégias de ensino inovadoras no processo de ensino e aprendizagem com estudantes do Ensino Médio noturno**

Muitas mudanças estão sendo inseridas em nosso sistema, as formas como interagimos uns com os outros, ou como geramos aprendizado no amago educacional já não são mais as mesmas, desde que as tecnologias de comunicação começaram a se desenvolver, isso se deve graças a estratégia que vem sendo implementada em conjuntos com os órgãos competentes, com o objetivo de garantir uma formação completa a seus alunos docentes da parte da noite que trabalham durante o dia, cabe às instituições de ensino aproveitar as possibilidades que as novas possibilidades, adotando novas práticas pedagógicas inovadoras pertinentes à nova realidade.

Inúmeras ferramentas de ensino têm sido desenvolvidas nos mais diferentes contextos, com o intuito de melhorar o aprendizado e tornar o processo mais interessante para os alunos.

Uma enorme quantidade de informação é disponibilizada hoje junto ao trabalho pedagógico, temos três eixos principais que embasam o nosso ensino, que são:

1. competências cognitivas;
2. competências práticas;
3. competências socioemocionais.

Segundo Paulo Freire (2005), a educação deve ser um instrumento de libertação, capacitando os alunos a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades. De acordo com o educador, aprender é complemento da formação do sujeito como humano. Se aprende na relação com o outro, no diálogo com outro, na aproximação dele com o conhecimento do outro.

Neste sentido dentro da pedagogia freiriana, a formação do docente requer a emancipação crítica do seu papel enquanto formador e a valorização do diálogo real, justo e ético com o aluno. O docente precisa reaprender a ouvir e a ser humilde. Na relação com seu aluno, com seu paciente e com sua equipe. Precisa ter esperança e coragem, de ensinar, de aprender e de se reinventar a cada momento.

A pandemia pelo novo corona vírus provocou um cenário inédito de isolamento social, com rápida transição para o ensino remoto e um impacto enorme no aspecto emocional de milhões de estudantes, educadores e famílias, além de expor, mais uma vez e com ênfase, fragilidades históricas dos sistemas educacionais – sempre suscetíveis a situações de crises ou fatores que afetam diretamente o cumprimento do ano letivo e as possibilidades de aprendizagem dos estudantes (como greves, enchentes, situações de insegurança pública e outros (Sabin, 2024).

O momento atual indica uma ampliação da já enorme desigualdade no desempenho educacional por todo o país, o que adiciona desafios ao relevante papel da escola na busca por garantir a aprendizagem de qualidade a todos.

O ensino remoto, mesmo nos locais em que tenha sido bem planejado e executado, tem menores chances de gerar engajamento dos estudantes e promover o desenvolvimento, especialmente em famílias com condições reduzidas de acesso à infraestrutura necessária para isso, ou mesmo a um contexto domiciliar e comunitário menos favorável à aprendizagem. Quando pensamos no desenvolvimento de cada estudante como um processo contínuo e não fragmentado em apenas uma ou outra etapa escolar, fica ainda mais clara a necessidade de desenhar novos caminhos para garantir que a aprendizagem aconteça, mesmo que em um tempo reduzido. O ensino remoto, mesmo nos locais em que tenha sido bem planejado e executado, tem menores chances de gerar engajamento dos estudantes e promover o desenvolvimento, especialmente em famílias com condições reduzidas de acesso à infraestrutura necessária para isso, ou mesmo a um contexto domiciliar e comunitário menos favorável à aprendizagem. Quando pensamos no desenvolvimento de cada estudante como um processo contínuo e não fragmentado em apenas uma ou outra etapa escolar, fica ainda mais clara a necessidade de desenhar novos caminhos para garantir que a aprendizagem aconteça, mesmo que em um tempo reduzido.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Os procedimentos metodológicos no formato descritivo visam o estudo dos métodos para alavancar a pesquisa e abranger o máximo de informações e características que concluímos a serem essenciais para o

respectivo projeto na sala de aula invertida e rodas de conversa sendo no formato descritivo.

Em seu sentido descritivo, o método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado ou resultado desejado. Nas ciências, entende-se por método o conjunto de processos que o espírito humano deve empregar na investigação e demonstração da verdade.

Dada a base de pesquisa no que tange as estratégias metodológicas, podemos analisar diversas esferas dentre elas.

A apresentação será via formato, ou seja, o conceito de pesquisa descritiva pode ser definido como aquela que descreve com autenticidade os seguintes padrões dentre eles: uso de questionários; entrevistas observação sistemática; levantamento de dados.

**SALA DE AULA INVERTIDA:** Os diferentes fatores estão ligados ao início pois o objetivo da aula invertida está em explorar os avanços das tecnologias educacionais, além de minimizar a evasão e o nível de reprovação. A sala de aula invertida estará atrelada a três fases, essas quais são: antes, durante e depois.

Iniciando o antes será reformulado e colocado junto ao aluno o portfólio de uma relação de propostas de estudos para eles se aprofundarem e ser executados através de apresentação com metodologias que despertem seu saber e absorvam com mais facilidade o conteúdo.

Durante a aula será averiguado se os alunos buscam o mesmo conhecimento e se está tendo mesmo interesse onde ali o próprio professor possa agir com a mediação facilitando a aprendizagem cognitivas e sócio emocionais em seu desenvolvimento.

Em decorrência dos fatos aqui comentados, no após ou depois o professor fara as perguntas crucias para os alunos e examinara se houve

uma evolução, apresentando o questionário em documentos do resumo do que foi pautado em sala de aula.

**RODAS DE CONVERSAS:** Em relação as rodas de conversas, uma sala de conversa engloba vários elementos interessantes e que não podem ficar de fora da roda, da seguinte maneira iniciando a partir de pesquisa, compreensão e testagem de metodologias de ensino sócios educacionais, e os fenômenos que nela ocorrem.

Entende que nós seres humanos, somos seres sociais, e a construção e transformação do mundo, depende de nós. Por isso, é preciso estudar a diversidades de grupos sociais, as interações entre os indivíduos e os meios utilizados para o convívio em sociedade.

É necessário também, que a sociologia estude as formas de organização dentro do mundo, as suas formas de pensamento, e o impacto que podem causar na sociedade. Por isso, as áreas de pesquisa da sociologia estão ligadas ao trabalho, educação, religião, etnias, raças, desigualdades sociais, diferentes credos, questões de gênero, questões socioeconômicas, política e economia na sociedade contemporânea.

**DEBATES:** Será executado na seguinte forma, os debates serão em torno dos problemas sócias em decorrência do aluno com baixo rendimento, em prol da sua rotina estudante-trabalhador a luz da sociologia.

Assim sendo, como, quando, onde haverá mudanças no que tange as políticas educacionais relativas ao aluno sem amparo, dentro do contexto será feito e abordado as seguintes questões juntos aos estudantes.

1. quais as consequências do desinteresse da sociedade pela política?
2. é possível não nos envolvermos com a política?
3. o baixo rendimento estudantil de forma geral é culpa apenas dos métodos conservadores ou apenas grande parte irrisórios?

Outro aspecto importante também está vinculado a maneiras como os debates estarão ancorados e explícitos na forma como deve ser feita pelos alunos abordando as diferentes formas como o baixo rendimento tende a ser uma questão social grave e relevante, sendo profunda em sua essência levantando vários aspectos essenciais para o grande debate.

**MÚSICA E TEATRO:** A Música e o Teatro têm o poder de influenciar os estudantes do Ensino Médio, sendo uma poderosa ferramenta nos procedimentos metodológicos em contextos educacionais, sendo uma forma de motivação adicional e como uma possibilidade de interação do grupo depois de um dia de trabalho exaustivo. A música pode ser usada para tratar questões emocionais, cognitivas, melhorando o humor e redução do estresse. Aplicada em grupo promove a colaboração, a comunicação entre os participantes ajudando na reabilitação física.

O Teatro promove a interação entre o grupo, no qual os estudantes têm a oportunidade de interpretar personagens de diversos contextos históricos ou contemporâneos. Essa interação teatral auxilia na compreensão e retenção de conteúdos e informações. Ajuda a mostrar situações cotidianas de diversos contextos. Permite expressar emoções, bem como, a melhora da autoestima.

A utilização do teatro permite aos estudantes a compreensão e resolução de conflitos internos.

**ROLETA NOTICIÁRIA:** Pode ser utilizada para engajar os estudantes de uma forma mais descontraída, porém muito importante para desenvolver as habilidades críticas face as atualidades dos noticiários. Para isso o professor seleciona recursos e notícias de diversas modalidades no que diz respeito a Sociedade, política, cultura e esportes.

A confecção da roleta pode ser tanto física quanto digital, na qual os estudantes giram a roleta e o tema que for selecionado, será o assunto escolhido para debate.

Desse modo os estudantes podem fazer uma comparação em relação a diferentes fontes de notícias com um mesmo tema, porém identificar diferentes abordagens e possíveis vieses. Sendo assim os estudantes podem organizar debates propiciando a utilização de diferentes pontos de vista.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, A. V. B. Trabalho e qualificação: questões conceituais e desafios postos pelo cenário de reestruturação produtiva. *In*: J. E. Borges-Andrade, G. Abbad & L. Mourão (org.), **Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho fundamentos para a gestão de pessoas**. São Paulo: Bookman, p. 23-40, 2006.

BETANIA I. Ramalho. **A inserção do trabalhador estudante no ensino Médio noturno**: a experiência do currículo diferenciado no Rio Grande do Norte/RN-Brasil. Universidade Federal De Rio Grande Do Norte (Ufrn). Bormann Instituto Kennedy/Seec/Rn.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 08 abr. 2024.

DUTRA-THOMÉ, Luciana; PEREIRA, Anderson Siqueira; KOLLER, Silvia Helena. O desafio de conciliar trabalho e escola: características sociodemográficas de jovens trabalhadores e não-trabalhadores. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 101–109, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-37722016011944101109>. Acesso em: 05 abr. 2024.

FRANZOI, Naira Lisboa; FISCHER, Maria Clara Bueno; SILVA, Carla Odete Balestro; BARROS, Anália Bescia Martins de. O estudante trabalhador na escola pública: Um direito negado? **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 27, 136, 2019. <https://doi.org/10.14507/epaa.27.4068>

MATTOS, Elsa de; CHAVES, Antônio Marcos. Trabalho e escola: é possível conciliar? A perspectiva de jovens aprendizes baianos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 540–555, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000300008>. Acesso em: 03 mar. 2024.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite. Desigualdades no Ensino Médio: o que faz o estudante-trabalhador. **Cadernos de Pesquisa**. V. 26, n. 4, out./dez. 2019. p. 89–106, 20 Dez 2019. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosde-pesquisa/article/view/13043>.

PERALTA, Tania Paula; OLIVEIRA, Francismara Neves de. A relação entre escola e trabalho: a realidade social na perspectiva de crianças e adolescentes. **Educação em Questão**, Natal, v. 55, n. 45, p. 200–226, jul./set. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2017v-55n45ID12751>. Acesso em: 05 mar. 2024.

RIBEIRO, Shirlene. Relação trabalho-escola: uma discussão sobre o papel social da escola na atualidade e perspectivas futuras. **Educação & Tecnologia**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 38–42, jul./dez. 2000.

SILVA, M. P. **Juventude estudantil e as representações sociais da escola e de seu vínculo com o trabalho**: o caso do ensino médio na Região Administrativa de Gama-DF. Orientador: Eguimar Felício Chaveiro. 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2015.

SILVA, Catarina Malheiros da. **Juventude, cotidiano e escola**: vivências no meio rural. Cadernos de Pesquisa em Educação – CPAE, n. 19, out. 2019/mar. 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/342571213>. Acesso em: 05 mar. 2024.

# Capítulo 3

## DESIGUALDADES SOCIAIS E O MERCADO DE TRABALHO NO CONTEXTO DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

Patrícia Macagnan De Lima

### INTRODUÇÃO

O estudo das desigualdades sociais e seu impacto no mercado de trabalho, especialmente entre os estudantes do ensino médio, representa um desafio fundamental para compreender como essas disparidades moldam as oportunidades e escolhas profissionais dos jovens. Em um cenário onde fatores como classe social, raça, gênero e acesso a recursos educacionais desempenham papéis importantes, as trajetórias de carreira dos estudantes são significativamente influenciadas desde cedo.

O Ensino Médio no Brasil é uma etapa fundamental na formação educacional dos jovens, consolidando habilidades e conhecimentos essenciais para a vida adulta e o mercado de trabalho. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, o Ensino Médio visa: consolidar e aprofundar conhecimentos do Ensino Fundamental; preparar para o trabalho e a cidadania; aprimorar o educando como pessoa humana; e compreender os fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos.

As turmas do Ensino Médio no Brasil são heterogêneas e refletem a diversidade socioeconômica, racial e cultural do país. A diversidade

socioeconômica é evidente, com alunos de diferentes origens tendo acesso desigual a recursos educacionais. Estudantes de famílias mais abastadas geralmente têm acesso a materiais didáticos de qualidade, internet, aulas de reforço e atividades extracurriculares, ampliando suas oportunidades educacionais e profissionais (Nogueira, 2019).

A diversidade racial e étnica é significativa, mas estudantes de minorias frequentemente enfrentam desafios adicionais, como preconceito e discriminação, afetando seu desempenho escolar e aspirações profissionais (Silva, 2020). As questões de gênero também influenciam as experiências educacionais, com estereótipos que podem limitar as escolhas de áreas de estudo e carreiras, particularmente para meninas em STEM (Garcia, 2018).

O acesso a recursos educacionais varia entre escolas públicas e privadas. Escolas privadas oferecem melhores infraestruturas e mais atividades extracurriculares, enquanto muitas escolas públicas enfrentam problemas de infraestrutura e falta de recursos didáticos (Vieira, 2021). A crescente digitalização da educação também revelou desigualdades, especialmente durante a pandemia de COVID-19, onde o acesso à tecnologia foi fundamental para a continuidade dos estudos (--+).

Compreender as características das turmas do Ensino Médio e os objetivos dessa etapa educacional, conforme estabelecido pela LDB, é essencial para analisar como as desigualdades sociais influenciam as oportunidades e escolhas profissionais dos jovens. A diversidade socioeconômica, racial, de gênero e o acesso desigual a recursos educacionais moldam significativamente as trajetórias de carreira desde cedo.

O projeto intitulado “Desigualdades Sociais e o Mercado de Trabalho: Um Estudo com Estudantes do Ensino Médio” será realizado na Escola de Educação Básica Governador Lacerda, localizada no bairro Santa Tereza, no município de Videira. No segundo semestre de 2024, o projeto envolverá alunos do 1º ano do ensino médio, com idades entre 14

e 16 anos. No primeiro semestre de 2025, as atividades serão realizadas com alunos do 2º ano, de 16 a 17 anos, e, no segundo semestre de 2025, com alunos do 3º ano, de 17 a 18 anos, na mesma instituição. O estudo investigará as diferenças nas oportunidades de emprego disponíveis para estudantes de ensino médio de baixa renda em comparação com seus pares de alta renda.

A relação entre desigualdades sociais e o trabalho no contexto dos estudantes do ensino médio reflete a influência que o acesso desigual a oportunidades econômicas pode ter sobre suas trajetórias educacionais e profissionais, moldando suas perspectivas e limitações futuras. Assim, a questão central que orienta a pesquisa é: qual a relação entre desigualdades sociais e o trabalho no contexto dos estudantes do ensino médio? As questões de estudo incluem: de que forma a desigualdade social se manifesta nas relações de trabalho? De que maneira a desigualdade social prejudica a vida dos estudantes que buscam um futuro próspero? Como as desigualdades sociais podem prejudicar a vida dos estudantes no mercado de trabalho? Como a educação pode auxiliar ou mudar esta desigualdade social no mercado de trabalho? Quais estratégias pedagógicas podem estimular os alunos a participarem do processo de ensino-aprendizagem?

O objetivo geral do projeto é compreender os mecanismos pelos quais a desigualdade social afeta as oportunidades e escolhas de carreira, além de investigar como as diferenças socioeconômicas influenciam as aspirações profissionais dos estudantes do ensino médio. Para isso, os objetivos específicos incluem identificar os principais aspectos em que a desigualdade social se reflete nas relações de trabalho, compreender os efeitos das desigualdades sociais na educação e no futuro profissional dos estudantes, promover a conscientização sobre os impactos de longo prazo das desigualdades sociais no desenvolvimento profissional e propor estratégias pedagógicas que possam estimular a participação dos alunos no processo de ensino-aprendizagem.

A justificativa deste projeto é de extrema importância, pois não apenas identifica as disparidades nas oportunidades de emprego entre estudantes de diferentes contextos socioeconômicos, mas também promove uma reflexão profunda sobre como essas desigualdades impactam o futuro desses jovens. Ao entender melhor as barreiras enfrentadas por estudantes de baixa renda para ingressar no mercado de trabalho, podemos desenvolver estratégias educacionais e políticas públicas mais eficazes para reduzir essas disparidades. Além disso, o projeto é socialmente relevante, destacando a necessidade de equidade e justiça social no sistema educacional e no mercado de trabalho. Ele não apenas informa sobre as dificuldades enfrentadas pelos jovens, mas também busca inspirar mudanças significativas que promovam oportunidades iguais para todos, independentemente de sua origem social ou econômica. Dessa forma, contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e para o fortalecimento da coesão social, onde todos os indivíduos tenham a chance de realizar seu potencial pleno e contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento da comunidade.

## **1 REVISÃO DE LITERATURA**

A compreensão das desigualdades sociais e seu impacto no mercado de trabalho é essencial para analisar como essas disparidades moldam as oportunidades e escolhas profissionais dos estudantes do Ensino Médio. Estudos mostram que fatores como classe social, raça, gênero e acesso a recursos educacionais influenciam as trajetórias educacionais e profissionais dos jovens.

O Ensino Médio, conforme a LDB (Brasil, 1996), visa preparar os jovens para o trabalho e a cidadania, mas as desigualdades socioeconômicas, raciais e de gênero frequentemente comprometem esses

objetivos. Analisar essas desigualdades é importante para desenvolver políticas educacionais que promovam equidade e inclusão, garantindo oportunidades justas para todos.

## 1.1 ESTUDOS ANTERIORES SOBRE A TEMÁTICA

A análise das desigualdades sociais e suas repercussões na concepção de trabalho dos estudantes do Ensino Médio é um campo de estudo bem documentado. Através de uma pesquisa no Portal Periódicos Capes utilizando os descritores “desigualdades sociais” e “concepção de trabalho dos estudantes”, foram selecionados sete artigos relevantes para entender como esses fatores interagem no contexto educacional brasileiro. A seguir, apresentamos uma síntese e análise desses estudos, abrangendo os principais achados e suas implicações.

Santos e Silva (2020), analisam em seu texto como as desigualdades sociais afetam as trajetórias educacionais dos jovens brasileiros, com foco nas diferenças de classe social. Os autores destacam que alunos de classes sociais mais baixas enfrentam maiores dificuldades no acesso a recursos educacionais, resultando em um desempenho acadêmico inferior. Além disso, a precariedade das escolas públicas e a falta de apoio familiar são apontadas como fatores que ampliam essas desigualdades, comprometendo as oportunidades futuras desses jovens no mercado de trabalho.

O artigo de Garcia (2018), explora como os estereótipos de gênero influenciam as escolhas profissionais dos estudantes do Ensino Médio. O estudo revela que meninas são frequentemente desencorajadas a seguir carreiras nas áreas de STEM (ciências, tecnologia, engenharia e matemática), enquanto os meninos são incentivados a evitar profissões consideradas femininas. Essa dinâmica perpetua a segregação

ocupacional e limita as oportunidades de ambos os gêneros, refletindo-se em desigualdades no mercado de trabalho.

Nogueira (2019), investiga a relação entre classe social e desempenho acadêmico, destacando como a origem socioeconômica influencia as expectativas profissionais dos estudantes. O artigo mostra que alunos de famílias de alta renda têm acesso a melhores escolas, materiais didáticos de qualidade e atividades extracurriculares, resultando em maiores chances de sucesso acadêmico e melhores perspectivas de carreira. Em contraste, estudantes de famílias de baixa renda enfrentam barreiras significativas que limitam suas oportunidades futuras.

A pesquisa de Silva (2020) aborda a questão racial e suas implicações para a desigualdade educacional no Brasil. O autor Silva destaca que estudantes de minorias raciais, especialmente negros e indígenas, enfrentam discriminação e preconceito que afetam negativamente seu desempenho escolar e suas aspirações profissionais. As políticas de ações afirmativas, como cotas raciais, são discutidas como uma medida para mitigar essas desigualdades, mas o autor argumenta que são necessárias mudanças mais profundas no sistema educacional para promover a equidade racial.

Vieira (2021) compara o acesso a recursos educacionais entre escolas públicas e privadas, evidenciando as disparidades que impactam o desempenho acadêmico dos estudantes. O estudo revela que escolas privadas, frequentadas majoritariamente por alunos de alta renda, oferecem melhores infraestruturas, professores mais bem remunerados e uma preparação mais sólida para os exames vestibulares. Em contraste, as escolas públicas, especialmente nas áreas rurais e periféricas, enfrentam desafios significativos, como a falta de recursos didáticos e infraestrutura inadequada.

O estudo de Santos e Oliveira (2021), procurou explorar o impacto da digitalização na educação, especialmente após a pandemia de COVID-19. Os autores argumentam que o acesso à tecnologia se tornou

um determinante crítico no aprendizado, exacerbando as desigualdades existentes. Estudantes com acesso a computadores e internet de qualidade puderam continuar seus estudos de forma mais eficaz durante a pandemia, enquanto aqueles sem esses recursos enfrentaram grandes dificuldades. A digitalização, portanto, se apresenta como um novo fator de desigualdade educacional que necessita de políticas de inclusão digital.

Mendes (2022), analisa como o Ensino Médio pode promover a formação ética e cidadã dos estudantes, conforme preconizado pela LDB. O estudo ressalta que, além da preparação acadêmica e profissional, é fundamental desenvolver competências sociais e éticas. No entanto, a pesquisa indica que as escolas enfrentam desafios significativos para integrar esses aspectos no currículo, especialmente em contextos de alta desigualdade social. A formação integral dos estudantes é vista como essencial para prepará-los para o mercado de trabalho e a vida cidadã.

As desigualdades sociais no contexto educacional brasileiro e suas repercussões nas concepções de trabalho dos estudantes do Ensino Médio, evidenciam que a classe social emerge como um fator determinante no acesso a recursos educacionais e no desempenho acadêmico, influenciando diretamente as oportunidades futuras dos jovens, e fica destacado que a disparidade de recursos entre escolas públicas e privadas contribui para a perpetuação das desigualdades socioeconômicas (Nogueira, 2019; Vieira, 2021).

Os trabalhos de Garcia (2018) e Silva (2020) destacam que as questões de gênero e raça também são importantes, os estereótipos de gênero limitam as escolhas profissionais, perpetuando a segregação ocupacional e exacerbando as desigualdades no mercado de trabalho. Da mesma forma, a discriminação racial afeta negativamente o desempenho escolar e as aspirações profissionais dos estudantes de minorias, destacando a necessidade de políticas de ações afirmativas e uma abordagem mais inclusiva no sistema educacional.

A digitalização da educação, abordada por Santos e Oliveira (2021), acrescenta uma nova dimensão às desigualdades educacionais. A pandemia de COVID-19 evidenciou as disparidades no acesso à tecnologia, sublinhando a urgência de políticas que garantam a inclusão digital para todos os estudantes.

Por fim Mendes (2022) aponta para a importância da formação ética e cidadã no Ensino Médio, ressaltando os desafios e oportunidades de integrar esses aspectos no currículo. A formação integral dos estudantes é vista como essencial para prepará-los não apenas para o mercado de trabalho, mas também para o exercício pleno da cidadania.

A literatura revisada demonstra que as desigualdades sociais impactam profundamente as concepções de trabalho dos estudantes do Ensino Médio no Brasil. Classe social, raça, gênero e acesso a recursos educacionais são fatores inter-relacionados que moldam as trajetórias educacionais e profissionais dos jovens.

As desigualdades sociais têm sido tratadas, com honrosas exceções, sem o rigor que o assunto merece. Em muitas discussões, no campo educativo, a superação desse cenário desigual é sinalizada por proposições político-pedagógicas que negligenciam ou silenciam as questões estruturais, pois que se limitam a enfatizar as formas de organização e gestão, bem como a regulamentação e a regulação que demarcam a educação e as políticas educacionais como chaves explicativas.

## 1.2 DESIGUALDADES SOCIAIS E O TRABALHO NO CONTEXTO DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

As desigualdades sociais no Brasil têm um impacto significativo na trajetória educacional e nas futuras oportunidades de trabalho dos jovens estudantes do Ensino Médio. Este fenômeno é multifacetado,

influenciado por fatores como classe social, raça, gênero e acesso a recursos educacionais de qualidade. Compreender como essas disparidades afeta as relações de trabalho dos jovens é fundamental para desenvolver políticas que promovam a equidade e a inclusão no sistema educacional e no mercado de trabalho (Vieira, 2021).

### **1.2.1 A desigualdade social e as relações de trabalho de jovens estudantes**

A desigualdade social permeia as relações de trabalho dos jovens estudantes, influenciando desde as oportunidades de estágio até o acesso a programas de capacitação profissional. Segundo Santos e Silva (2020), estudantes de classes sociais mais baixas enfrentam maiores dificuldades para conseguir estágios remunerados ou acessar programas de aprendizagem, o que limita suas experiências práticas e impacta negativamente sua empregabilidade futura.

Além disso, a pesquisa de Nogueira (2019) revela que a classe social também afeta diretamente as expectativas profissionais dos estudantes. Aqueles provenientes de famílias de baixa renda tendem a almejar ocupações com menor prestígio e remuneração, muitas vezes devido à falta de modelos de sucesso em suas comunidades e à escassez de redes de apoio que poderiam orientá-los em direção a carreiras mais valorizadas no mercado de trabalho.

No modelo de sociedade capitalista, o trabalho apresenta características particulares em que grande número de pessoas são submetidas a situações desumanas, o que demarca contradições que se refletem sobre a vida dos indivíduos. Até mesmo o desenvolvimento da ciência, que supostamente poderia colocar a humanidade em condições de igualdade nas possibilidades de trabalho, segue a lógica de exploração

e ampliação da mais-valia. Como resultado, crescem as desigualdades sociais, com aumento no número de pessoas que compõem as formas de subproletarização. De tal forma, a sociedade capitalista possui condições de fornecer a todos, condições de sobrevivência, mas, ao contrário, caminha na direção da apropriação individual de recursos, refletindo sobre a condição de vida do homem (Nogueira, 2019).

As desigualdades sociais exercem um papel fundamental na vida dos estudantes do ensino médio, moldando suas oportunidades educacionais e perspectivas de carreira. Essas desigualdades não são apenas econômicas, mas também estruturais, influenciadas por variáveis como classe social, etnia, gênero e localização geográfica. Karl Marx (1867), um dos principais teóricos do século XIX, oferece uma análise crítica das relações de produção dentro do capitalismo. Segundo Marx, o modo de produção capitalista é caracterizado pela divisão da sociedade em duas classes principais: a burguesia, detentora dos meios de produção, e o proletariado, que vende sua força de trabalho em troca de salário.

Marx argumenta que essa relação fundamental entre capital e trabalho cria uma estrutura na qual a classe trabalhadora enfrenta condições desiguais e exploratórias. Segundo ele, “o trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz e tanto mais sua produção aumenta em poder e extensão quanto mais ele se torna um servo do capital” (Marx, 1867, p. 13).

No contexto educacional, as desigualdades sociais se manifestam de diversas formas. Estudantes de famílias de baixa renda muitas vezes enfrentam barreiras econômicas para acessar recursos educacionais de qualidade, como material didático, transporte e atividades extracurriculares. Além disso, a falta de redes de apoio e oportunidades limitadas de desenvolvimento profissional podem restringir suas opções de carreira futura.

Um estudo de caso interessante são as disparidades de oportunidades educacionais entre escolas públicas e privadas. Pesquisas demonstram que escolas localizadas em áreas de baixa renda frequentemente têm menos recursos financeiros e materiais, resultando em uma educação de qualidade inferior comparada às escolas de áreas mais privilegiadas (Bourdieu, 1973).

Bourdieu (1986) argumenta que os estudantes de classes privilegiadas frequentemente possuem um capital cultural maior, incluindo habilidades linguísticas, conhecimento prévio e familiaridade com as expectativas educacionais, o que lhes confere uma vantagem significativa no sistema educacional (Bourdieu, 1986).

A relação entre desigualdades sociais e trabalho no contexto dos estudantes do ensino médio é complexa e multifacetada. A teoria marxista oferece uma lente crítica importante para entender como as relações de produção capitalistas perpetuam e intensificam as disparidades socioeconômicas. Ao reconhecer essas dinâmicas, podemos trabalhar para implementar políticas educacionais mais inclusivas e equitativas que ajudem a mitigar as desigualdades e promover oportunidades igualitárias para todos os estudantes.

### 1.2.1.1 Impacto da classe social nas expectativas de trabalho

A classe social desempenha um papel fundamental na formação das expectativas de trabalho dos estudantes do Ensino Médio. Estudantes de famílias de alta renda geralmente têm acesso a uma educação de maior qualidade, incluindo escolas privadas com melhores infraestruturas, professores mais bem qualificados e um leque mais amplo de atividades

extracurriculares. Essas vantagens educacionais proporcionam a esses jovens uma preparação mais robusta para os exames vestibulares e, conseqüentemente, uma maior probabilidade de ingressar em universidades renomadas e em cursos que oferecem melhores perspectivas de carreira (Mendes, 2022).

Em contraste, Nogueira (2019) discorre que estudantes de famílias de baixa renda frequentemente enfrentam barreiras significativas, como a falta de recursos educacionais adequados e o apoio limitado em casa para suas atividades escolares. Essas desvantagens estruturais não só afetam seu desempenho acadêmico, mas também limitam suas aspirações e expectativas profissionais. Muitos desses jovens acabam optando por entrar precocemente no mercado de trabalho em ocupações de baixa qualificação, contribuindo para a perpetuação do ciclo de pobreza e desigualdade.

Santos e Silva (2020), destacam que a origem socioeconômica é um dos principais determinantes das expectativas de trabalho dos jovens. Alunos de famílias de alta renda tendem a vislumbrar carreiras em áreas de prestígio e bem remuneradas, enquanto aqueles de baixa renda frequentemente veem o trabalho como uma necessidade imediata para a subsistência, com menos ênfase em desenvolvimento profissional de longo prazo.

Esta afirmativa revela a influência significativa que o contexto familiar e econômico exerce sobre as perspectivas de carreira desde a juventude. Alunos provenientes de famílias de alta renda tendem a vislumbrar carreiras em áreas de prestígio e bem remuneradas, muitas vezes influenciados pelo capital cultural e social que adquirem ao longo da vida (Bourdieu, 1986).

Essas expectativas divergentes refletem as desigualdades sociais discutidas anteriormente. Enquanto jovens de famílias mais privilegiadas podem explorar opções de carreira com base em interesses pessoais e

aspirações profissionais, aqueles de baixa renda frequentemente encaram o trabalho como uma necessidade imediata para a subsistência. Essa perspectiva limitada é reforçada pela falta de acesso a redes de contatos, orientação vocacional adequada e recursos educacionais que poderiam ampliar suas visões de futuro (Bourdieu, 1973).

O desenvolvimento profissional dos jovens é profundamente afetado por essas expectativas iniciais. Estudantes que desde cedo são incentivados a explorar suas paixões e habilidades tendem a buscar campos profissionais que correspondam a seus interesses, contribuindo para um engajamento mais profundo e uma maior realização pessoal. Por outro lado, aqueles cujas opções são limitadas pela falta de recursos financeiros e suporte familiar podem sentir-se pressionados a optar por carreiras mais tradicionais e menos exploradas, perpetuando assim ciclos de desigualdade (Bourdieu, 1990).

É fundamental reconhecer que as barreiras enfrentadas por jovens de origens socioeconômicas desfavorecidas não são apenas econômicas, mas também culturais e estruturais. A falta de representação de modelos de sucesso em suas comunidades, bem como a ausência de programas de mentoria e apoio acadêmico, contribui para a perpetuação das disparidades no acesso a oportunidades educacionais e profissionais (Bourdieu, 1977).

Para abordar essas disparidades, políticas públicas devem focar em várias frentes. Isso inclui investimentos em educação inclusiva que promovam equidade desde a infância, oferecendo suporte adicional para estudantes de origens desfavorecidas, como bolsas de estudo, programas de mentoria e desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Além disso, é essencial promover uma conscientização mais ampla sobre as influências das desigualdades socioeconômicas nas trajetórias de vida dos jovens, incentivando uma sociedade mais justa e igualitária (Bourdieu, 1984).

A pesquisa de Santos e Silva (2020) destaca a importância crítica da origem socioeconômica na formação das expectativas de

trabalho dos jovens. Esta discussão amplia nosso entendimento sobre como as desigualdades sociais moldam não apenas as oportunidades educacionais, mas também as percepções individuais sobre o trabalho e o desenvolvimento profissional. Ao reconhecer e enfrentar essas dinâmicas, podemos aspirar a um futuro em que todos os jovens tenham igualdade de acesso e oportunidades para alcançar seu pleno potencial.

### 1.2.1.2 Influência das desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho juvenil

As desigualdades raciais e de gênero também desempenham um papel significativo nas relações de trabalho dos jovens estudantes do Ensino Médio. Estudantes de minorias raciais, como negros e indígenas, enfrentam discriminação e preconceito tanto no ambiente escolar quanto no mercado de trabalho. Esses jovens frequentemente lidam com expectativas mais baixas por parte dos educadores e da sociedade em geral, o que pode afetar negativamente sua autoconfiança e suas aspirações profissionais (Santos; Silva, 2020).

Silva (2020) discute que a discriminação racial no sistema educacional contribui para a disparidade no desempenho acadêmico entre estudantes brancos e negros. Essa desigualdade de desempenho, por sua vez, se reflete no mercado de trabalho, onde jovens negros têm menos oportunidades de emprego de alta qualificação e enfrentam maiores taxas de desemprego.

Além das questões raciais, os estereótipos de gênero também influenciam as escolhas de carreira dos estudantes. Garcia (2018) observa que meninas são frequentemente desencorajadas a seguir carreiras nas áreas de ciências, tecnologia, engenharia e matemática,

que são tradicionalmente dominadas por homens e oferecem melhores remunerações. Esse desencorajamento limita as oportunidades de emprego e o potencial de ganhos das jovens mulheres, perpetuando as desigualdades de gênero no mercado de trabalho.

De acordo Santos e Silva (2020) os meninos, por outro lado, podem ser desencorajados a seguir carreiras em áreas consideradas femininas, como enfermagem ou educação infantil, devido aos estereótipos de masculinidade. Essa pressão para conformar-se a normas de gênero restringe as opções de carreira disponíveis para ambos os sexos, resultando em uma força de trabalho menos diversificada e flexível.

Meninos são frequentemente desencorajados a considerar profissões historicamente associadas ao feminino, como enfermagem ou educação infantil, devido às normas de masculinidade que valorizam características como competitividade e assertividade em detrimento de habilidades de cuidado e empatia (Connell, 1995).

Essa pressão para conformar-se a estereótipos de gênero restringe não apenas as opções de carreira para meninos, mas também perpetua desigualdades de gênero no mercado de trabalho. Por exemplo, a enfermagem, apesar de ser uma profissão essencial e altamente demandada, continua a ser dominada por mulheres devido à percepção de que o cuidado é uma qualidade feminina. Isso resulta em uma força de trabalho menos diversificada e flexível, incapaz de aproveitar todo o potencial de indivíduos de diferentes habilidades e interesses.

Além das restrições individuais impostas pelos estereótipos de gênero, há também desigualdades estruturais que perpetuam essas divisões. Por exemplo, a falta de representação masculina em profissões como educação infantil pode ser exacerbada pela ausência de políticas educacionais que promovam a diversificação de gênero nessas áreas. Isso não apenas limita as escolhas de carreira dos jovens, mas também

impacta negativamente a qualidade dos serviços prestados em setores essenciais para o desenvolvimento humano.

A rigidez nos papéis de gênero e nas expectativas de carreira não apenas prejudica indivíduos, mas também afeta a economia e a sociedade como um todo. Uma força de trabalho diversificada e inclusiva é importante para a inovação e a produtividade, permitindo que diferentes perspectivas e habilidades contribuam para soluções mais eficazes e criativas (Connell, 1995). Portanto, combater estereótipos de gênero no trabalho não é apenas uma questão de justiça social, mas também de eficiência econômica e desenvolvimento sustentável.

Para superar essas barreiras, é fundamental implementar políticas educacionais e de recrutamento que promovam a diversidade de gênero em todas as áreas profissionais. Isso inclui iniciativas para desconstruir normas de masculinidade e feminilidade que limitam as escolhas individuais e coletivas. Programas de orientação vocacional e mentoria podem desempenhar um papel importante ao oferecer suporte emocional e informacional para jovens que desejam explorar interesses não tradicionais para seu gênero (Santos; Silva, 2020).

Os estereótipos de gênero continuam a exercer um impacto significativo nas escolhas de carreira dos jovens, limitando suas opções e perpetuando desigualdades no mercado de trabalho. A pesquisa de Santos e Silva (2020) destaca a necessidade urgente de abordar esses estereótipos através de políticas educacionais e sociais que promovam a igualdade de oportunidades e incentivem uma maior diversidade nas escolhas de carreira. Ao fazer isso, podemos aspirar a uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos os indivíduos possam alcançar seu potencial máximo, independentemente de normas de gênero antiquadas.

### 1.3 A educação como instrumento de transformação social

O ambiente social e cultural em que o indivíduo está inserido exerce uma grande influência no desenvolvimento de suas características próprias da condição humana. Isso se dá pelo fato de que é nesse ambiente que se encontram os saberes construídos ao longo do tempo, acompanhado de os instrumentos e peculiaridades que o definem como ser humano. Dessa maneira, cada pessoa se torna parte de um coletivo que compartilha do mesmo contexto histórico, com suas particularidades, e é por meio da interação com esse ambiente que ocorre sua transformação.

Para Marx (2008), o todo que aparece no pensamento humano é um produto da mente que pensa e se apropria do mundo. Assim, a vertente do Materialismo Histórico-Dialético possui uma concepção de ciência voltada ao desvelamento das estruturas do fenômeno a ser estudado. Para isso, busca compreender a realidade que se apresenta a partir da complexa rede de relações sociais. Os fenômenos são identificados como concretudes, sínteses de inúmeras determinações históricas e sociais. A ciência seria a responsável por desvelar todas as estruturas que aparecem como subjacentes à história do fenômeno, não se detendo nas aparências imediatas das ideologias em vigência, mas apanhando o concreto em suas múltiplas determinações e compreendendo que a produção material determina a organização social de uma sociedade.

A educação desempenha um papel importante como instrumento de transformação social, especialmente no contexto das desigualdades sociais enfrentadas pelos estudantes do Ensino Médio. Investir em educação de qualidade não apenas prepara os jovens para o mercado de trabalho, mas também contribui para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva. Ao oferecer acesso equitativo a recursos educacionais, como infraestrutura adequada, material didático atualizado

e professores bem capacitados, as políticas educacionais podem reduzir as disparidades socioeconômicas e promover a mobilidade social (Mendes, 2022).

De acordo com Nogueira (2019) a educação inclusiva não se limita ao aspecto acadêmico; ela também engloba o desenvolvimento de competências sociais e emocionais, fundamentais para o exercício pleno da cidadania. Ao promover valores de igualdade, respeito mútuo e diversidade, as escolas podem criar um ambiente propício para o crescimento pessoal e coletivo dos estudantes. Além disso, programas extracurriculares, orientação vocacional e parcerias com o setor privado podem ampliar as oportunidades de aprendizado e preparação para o mercado de trabalho.

Paulo Freire é um dos principais teóricos da educação, conhecido por sua pedagogia crítica e humanista. Freire defendia uma educação que não apenas transmitisse conhecimentos, mas que também capacitasse os indivíduos a compreenderem criticamente o mundo à sua volta e a transformá-lo. No contexto da educação inclusiva, Freire destacaria a importância de promover valores de igualdade e respeito, criando espaços educacionais que valorizem a diversidade e a autonomia dos estudantes (Freire, 1970).

Saviani (1983) contribuiu significativamente para a educação brasileira com sua teoria da pedagogia histórico-crítica. Para Saviani, a educação deve estar centrada na formação crítica e na compreensão das contradições sociais, preparando os estudantes para uma participação ativa na transformação da sociedade. No contexto da educação inclusiva, Saviani enfatizaria a necessidade de uma prática educativa que reconheça e respeite as diferenças individuais, ao mesmo tempo em que promove uma educação de qualidade para todos os estudantes.

Libâneo (2007), influenciado pela pedagogia crítica, contribui com a teoria da pedagogia crítico-social dos conteúdos, focando na

importância de uma educação que articule conteúdo específicos com a formação crítica e cidadã dos estudantes. Para o autor, a educação inclusiva deve garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso de todos os alunos, independentemente de suas características individuais ou condições socioeconômicas.

Além de uma sólida base acadêmica, a educação inclusiva deve investir no desenvolvimento de competências sociais e emocionais. Estas competências são essenciais para a vida em sociedade, capacitando os estudantes a interagirem de forma construtiva, resolverem conflitos de maneira pacífica e desenvolverem empatia e compreensão para com os outros. Programas extracurriculares, orientação vocacional e parcerias com o setor privado podem complementar o currículo acadêmico, oferecendo aos alunos oportunidades adicionais de aprendizado prático e preparação para o mercado de trabalho (Saviani, 1983).

Para ilustrar como esses princípios podem ser implementados na prática, consideremos o exemplo de escolas que adotam programas de mediação de conflitos e desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Essas iniciativas não apenas fortalecem o ambiente escolar, reduzindo casos de bullying e violência, mas também preparam os estudantes para lidar com desafios do mundo real de maneira mais eficaz e empática.

A abordagem de Nogueira (2019) sobre educação inclusiva destaca a importância de um ensino que vá além do acadêmico, promovendo valores fundamentais para a convivência democrática e o desenvolvimento pessoal dos estudantes. Ao integrar as contribuições teóricas de Paulo Freire, Saviani e outros educadores, podemos construir um sistema educacional mais justo e inclusivo, capaz de preparar todos os alunos para uma participação plena e significativa na sociedade do século XXI.

### 1.3.1 Estratégias pedagógicas para o ensino de sociologia

De acordo com Garcia (2018) no contexto do Ensino Médio, o ensino de Sociologia desempenha um papel fundamental ao oferecer aos estudantes ferramentas críticas para compreender as estruturas sociais e as dinâmicas de poder que perpetuam as desigualdades. Estratégias pedagógicas eficazes incluem, integrar temas atuais e relevantes no ensino de Sociologia permite que os estudantes conectem conceitos teóricos a problemas reais enfrentados pela sociedade. Isso promove uma compreensão mais profunda das questões sociais e estimula o pensamento crítico.

Silva (2020) aborda que estudar casos específicos dentro da própria comunidade dos estudantes ajuda a contextualizar os conceitos sociológicos, demonstrando como as estruturas sociais operam no cotidiano das pessoas. Isso facilita a identificação de padrões e a reflexão sobre possíveis formas de mudança social. E promover debates em sala de aula sobre questões controversas e complexas encoraja os estudantes a considerarem diferentes perspectivas e a formular argumentos fundamentados. Isso não apenas fortalece suas habilidades argumentativas, mas também os capacita a participar ativamente na construção de uma sociedade mais justa.

Vieira (2021) enfatiza que utilizar recursos digitais, como vídeos, podcasts e plataformas interativas, pode enriquecer o aprendizado ao oferecer múltiplas formas de acesso ao conhecimento e facilitar a colaboração entre os estudantes, e atividades que incentivam a empatia e a solidariedade, como projetos comunitários e visitas a organizações sociais, ajudam os estudantes a desenvolver um senso de responsabilidade social e a compreender as diferentes realidades enfrentadas pelos membros da sociedade.

Programar estratégias pedagógicas não apenas enriquece o aprendizado dos estudantes, mas também os preparam para se tornarem agentes de mudança em suas comunidades. Ao cultivar uma compreensão crítica das desigualdades sociais e promover valores de justiça social, a disciplina de Sociologia pode desempenhar um papel vital na construção de um futuro mais equitativo e inclusivo (Garcia, 2018).

A compreensão das desigualdades sociais e suas repercussões nas relações de trabalho dos jovens estudantes do Ensino Médio é essencial para o desenvolvimento de políticas que promovam a equidade e a inclusão. A análise revela que a classe social, raça e gênero são fatores inter-relacionados que influenciam as expectativas de trabalho e as oportunidades disponíveis para os jovens. Para mitigar essas desigualdades, é fundamental investir em políticas educacionais inclusivas que garantam acesso igualitário a recursos de qualidade, além de promover iniciativas que combatam o preconceito e a discriminação no ambiente escolar e no mercado de trabalho (Nogueira, 2019). Somente assim será possível proporcionar a todos os jovens as oportunidades necessárias para alcançar seu potencial e contribuir de maneira significativa para a sociedade.

As desigualdades sociais desempenham um papel importante na determinação das trajetórias de carreira dos jovens estudantes do Ensino Médio. Fatores como classe social, raça e gênero frequentemente moldam suas expectativas de trabalho e as oportunidades às quais têm acesso. Estudantes de famílias de baixa renda, por exemplo, podem enfrentar barreiras significativas devido à falta de recursos econômicos para investir em educação complementar, como cursos extracurriculares ou tutoria especializada (Bourdieu, 1986).

É importante considerar a interseccionalidade desses fatores, pois muitos jovens lidam com múltiplas formas de marginalização. Por exemplo, jovens negros ou indígenas de famílias de baixa renda podem enfrentar obstáculos adicionais devido ao racismo estrutural, que limita

suas oportunidades educacionais e de emprego (Collins, 1990). Da mesma forma, meninas podem ser influenciadas por estereótipos de gênero que as desencorajam de buscar carreiras em campos tradicionalmente dominados por homens, como ciência e tecnologia.

Para mitigar essas desigualdades, é importante investir em políticas educacionais inclusivas que garantam acesso igualitário a recursos de qualidade para todos os estudantes. Isso inclui programas de bolsas de estudo, subsídios para transporte escolar e apoio financeiro para atividades extracurriculares (Sen, 1999). Além disso, é necessário fortalecer as políticas de combate ao preconceito e à discriminação no ambiente escolar, criando um ambiente seguro e acolhedor para todos os estudantes, independentemente de sua origem ou identidade (Freire, 1970).

Algumas escolas e comunidades já estão implementando iniciativas bem-sucedidas para promover a equidade e a inclusão. Por exemplo, programas de mentoria que conectam estudantes a profissionais de diversas áreas podem ampliar suas perspectivas de carreira e oferecer orientação personalizada para alcançar seus objetivos educacionais e profissionais (Saviani, 1983). Além disso, parcerias com o setor privado para estágios e programas de aprendizagem podem proporcionar aos jovens, experiências práticas e acesso a redes profissionais que são fundamentais para o sucesso no mercado de trabalho contemporâneo (Frigotto, 2001).

A educação não é apenas um meio de preparar indivíduos para o mercado de trabalho, mas também uma ferramenta poderosa para a transformação social. Ao promover valores de igualdade, respeito mútuo e diversidade desde cedo, as escolas não só capacitam os estudantes a alcançarem seu potencial máximo, mas também contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva (Nogueira, 2019).

A compreensão das desigualdades sociais e suas repercussões nas relações de trabalho dos jovens estudantes do Ensino Médio é

fundamental para o desenvolvimento de políticas educacionais eficazes que promovam a equidade e a inclusão. Ao abordar questões relacionadas à classe social, raça e gênero de maneira interseccional, podemos criar um ambiente educacional mais justo e igualitário, onde todos os jovens tenham as oportunidades necessárias para alcançar seu potencial e contribuir de maneira significativa para a sociedade.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O uso de metodologias ativas com o propósito de obter uma aprendizagem mais significativa pode ser uma resposta para um ensino mais criterioso, rigoroso na busca da realização dos seus objetivos: tornar os jovens mais conscientes de sua atuação como sujeitos na sociedade, e proporcionar uma educação que extrapole os limites da mera transferência de conhecimento, e alcance um viés libertador, que desperte a ação, a reflexão crítica, a curiosidade, o questionamento, a inquietação e a incerteza virtudes importantes para o sujeito cognoscente (Freire; Shor, 2003).

No desenvolvimento desta pesquisa, foi realizada a revisão bibliográfica utilizando sítios como o Capes e palavras chaves com desigualdades sociais, concepção de trabalho dos estudantes, em artigos mais relevantes e atualizados. Além disso, foram incorporadas pesquisas com base em Vieira (2021) sobre acesso a recursos educacionais entre escolas públicas e privadas, seguindo a metodologia adotada, este o que permitiu uma análise detalhada das condições e impacto no desempenho acadêmico dos alunos em diferentes contextos regionais.

A análise documental também desempenhou um papel importante, conforme exemplificado pela pesquisa de Mendes (2022), esta abordagem permitiu a coleta de dados a partir de documentos

oficiais, como currículos escolares e diretrizes pedagógicas, oferecendo informações sobre como esses temas são abordados no sistema educacional brasileiro.

Esses procedimentos metodológicos adotados serviram para um desfecho sobre as sistemáticas educacionais, como permitiu também, enriquecer a compreensão sobre como as desigualdades sociais moldam as oportunidades de trabalho dos jovens.

Na realização da intervenção pedagógica, serão utilizadas as seguintes estratégias metodológicas:

- Tecnologias e recursos digitais: utilizar aplicativos (gamificação), ferramentas online e recursos interativos que incentivem a prática do interesse em conhecer o que os pensadores falavam e o que ocorre no meio social na contemporaneidade através de vídeos, podcasts e jogos interativos;
- Entrevistas e apresentações: fazer entrevistas com colegas da sala, parentes em casa ou pessoas na rua questionando sobre quais as dificuldades que enfrentam no meio social, cultural e até mesmo intelectual, procurando compreender as diversidades e desigualdades que estamos envolvidos.
- Debates: organizar debates em sala de aula sobre questões controversas ou temas atuais relacionados à sociologia, isso acaba estimulando o pensamento crítico e o desenvolvimento de habilidades argumentativas;
- Sala de Aula Invertida: pedir aos alunos para estudarem um conteúdo em específico em casa através de leituras, vídeos ou outros recursos, e reserve um tempo em sala de aula para discussões, atividades práticas ou projetos;

- Estudo de caso: utilizar estudos de caso reais ou fictícios para ilustrar conceitos sociológicos para ajudar os alunos a aplicarem a teoria à prática e a compreenderem a relevância da sociologia em contextos do mundo real, gravando vídeos no contexto da realidade atual e apresentando em sala de aula.
- Rodas de Conversa: Discutir com os alunos sobre a importância da leitura, dos jogos e brincadeiras para a vida, dando ênfase aos conhecimentos prévios dos alunos.

É importante notar que este plano pode sofrer alterações com base na dinâmica da sala de aula, nos interesses dos alunos e nas necessidades identificadas durante as atividades. A flexibilidade é essencial para adaptar as discussões conforme surgem novas ideias dos participantes.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. Capital cultural, escola e espaço social. *In*: **O que falar é preciso**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1986.

BOURDIEU, P. **Cultural, reprodução e reprodução social**. Imprensa da Universidade de Harvard, 1977.

BOURDIEU, P. **Disparidades de oportunidades educativas entre escolas públicas e privadas**. *Revue Sociológica*, 1973. Disponível em: doi:10.1177/003803857308500240. Acesso em: 02 jul. 2024.

BOURDIEU, P. **Distinção**: Uma crítica social do julgamento de gosto. Imprensa da Universidade de Harvard, 1984.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 06 mar. 2024.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e políticas de empoderamento. Routledge, 1990.

CONNELL, R. W. **Masculinidades**. Imprensa da Universidade da Califórnia, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia**: O cotidiano do professor. Paz e Terra, 2003.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. Cortez Editora, 2021.

GARCIA, A. **Estereótipos de gênero e escolha de carreiras no Ensino Médio**. Revista Brasileira de Educação, 2018. Disponível em: doi: 10.1590/S1413-24782017224528. Acesso em: 02 jul. 2024.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**: A pedagogia crítico-social dos conteúdos. Loyola, 2007.

MARX, K. **Das Kapital**: Kritik der politischen Ökonomie. Verlag von Otto Meisner. 1867.

MARX, K. **Materialismo histórico-dialético**: desvelando as estruturas sociais. In: Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega, 2008.

MENDES, A. **Formação ética e cidadã no Ensino Médio**: desafios e oportunidades. Editora Pedagógica Nacional, 2022.

NOGUEIRA, A. R. A relação entre classe social e desempenho acadêmico no contexto educacional brasileiro. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, n. 147, p. 123-145, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/es/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

SANTOS E SILVA, A. **Estudo das desigualdades sociais e seu impacto no mercado de trabalho**. Editora Educação e Sociedade, 2020.

SANTOS, F.; OLIVEIRA, L. **Impacto da digitalização na educação e suas consequências para a equidade educacional**. Editora Educação Digital, 2021.

SANTOS, L. M.; OLIVEIRA, P. R. **A digitalização da educação e suas implicações para as desigualdades educacionais: o caso da pandemia de COVID-19**. *Tecnologia & Sociedade*, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 89-105, 2021. Disponível em: <http://www.revistatecnologiaesociedade.org/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. Cortez Editora, 1983.

SILVA, J. P. A questão racial no contexto educacional brasileiro: desafios e perspectivas. **Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros**, Brasília, v. 5, n. 3, p. 112-130, 2020. Disponível em: <http://www.revista-deestudosaffricanos.org/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

VIEIRA, A. **The access to educational resources varies between public and private schools**. Editora Educação e Cultura, 2021.

# Capítulo 4

## O DESAFIO DE CONCILIAR ESTUDO E TRABALHO NO ENSINO MÉDIO NA PERSPECTIVA DE FUTURO

Chayane Antunes

### INTRODUÇÃO

A conciliação de trabalho e escola é um dos desafios que adolescentes do Ensino Médio na faixa etária entre 14 e 17 anos enfrentam quando os mesmos vêm de famílias de renda baixa e crescem em bairros da periferia sendo um dos fatores que contribuem para a evasão escolar o qual se constitui em um grande desafio para a educação sendo o presente trabalho uma busca de que forma podemos trabalhar essa realidade a fim de evitar o abandono da escola por estes adolescentes.

Mesmo diante de leis como o Estatuto da Criança e Adolescente que proíbem a entrada do adolescente menor de 14 anos no mercado do trabalho podendo somente a partir desta idade executar função de jovem aprendiz a qual promove uma formação técnica como deve ser em horários que não interfiram em sua vida educacional, mesmo diante das leis isso não impede que adolescentes entre 14 e 17 anos estejam no mercado de trabalho de forma clandestina sem registro o que leva muitos para fora das salas de aula ou em nível inferior a idade cronológica.

De acordo com Silva e Trindade que descrevem que em relação aos fatores negativos do ingresso do adolescente no mercado de trabalho é a carga horária da jornada de trabalho mais o período escolar podem

ser cansativos para os jovens, que passam a ter menos horas de sono e um menor tempo para recreação e lazer podendo prejudicar o seu rendimento escolar, levando-os a abandonar os estudos e a se dedicarem exclusivamente ao trabalho.

Considerando o foco deste trabalho, formas de trabalhar O desafio de conciliar estudo e trabalho no ensino médio na perspectiva de futuro? Estando presente esta indagação, o objetivo geral é de que forma a educação auxilia os adolescentes a superarem O desafio de conciliar estudo e trabalho no ensino médio na rede pública na perspectiva de futuro.

O projeto “O desafio de conciliar estudo e trabalho no ensino médio na perspectiva de futuro” será realizado na Escola Educacional Básica Eurico Pinz, localizada no bairro São Miguel, no município de Fraiburgo. A execução ocorrerá em três etapas: no segundo semestre de 2024, com alunos de 14 e 15 anos (sala 1º01); no primeiro semestre de 2025, com alunos de 15 e 16 anos (sala 2º02); e no segundo semestre de 2025, com alunos de 16 e 17 anos (sala 3º01).

A realidade de muitos jovens, especialmente os de classes econômicas mais baixas, envolve trabalhar durante o dia e estudar à noite, o que representa um desafio significativo nas escolas públicas. Os principais obstáculos incluem fadiga, exaustão, manutenção do equilíbrio entre trabalho, estudo e vida pessoal, e a pressão para obter bom desempenho acadêmico. Isso resulta em aumento do estresse e limitações de tempo, afetando a concentração e a produtividade dos estudantes. Diante desse cenário, questiona-se como os estudantes do Ensino Médio podem conciliar efetivamente seus compromissos acadêmicos e profissionais durante este período crucial de formação.

Para abordar essa questão, é fundamental identificar de que forma a escola pode auxiliar os estudantes do Ensino Médio a mudarem sua realidade. Além disso, é necessário explorar como dinamizar as aulas para

torná-las mais atrativas e instigantes, promovendo a participação dos alunos no processo de ensino-aprendizagem. Também se busca entender como promover uma compreensão mais profunda e uma aceitação dos alunos em relação à importância dos conteúdos abordados para seu crescimento intelectual e desenvolvimento pessoal, além de investigar como a educação trabalhada sob uma perspectiva crítica pode ser um instrumento de mudança na vida desses jovens.

O objetivo geral do projeto é evidenciar que a habilidade de conciliar trabalho e estudo não apenas enfrenta os desafios da realidade atual, mas também representa uma oportunidade eficaz para promover mudanças significativas nas vidas dos alunos e na sociedade. Para isso, pretende-se identificar estratégias e ações que a escola pode implementar para auxiliar os adolescentes estudantes do Ensino Médio a promoverem mudanças em suas realidades. Será necessário proporcionar métodos dinâmicos de ensino que tornem as aulas mais atrativas, incentivando a participação ativa dos alunos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, busca-se implementar estratégias eficazes que promovam uma compreensão mais profunda entre os alunos sobre a relevância dos conteúdos abordados para seu crescimento intelectual e desenvolvimento pessoal, possibilitando reflexões sobre seus objetivos.

A justificativa para este projeto é clara: a escola tem o papel de preparar os estudantes para os desafios do mundo real e contribuir para o progresso e desenvolvimento da sociedade. No entanto, enfrenta desafios modernos, como evasão escolar, desinteresse dos alunos, baixo desempenho e faltas frequentes. Fatores como o ingresso precoce no mercado de trabalho, especialmente para estudantes de famílias de baixa renda, têm impactado negativamente a performance escolar, a saúde mental e o bem-estar desses jovens, gerando fadiga, estresse e exaustão.

Além disso, a falta de tempo para descanso e atividades extracurriculares pode limitar o desenvolvimento integral dos estudantes.

A relevância social do projeto se torna evidente quando consideramos que a educação pode ajudar os adolescentes a idealizar seus sonhos e transformá-los em objetivos e metas. Aqueles que abandonam a escola por causa do trabalho perdem a perspectiva de um futuro diferente. Portanto, justifica-se a criação de um projeto voltado à conciliação de compromissos acadêmicos e profissionais para estudantes trabalhadores no Ensino Médio. A educação é fundamental no desenvolvimento pessoal e profissional, fornecendo as habilidades e conhecimentos necessários para alcançar suas aspirações futuras. Contudo, quando sobrecarregados com responsabilidades, muitos jovens enfrentam dificuldades em equilibrar trabalho e estudo.

Um projeto que aborde essas questões pode oferecer soluções práticas e suporte, ajudando os estudantes a gerenciarem melhor seu tempo, reduzir o estresse e maximizar seu sucesso acadêmico e profissional. Esse investimento não apenas beneficia os jovens individualmente, mas também contribui para uma sociedade mais justa, equitativa e educacionalmente inclusiva. Portanto, promover um ambiente que favoreça a conciliação de estudos e trabalho configura-se não apenas em seu impacto imediato na vida dos estudantes, mas também em seu potencial para promover uma mudança social positiva e duradoura. Investir nesses jovens é, portanto, investir no futuro da sociedade.

## 1 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção, será realizada uma revisão dos estudos anteriores sobre os desafios enfrentados por estudantes que trabalham durante o ensino médio, conciliando a vida profissional e acadêmica. Serão apresentados pesquisas e trabalhos já realizados sobre o tema, explorando estudos que abordam a evasão escolar, suas causas, impactos e possíveis

soluções. Isso proporcionará uma base teórica para o desenvolvimento do presente trabalho, ajudando a contextualizar o problema, identificar lacunas no conhecimento existente e justificar a relevância da pesquisa proposta.

Serão abordados diversos tópicos relacionados, incluindo as variadas causas da evasão escolar e suas divisões sociais e econômicas, permitindo uma compreensão mais abrangente do fenômeno do abandono escolar. Serão ressaltados tanto os desafios enfrentados quanto as ações eficazes propostas e realizadas ao longo do tempo, servindo como ponto de partida essencial para a análise crítica e a compreensão do tema da evasão escolar.

## 1.1 ESTUDOS ANTERIORES SOBRE O DESAFIO DE CONCILIAR ESTUDO E TRABALHO NO ENSINO MÉDIO

De acordo com o texto Expectativas de jovens do ensino médio público em relação ao estudo e ao trabalho os autores Souza e Vazque (2015) corroboram com Althusser (1999) quando afirma que a escola desempenha um papel relevante na manutenção das desigualdades sociais fazendo uma crítica ao mito da escola única e neutra. Ele sustenta que a escola é um aparelho ideológico do Estado necessário para a reprodução das relações de produção, cumprindo um papel fundamental na estrutura das relações de classe. A escola forma a força de trabalho e distribui desigualmente os agentes segundo a função desempenhada na estrutura social. Podemos observar esse fato ao analisar as expectativas de jovens estudantes do ensino médio sobre a continuidade dos estudos e o ingresso no mercado de trabalho, antes da etapa de habilitação para a entrada na universidade.

Souza e Vazque (2015) não focam nos perfis dos que já ingressaram na universidade ou abandonaram os estudos, os autores buscam investigar as expectativas profissionais e educacionais dos jovens prestes a concluir o ensino básico, seus principais objetivos são estudar os jovens que ainda estão formando suas expectativas educacionais e laborais entender como eles planejam suas trajetórias, avaliar suas chances e antecipar estratégias para superar dificuldades. Apropriando-se dos clássicos da educação sugerem que a trajetória escolar e profissional dos jovens varia conforme a classe social da família de origem os de renda baixa resultam em oportunidades desiguais de trabalho e renda. Partindo da Hipótese Inicial: de que Jovens de escolas públicas, oriundos de camadas populares, têm baixa expectativa de continuidade dos estudos e alta expectativa de ingresso no mercado de trabalho, devido à necessidade de contribuir com a renda familiar. Essas expectativas variam segundo fatores como gênero, cor/raça, escolaridade e ocupação dos pais, autodefinição de classe, e experiência de trabalho. O artigo busca oferecer uma compreensão mais profunda das expectativas educacionais e profissionais dos jovens antes da conclusão do ensino básico, destacando como diversos fatores sociais e econômicos influenciam suas trajetórias.

Ao término do estudo, Souza e Vazque (2014) obtiveram um resultado que contraria a hipótese inicial ao revelar que as maiores dificuldades para a continuidade dos estudos dos jovens não são o desalento quanto às chances de ingresso na universidade, o mau desempenho escolar ou a condição financeira. Em vez disso, as expectativas dos jovens são moldadas tanto pelas condições objetivas de seu estrato social quanto pelas representações ideológicas difundidas pela mídia e propagandas oficiais. A ideia de meritocracia reforça a noção de igualdade de oportunidades, apesar das barreiras reais. Para esses jovens, o emprego se torna o principal obstáculo e, ao mesmo tempo, a estratégia para a continuidade dos estudos, já que o trabalho assume uma

centralidade em suas vidas, tornando-se necessário para o custeio dos estudos e dificultando a dedicação exclusiva aos estudos.

Souza e Vazque (2015) ainda destacam que, embora otimistas, os jovens reconhecem os obstáculos derivados de sua posição socioeconômica e étnico-racial. A trajetória escolar, que deveria ser o meio para uma mudança de vida, torna-se um poderoso mecanismo de reprodução das desigualdades socioeconômicas. Concluiu-se que, apesar da promessa de oportunidades igualitárias propagada pela ideologia meritocrática, os jovens enfrentam um “teto de vidro” que limita suas chances reais de sucesso educacional devido à necessidade de conciliar trabalho e estudo e às barreiras socioeconômicas e raciais. Uma pesquisa comparativa entre jovens de escolas públicas e privadas poderia aprofundar essa questão.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), instituída pela Lei 9.394/96, é uma modalidade do sistema educacional brasileiro voltada para aqueles que não tiveram acesso ou não puderam continuar os estudos na idade apropriada. No estudo realizado por Cau e Marques (2024) intitulado “Professor, você conhece os desafios enfrentados por seus estudantes? “o ensino regular é ofertado no período diurno, e a EJA, com carga horária reduzida no período noturno, com currículos presenciais, semipresenciais ou à distância. A Metodologia de Ensino é o Estudo Individualizado podendo os mesmos estudarem no próprio ritmo, utilizando materiais didáticos e a plataforma digital de aprendizagem.

Dentre os desafios Pedagógicos destaca-se a necessidade de atualização dos materiais e métodos de ensino, a preparação de materiais mais práticos e aplicados à realidade dos estudantes e o investimento em tecnologia como um laboratório de informática, além de outros recursos tecnológicos como impressoras e projetores. Ao final o estudo Cau e Marques (2024) apontaram que os estudantes do CEEJA são vulneráveis, pois em sua maioria são trabalhadores, enfrentam dificuldades financeiras e possuem baixa autoestima e que na maioria das vezes a

escola não conhecer os desafios enfrentados por seus estudantes e assim não desenvolvem estratégias pedagógicas para reduzir a fragilidade, garantindo acesso, permanência e conclusão dos estudos.

De acordo com Cau e Marques (2024) o trabalho de crianças e adolescentes não é uma novidade, sendo observado desde tempos remotos. No Brasil, apesar de ter passado por muitos períodos de avaliação, o trabalho infantil é proibido e regulamentado para maiores de 14 e menores de 18 anos, definido como qualquer atividade econômica ou de sobrevivência praticada por crianças e adolescentes menores de 16 anos sendo esta a idade mínima para ingresso no mercado de trabalho proibido em condições perigosas ou insalubres, em locais prejudiciais à moralidade e durante o período noturno, sendo permitido apenas como jovem aprendiz que uma das condições é que o mesmo esteja estudando mas essa não é a realidade de muitos (Cau; Marques, 2024).

Moser e Demarchi (2024) fazem uma crítica às propostas de redução da idade mínima para o trabalho, que são justificadas pelo argumento de que crianças e adolescentes precisam contribuir para o sustento familiar. No entanto, essas propostas não apresentam ações efetivas para combater o trabalho infantil. Pelo contrário, elas agravam a situação ao reduzir investimentos em saúde e educação e ao promover reformas trabalhistas que precarizam as condições de trabalho. Isso destaca a falta de compromisso do poder público em proteger os direitos fundamentais das crianças e adolescentes. Os autores continuam, essas propostas, em vez de erradicar o trabalho infantil, tendem a legalizar e naturalizar a exploração infantil, contrariando objetivos como o Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil em 2021. O Estado deveria promover condições adequadas para educação, cultura, esporte e lazer, combatendo o ciclo da pobreza. Programas que garantam renda mínima para as famílias e educação de qualidade e gratuita são fundamentais para preparar os indivíduos para uma cidadania plena. Embora o trabalho infantil seja visto de forma natural pela sociedade, na

verdade ele aumenta a exploração, reduz as oportunidades de trabalho decente e amplia as desigualdades sociais ao afastar as crianças da escola (Moser; Demarchi, 2024).

O artigo “O trabalho infantil como intensificação da mais valia e acumulação do capital” dos autores Araújo e Cochinski (2024) analisa o trabalho infantil na sociedade capitalista brasileira utilizando a teoria marxista para entender sua relação com a exploração da classe trabalhadora. Eles apontam que o trabalho infantil intensifica a exploração da mais-valia, sendo uma estratégia capitalista para reduzir custos.

Considerando essa perspectiva de exploração do trabalho, Silva *et al.* (2024) analisam a persistência das desigualdades sociais decorrentes da escravidão no Brasil, mesmo após sua abolição, destacando a relação entre baixa escolaridade e as condições de vida da população anteriormente escravizada. A pesquisa revelou que a baixa escolaridade contribui para a perpetuação das desigualdades sociais, especialmente para pessoas pretas, afetando áreas como mercado de trabalho, moradia e sistema carcerário. Como também a falta de acesso à educação de qualidade cria um ciclo prejudicial de empregos precários e limita as oportunidades de desenvolvimento individual, exacerbando a pobreza e a desigualdade socioeconômica.

Nesse contexto vale ressaltar o trabalho de Reis e Conceição (2024) no qual destacam a relevância das políticas públicas na promoção da qualidade de vida por meio da educação, abordando o fracasso escolar como um problema complexo influenciado por diversos fatores socioeconômicos. Chamam atenção para a implementação de políticas como o Programa Bolsa Família e o Programa Brasil Alfabetizado para combater a evasão escolar, enfatizando a necessidade de envolvimento de diversos atores na superação desse desafio.

Já Rosa, Humberto e Novaes (2023) abordam que o abandono dos estudos está relacionado com o fato de ingressarem precocemente no mercado de trabalho. Na pesquisa destacam a importância do suporte emocional, do vínculo afetivo entre professores e alunos, e da utilização de metodologias inovadoras e tecnologias educacionais como formas de reduzir a evasão, bem como a necessidade de envolvimento da família na educação dos filhos e a implementação de políticas públicas integradas para combater a evasão escolar e suas consequências negativas na economia e na sociedade.

O artigo de Castro e Peruzzo (2023) oferece uma análise abrangente da relação entre a Aprendizagem Profissional e o trabalho infantil no Brasil, destacando como essa política pública visa proteger e inserir laboralmente os jovens, mas também levanta questões sobre sua eficácia e impacto na formação dos trabalhadores adolescentes. Assim, apontam para a necessidade de uma reflexão mais profunda sobre como os programas de aprendizagem influenciam a formação dos jovens trabalhadores e se estão promovendo condições dignas de trabalho, além de destacar os desafios e contradições presentes nessa política pública.

Apesar dos estudos anteriores fornecerem esclarecimentos importantes sobre os desafios enfrentados pelos estudantes trabalhadores do ensino médio, ainda existem lacunas. Poucos estudos abordaram estratégias eficazes para ajudar os estudantes a conciliarem trabalho e estudo de maneira mais eficiente. Há uma carência de entendimento das políticas educacionais que podem auxiliar esses estudantes nesse caminho. Este projeto busca desenvolver subsídios práticos para os educadores envolvidos nesse contexto.

## 1.2 A FORMAÇÃO E O TRABALHO: UM DESAFIO PARA ESTUDANTES NO ENSINO MÉDIO

Esta seção se propõe a discutir elementos que contornam o processo de conciliar o estudo com o trabalho como sendo um dos desafios para os estudantes que cursam o ensino médio. Enquanto buscam adquirir conhecimento e habilidades acadêmicas para seu desenvolvimento pessoal e profissional, muitos jovens enfrentam a necessidade premente de conciliar essas demandas com atividades remuneradas. Esta breve introdução examina a complexidade dessa situação, destacando como os estudantes se veem diante da difícil tarefa de equilibrar os compromissos escolares com as responsabilidades laborais. Ao explorar essa interação entre estudo e trabalho, podemos compreender os desafios enfrentados por esses jovens e identificar estratégias para apoiá-los na busca por uma educação de qualidade e uma transição bem-sucedida para o mundo do trabalho.

### 1.2.1 A escola como espaço de formação integral para estudantes do Ensino Médio

A escola enquanto espaço de formação auxilia os estudantes do ensino médio buscarem uma nova perspectiva para sua realidade. De acordo com Saviani (2009), quando se promove uma educação voltada para a formação integral dos indivíduos, proporcionando não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também o desenvolvimento social, emocional e ético a educação deve ser um processo transformador que capacite os estudantes a participarem ativamente da construção de uma sociedade mais justa e democrática. Segundo Saviani (2009) é fundamental que a escola assuma um papel ativo na construção de um

ambiente democrático e participativo, onde os estudantes se sintam valorizados e tenham voz ativa no processo educacional. Isso ressalta a importância de uma educação vinculada às necessidades e realidades dos estudantes, considerando suas experiências de vida, contextos sociais e culturais, oferecendo uma educação mais significativa e relevante, capaz de despertar o interesse e o engajamento dos estudantes.

Estimular a reflexão crítica e o pensamento autônomo dos estudantes, capacitando-os a compreenderem e transformarem sua realidade é uma das funções da escola para Saviani (2009) isso só é possível se a educação envolver não apenas a transmissão de conhecimentos, mas também o desenvolvimento de habilidades como o pensamento crítico, a resolução de problemas e a tomada de decisões conscientes. Adotar uma abordagem educacional centrada no desenvolvimento integral dos indivíduos, na valorização da participação democrática e na promoção de uma prática pedagógica reflexiva e transformadora pode auxiliar os estudantes do ensino médio a mudarem sua realidade.

Uma educação libertadora e dialógica, é um instrumento de conscientização segundo Freire (2007) que resultará no empoderamento dos estudantes, capacitando-os a compreenderem criticamente sua realidade social, política e econômica adotando uma pedagogia baseada no diálogo entre educadores e educandos, é importante valorizar a experiência de vida dos estudantes e problematizar as estruturas de opressão presentes na sociedade. A educação não deve ser um mero receptáculo de informações, mas sim um local de reflexão e ação, onde os estudantes são incentivados a questionar, debater e transformar sua realidade, outro aspecto fundamental é a valorização da cultura e identidade dos estudantes, reconhecendo suas diferenças e singularidades como fonte de enriquecimento para o processo educativo. A escola deve ser um espaço inclusivo e democrático, onde todos os estudantes se sintam acolhidos e respeitados em sua diversidade, auxiliando os estudantes do ensino médio a mudarem sua realidade ao promover

uma educação libertadora, dialógica, contextualizada e inclusiva, que os capacite a compreender criticamente o mundo em que vivem e a se tornarem agentes de transformação social.

A escola deve desenvolver não apenas competências cognitivas, mas também habilidades sociais, emocionais e éticas para Delors, (1996) só é possível quando ela tem como alicerce os quatro pilares fundamentais para a educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser a escola torna-se um espaço onde os estudantes aprendem a colaborar, respeitar as diferenças e construir uma sociedade mais justa e sustentável. Quando tem por base esses pilares de acordo com Gardner (1983) a escola consegue reconhecer e valorizar as diferentes formas de inteligência e talento dos alunos e assim consegue desenvolver um currículo diversificado que inclua artes, ciências humanas e habilidades práticas, permitindo que cada estudante desenvolva suas potencialidades de maneira plena e equilibrada.

### **1.2.2 Estratégias para Dinamizar as Aulas e Incentivar a Participação dos Alunos**

Aulas dinâmicas que despertem o interesse do aluno em participar , contribuindo com os assuntos abordados nem sempre é um atarefa simples, sendo muitas vezes necessário mudança na abordagem pedagógica segundo Freire (2005) o ensino deve ser uma troca de conhecimentos entre educador e educando, onde ambos aprendem e ensinam mutuamente, sendo o estudante o centro do processo educacional , estimulando sua participação ativa, autonomia e colaboração sendo o diálogo de extrema importância nesse processo pois através do mesmo e da problematização o aluno sente-se engajado a participar formando sua consciência crítica.

Uma educação libertadora e dialógica que dinamizam as aulas e incentivam a participação dos alunos ao promoverem uma educação libertadora e dialógica diferenciada da educação bancária que:

Em lugar da educação autocrítica, integradora, cuja base é a coparticipação dos educandos no processo de aprendizagem, aparece a educação bancária. Esta, em vez de comunicar-se, faz ‘comunicações’; em vez de dialogar, faz comunicados; em vez de ‘descoutar’ o mundo, esconde-o e mais, fragmenta-o. Quanto mais os educandos recebem passivamente os ‘depósitos’ que o educador faz, tanto menos desenvolvem a consciência crítica de que resultaria sua inserção no mundo como transformadores dele. Quanto mais lhes é permitido que revivam seus momentos de criação, recriação e decisão, tanto mais conscientizados ficam da própria realidade (Freire, 2005, p. 79).

Um ambiente de aprendizagem onde os alunos se sintam valorizados, respeitados e ouvidos é de extrema importância para que as aulas sejam dinâmicas baseado nos princípios de Rogers (1969), algumas estratégias eficazes para dinamizar as aulas e incentivar a participação dos alunos incluem a criação de um ambiente seguro e de confiança, onde os alunos se sintam confortáveis para expressar suas ideias e sentimentos sem medo de julgamento, e a promoção da empatia e do respeito mútuo. A aprendizagem deve ser centrada no aluno, permitindo-lhes escolher temas ou projetos de interesse pessoal e adaptando as aulas para atender às suas necessidades individuais. Praticar a escuta ativa, valorizando as contribuições dos alunos e fazendo perguntas abertas, é essencial. A autenticidade e a transparência nas interações, mostrando paixão pelo assunto e compartilhando experiências pessoais, ajudam a construir uma conexão genuína. Atuar como facilitador do aprendizado, promovendo atividades colaborativas e ajudando os alunos a encontrarem suas próprias respostas, é fundamental. Oferecer feedback construtivo de

maneira positiva e encorajadora, além de incentivar a autoavaliação e a reflexão pessoal, promove o crescimento contínuo. Utilizar métodos de ensino interativos, como discussões em grupo e tecnologias digitais, torna as aulas mais dinâmicas e envolventes. Valorizando as experiências pessoais dos alunos e suas contribuições individuais, e estabelecendo metas e expectativas claras para a participação e desempenho.

Para superar as mudanças e desafios enfrentados pelo sistema educacional contemporâneo Saviani (1997) propõe estratégias a serem adotadas para dinamizar as aulas e torná-las mais atrativas aos alunos, incentivando-os a participar ativamente do processo de ensino-aprendizagem. Contextualização curricular, valorização da participação e o uso de recursos diversificados, atividades interdisciplinares, estímulo ao pensamento crítico, flexibilização das avaliações, promover autonomia dos alunos e diálogo constante.

Tornar as aulas atrativas onde o aluno seja instigado a participar é desafiador para Althusser (1999) é essencial despertar no aluno uma postura crítica em relação aos conteúdos apresentados em sala de aula proporcionando espaços para que os alunos questionem e desconstruam suas próprias ideias pré-estabelecidas, estimular o diálogo e a troca de experiências entre os alunos, valorizando suas diferentes origens, vivências e pontos de vista, estimulando-os a buscar informações que estejam relacionados aos seus interesses e preocupações pessoais e abordar os conteúdos de forma mais dinâmica e acessível, levando em consideração as diferentes formas de aprendizagem dos alunos.

As metodologias ativas são eficazes para dinamizar as aulas e incentivar a participação dos alunos, destacando como essas práticas podem influenciar positivamente a socialização juvenil como afirma:

Na escola, a introdução de metodologias ativas, que colocam o aluno como protagonista de seu próprio aprendizado, se mostra essencial. Essas metodologias

possibilitam a construção de uma relação mais dinâmica e participativa com o conhecimento, rompendo com a passividade característica das aulas tradicionais. O aluno, ao se envolver ativamente no processo de aprendizagem, desenvolve uma postura crítica e reflexiva, tornando-se agente de sua formação. Tais metodologias, ao valorizarem o saber prévio e as experiências de vida dos jovens, promovem um ambiente educativo que dialoga diretamente com suas realidades e interesses, potencializando a construção de significados e a apropriação do conhecimento (Dayrell, 2007, p. 1115).

É possível criar um ambiente de aprendizagem mais dinâmico, participativo e alinhado com as realidades e interesses dos alunos, como propõe Dayrell (2007) estratégias de metodologias ativas para dinamizar as aulas e incentivar a participação dos alunos incluem a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP), que encoraja os alunos a trabalharem em projetos significativos, permitindo-lhes explorar temas de interesse e aplicar conhecimentos teóricos em contextos práticos. A Aprendizagem Colaborativa promove atividades em grupo, onde os alunos compartilham conhecimentos e trabalham juntos para resolver problemas, fortalecendo habilidades de comunicação e cooperação. A Sala de Aula Invertida utiliza uma abordagem onde os alunos estudam conteúdos teóricos em casa e usam o tempo em sala para discussões e atividades práticas, aumentando o engajamento. O Ensino Híbrido combina o ensino presencial com o uso de tecnologias digitais, proporcionando uma experiência de aprendizagem mais rica e diversificada. A Gamificação incorpora elementos de jogos na aprendizagem, como desafios, pontos e recompensas, tornando o processo educativo mais envolvente e motivador.

### **1.2.3 Estratégias para Promover a Compreensão e Aceitação da Importância dos Assuntos Abordados**

Para Freire (2007), o estudante traz consigo um conjunto de conhecimentos que foram adquiridos e utilizados enquanto o próprio se construía e que não pode ser desconsiderado na educação escolar. Assim, é partindo do conjunto epistemológico que esse sujeito traz da sua vivência que a escola vai propor um percurso pedagógico para se chegar ao conhecimento científico. “É nesse sentido, por exemplo, que me aproximo de novo da questão da inconclusão do ser humano, de sua inserção num permanente movimento de procura, que rediscuto a curiosidade ingênua e crítica, virando epistemológica” (Freire, 2007, p. 14).

Promover uma compreensão mais profunda e uma aceitação por parte dos alunos dos assuntos abordados em sala de aula é um dos desafios enfrentados pelos professores para Bourdieu e Passeron (1975) para que os alunos aceitem e compreendam a importância dos assuntos abordados para seu crescimento intelectual e desenvolvimento pessoal é necessário contextualizar os conteúdos em sala de aula com a realidade dos alunos, estimulando uma reflexão crítica, incentivando os alunos a pensar por si mesmos, criar um ambiente democrático para que expressem suas ideias, demonstrar o valor do conhecimento e promover a autonomia e responsabilidade na busca contínua pelo aprimoramento intelectual.

Possibilitar a compreensão por parte dos alunos da importância dos assuntos abordados com base nas ideias de Dayrell (2007) para promover essa compreensão e aceitação da importância dos assuntos abordados, é essencial reconhecer e valorizar as experiências de vida e a cultura dos alunos, identificando-se com os conteúdos discutidos. Proporcionar espaços para que os alunos reflitam sobre suas identidades, valores e projetos de vida, relacionando-os com seu crescimento intelectual e desenvolvimento pessoal, é uma estratégia fundamental.

Além disso, desenvolver projetos e atividades relevantes e significativas permite aos alunos aplicarem os conhecimentos na solução de problemas reais e na realização de seus próprios projetos, fortalecendo ainda mais sua compreensão e engajamento com os conteúdos educacionais fortalecendo sua compreensão da importância dos assuntos estudados para seu crescimento intelectual e desenvolvimento pessoal.

Para que o aluno seja capaz de compreender e aceitar importância dos assuntos abordados em sala de aula o mesmo precisa ser protagonista do seu conhecimento o papel do escola de acordo com Bruner (1973), em sua teoria da educação centrada no aluno, destaca a importância da construção ativa do conhecimento pelos estudantes onde os conteúdos educacionais devem ser organizados de maneira que façam sentido para os alunos, utilizando estruturas narrativas e conceituais que facilitem não apenas a compreensão inicial dos conceitos, mas também sua aplicação prática no contexto real. Ele argumenta que os educadores devem considerar as experiências e interesses dos alunos ao planejar as atividades de aprendizagem, criando um ambiente onde os estudantes possam explorar e conectar os novos conhecimentos com o que já sabem. Ao promover uma aprendizagem significativa e contextualizada, Bruner sugere que os alunos não apenas internalizam os conceitos de forma mais profunda, mas também desenvolvem um maior interesse e engajamento com os assuntos abordados. Isso contribui para uma compreensão mais ampla e uma aceitação mais efetiva da importância dos conteúdos educacionais em seu desenvolvimento intelectual e pessoal.

Um dos desafios para os professores da atualidade é tornar os estudos mais relevantes e envolventes para os alunos. Segundo Dewey (1916), aprender de verdade só ocorre quando ocorre a experiências práticas que têm conexão com os interesses e vivências pessoais, a escola não deve ser apenas um local de absorção passiva de informações, mas um espaço de participação ativa na resolução de problemas reais e na construção do próprio conhecimento. Quando os professor consegue

integrar os interesses dos alunos com os conteúdos acadêmicos, a aprendizagem se torna mais estimulante e significativa, proporcionando uma compreensão mais profunda dos assuntos estudados e demonstrando sua aplicabilidade em suas vidas e no desenvolvimento pessoal, o ambiente escolar deve encorajar a investigação, o questionamento crítico e a colaboração entre os alunos, habilidades essenciais que nos preparam não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para enfrentar os desafios do mundo real com confiança e competência os educadores devem criar um ambiente dinâmico e enriquecedor que não apenas ensina disciplinas acadêmicas, mas também prepara os alunos para uma vida adulta engajada e significativa.

### **1.2.4 O Papel da educação crítica na transformação da vida dos jovens**

Uma educação que não apenas transmita conhecimentos, mas também promova o desenvolvimento de habilidades críticas e criativas nos estudantes, preparando-os para enfrentar desafios complexos e contribuir positivamente para a sociedade é o que a BNCC enfatiza a importância de desenvolver competências gerais nos estudantes, incluindo a capacidade de empreender iniciativas e buscar soluções para problemas da vida real ao afirmar:

A educação deve assegurar a formação crítica e criativa do estudante, mediante a abordagem de conhecimentos e práticas que respeitem e valorizem a diversidade do patrimônio cultural brasileiro e mundial, individual e coletivo, bem como a promoção do respeito aos direitos humanos, à sustentabilidade socioambiental e ao consumo responsável, entre outros valores, reforçando a importância da formação ética e desenvolvendo

a autonomia intelectual e o pensamento crítico do estudante” (Brasil, 2017, p. 10).

A educação enquanto abordagem crítica é um poderoso instrumento de transformação na vida dos jovens segundo Barros (2022), especialmente quando se trata de questões que permitem aos alunos uma compreensão mais profunda das estruturas sociais e das desigualdades existentes, capacitando-os a analisar criticamente sua realidade e buscar formas de enfrentar os obstáculos que encontram. Ao adotar uma perspectiva crítica, os educadores incentivam os alunos a questionarem as normas estabelecidas, a refletir sobre questões de justiça social e a desenvolver habilidades para promover mudanças positivas em suas vidas e comunidades. Além disso Barros (2022) nessa abordagem valoriza a participação ativa dos jovens no processo educacional, promovendo sua autonomia e capacidade de agir como agentes de transformação. Portanto, a educação trabalhada de forma crítica não apenas ajuda os jovens a superarem desafios como a evasão escolar, mas também os capacita a se tornarem cidadãos conscientes e engajados, capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Ao abordar a educação numa perspectiva crítica de acordo com Brito (2009) ela passa a ser um instrumento de mudança significativa na vida dos jovens, a educação se torna mais do que apenas a transmissão de conhecimento; ela se torna uma ferramenta para questionar e transformar as estruturas sociais e políticas que perpetuam desigualdades. Nessa linha, a educação crítica capacita os jovens a entenderem melhor sua realidade, questionarem as injustiças sociais e buscarem soluções para os problemas enfrentados em suas comunidades.

Uma educação que não apenas estimula o pensamento crítico e a reflexão como afirma Freire (2005) mas também promove o empoderamento dos jovens, permitindo-lhes assumir um papel ativo na construção de um futuro mais justo e igualitário. Ao proporcionar aos

jovens uma compreensão mais profunda das questões sociais, políticas e econômicas que os afetam, a educação crítica os capacita a se tornarem agentes de mudança em suas próprias vidas e na sociedade em geral. Dessa forma, ela contribui não apenas para o desenvolvimento pessoal dos jovens, mas também para a construção de uma sociedade mais democrática.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para realizar a revisão de literatura, foram adotados alguns métodos, destacando-se a utilização do Google Acadêmico e do Scielo para identificar artigos científicos relevantes sobre o tema foi dada prioridade aos artigos mais recentes, garantindo que a revisão da literatura incorporasse as descobertas e perspectivas mais atualizadas sobre o tema em questão foram utilizados critérios de inclusão a relevância temática devendo os mesmos abordar diretamente o tema em questão, fornecendo informações pertinentes para a compreensão do assunto, selecionados estudos com metodologia sólida e rigorosa, incluindo amostragem representativa, análises estatísticas apropriadas e conclusões fundamentadas os mesmos deveriam estar disponíveis gratuitamente ou por meio das assinaturas institucionais das bases de dados utilizadas, garantindo acesso completo aos textos.

Após a identificação dos artigos, foi realizada leitura cuidadosa dos artigos, destacando seus principais achados e conclusões além da busca em bases de dados, também foi realizada uma revisão de livros e documentos relevantes relacionados ao tema, excluindo os que não estavam diretamente relacionados ao tema em questão os estudos mais antigos, estudos com metodologia inadequada, amostragem não representativa ou análises pouco fundamentadas e por fim que

não estavam disponíveis gratuitamente ou por meio das assinaturas institucionais. Essa abordagem permitiu uma visão mais abrangente e aprofundada do assunto, incorporando diferentes perspectivas e contribuições acadêmicas. Ao combinar esses métodos, foi possível realizar uma revisão abrangente e fundamentada da literatura disponível sobre o tema, fornecendo uma base sólida para a análise e discussão apresentadas neste trabalho.

Na realização da intervenção pedagógica, serão utilizadas as seguintes estratégias metodológicas:

**Debates:** organizar debates em sala de aula sobre questões controversas ou temas atuais relacionados à sociologia, isso acaba estimulando o pensamento crítico e o desenvolvimento de habilidades argumentativas;

**Sala de Aula Invertida:** pedir aos alunos para estudarem um conteúdo em específico em casa através de leituras, vídeos ou outros recursos, e reserve o tempo em sala de aula para discussões, atividades práticas ou projetos;

**Estudos de Caso:** utilizar estudos de casos reais ou fictícios para ilustrar conceitos sociológicos para ajudar os alunos a aplicarem a teoria à prática e a compreenderem a relevância da sociologia em contextos do mundo real, gravando vídeos no contexto da realidade atual e apresentando em sala de aula.

**Rodas de conversas:** discutir com os alunos sobre a importância da leitura, dos jogos e brincadeiras para a vida, dando ênfase, assim aos conhecimentos prévios dos alunos.

**Rotação por estação:** é uma abordagem de ensino onde os alunos se movimentam entre diferentes estações ou atividades dentro da sala de aula. Cada estação tem um foco específico, como leitura, atividades práticas, discussões em grupo, uso de tecnologia ou exercícios de escrita. A rotação pode ser baseada no tempo, com os alunos passando

um período determinado em cada estação antes de se moverem para a próxima.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado: notas para uma pesquisa. In: ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Vozes, p. 253-294, 1999.

ARAÚJO, Leandro José de; COCHINSKI, Jeferson Luiz Bonato. O trabalho infantil como intensificação da mais-valia e acumulação do capital. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 24, p. 1–15, e2420012, 2024. DOI: 10.5212/Emancipacao.v.24.2420012.004. Acesso em: 08 abr. 2024.

BARROS, Janaína. **Evasão escolar**: da efetividade de políticas públicas ao fazer dos professores. Análises e contextos, 2022.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular- Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRITO, Cintia Falcão. **Políticas Públicas para Educação Infantil**: uma relação entre entes federados. 2009.

BRUNER, J. S. **Uma Nova Teoria de Aprendizagem**. 2ª ed. Rio de Janeiro. Bloch. 1973b. 162 p.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.

CASTRO, Antonia Ozana Silva Luna de; PERUZZO, Juliane Feix. O perfil do adolescente trabalhador no âmbito da aprendizagem profissional. **Argumentum**, Vitória, v. 16, n. 1, p. 202–217, jan./abr. 2024. DOI: 10.47456/argumentum.v16i1.41176. Acesso em: 08 abr. 2024.

CAU, P. F. dos S.; MARQUES, T. C. Professor, Você Conhece os Desafios Enfrentados por seus Estudantes? **Revista Acadêmica Online**, v. 10, n. 50, pág. 1–12, 2024.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007.

DELORS, J. **Educação: Um Tesouro a Descobrir**. Relatório para a UNESCO, 1996.

DEWEY. **Democracia e educação**: introdução à filosofia da educação. 4ª. Ed 1916.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 46. Ed.-Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 35. ed.-São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GARDNER. **Estruturas da Mente**: A Teoria das Inteligências Múltiplas, 1983.

MOSER, Carina Amanda Wippel; DEMARCHI, Clovis. A responsabilidade do Estado em eventual permissão do trabalho infantil e suas implicações. **International Journal of Scientific Management and Tourism**, Curitiba, v. 10, n. 2, p. 01–19, 2024. DOI: 10.55905/ijsm-tv10n2-051. Acesso em: 07 abr. 2024.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação**: trajetória, limites e perspectivas. 2. Ed. Campinas – SP: Autores Associados, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2009.

SOUZA, Davisson Charles Cangussu; VAZQUEZ, Daniel Arias. Expectativas de jovens do ensino médio público em relação ao estudo e ao trabalho. **Educ. Pesqui., São Paulo**, v. 41, n. 02, p. 409-426, abr./jun. 2015.

REIS, Regyane Rodrigues dos; CONCEIÇÃO, Marcus Vinícius Costa da. **Políticas públicas de combate à evasão escolar no Brasil a partir dos anos 2000**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Instituto Federal Goiano, Campus Morrinhos, Morrinhos, 2024.

ROGERS, Carl. **Liberdade para aprender**. Ed. Interlivros- Belo Horizonte, 1969.

ROSA, Maria Camila; SILVA, Poliana Ribeiro Santos da; NOVAES, Humberto Vilanova Brandão. Evasão escolar: o impacto. **Libertas: Revista de Ciências Sociais Aplicadas**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jul. 2023.

SILVA, Samuel Costa da *et al.* A educação no Brasil e os escravizados: os desafios da superação social. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, ano VI, v. 18, n. 52, p. 730–750, 2024. Disponível em: <http://www.ioles.com.br/boca>. Acesso em: 05 abr. 2024.

# Capítulo 5

## **A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO EM SOCIOLOGIA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO COM JORNADA DE TRABALHO**

Célia De Paula Antunes Crestani

### **INTRODUÇÃO**

A observação foi realizada em uma escola pública de ensino médio, permitiu o contato com a realidade escolar. Neste momento foi possível identificar algumas problemáticas as quais impactam de forma direta a condução do processo de aprendizagem dos estudantes. A maior dificuldade visualizada é o enfrentamento da dupla jornada diária, ou seja, estes estudantes dividem o tempo de estudo com o trabalho. A jornada de trabalho na maioria das vezes é diurna e os estudos no período noturno, fazendo com que os alunos fiquem longe de casa por um período longo, assim sendo, essa situação acarreta cansaço, dores e falta de atenção, pontos esses que interferem no aprendizado do conteúdo repassado em sala de aula.

O estudo da Sociologia é fundamental para a compreensão da sociedade e para a formação do pensamento crítico dos alunos como cidadãos, porém os estudantes que assumem o enfrentamento da jornada de trabalho conjuntamente com os estudos, necessitam que as aulas

sejam mais flexíveis, tornando a sociologia uma ferramenta poderosa para transformação da realidade social destes alunos.

Dessa forma, torna-se fundamental a discussão da problemática citada no campo da Sociologia, para que seja possível a construção de práticas pedagógicas assertivas, levando em consideração o contexto social o qual os estudantes estão inseridos. Uma vez que o contexto impacta de forma direta em todo o processo de ensino-aprendizagem.

A Lei de diretrizes e Bases (LDB), determina que o ensino noturno regular deve ser adequado às condições do estudante, além disso a lei estabelece a distribuição do ensino médio em pelo menos 200 dias de efetivo trabalho escolar sendo o tempo de exames finais excluído. No ensino médio, a educação digital é considerada um componente curricular. Sobre a preparação para o trabalho, esta pode ser desenvolvida nos próprios estabelecimentos de ensino ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional. Para jovens e adultos a LDB ainda tem o objetivo de garantir os direitos de conciliação trabalho-estudo de maneira equilibrada sem causar prejuízos à sua formação educacional.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), indica que os itinerários formativos sejam mais flexíveis para os estudantes do ensino médio para que esses alunos consigam executar a junção entre trabalho e estudos, sendo assim adaptando os horários que ajudam nas responsabilidades profissionais, como por exemplo o ensino a distância que traz uma oportunidade para que o estudante prossiga seus estudos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelece que a jornada de trabalho do adolescente não pode prejudicar sua frequência escolar. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), regula o trabalho do menor aprendiz para que tenham garantias de direitos específicos, e define a contratação de adolescentes na faixa etária de 14 a 24 anos, estes alunos conciliam suas atividades laborais com a escola.

O projeto “A construção do conhecimento em sociologia: desafios e estratégias para estudantes de ensino médio com jornada de trabalho” será implementado no segundo semestre de 2024 na Escola de Educação Básica Frei Evaristo, situada no bairro Centro, no município de Iomerê, abrangendo as turmas dos primeiros, segundos e terceiros anos do ensino médio, com alunos na faixa etária de 15 a 18 anos. O trabalho será continuado em 2025 nas mesmas turmas, visando proporcionar uma análise aprofundada sobre as condições de aprendizagem desses estudantes.

Muitos alunos enfrentam uma rotina exaustiva que compromete sua atenção, levando a cansaço físico e dores devido às longas horas de trabalho diurno. Após essa jornada árdua, eles ainda precisam se dedicar aos estudos noturnos, resultando em um longo período fora de casa. Esse ciclo desgastante, no qual a maioria dos estudantes permanece ausente de suas residências por grande parte do dia, gera desafios significativos para a conclusão do ensino médio, afetando tanto seu bem-estar físico quanto seu desempenho acadêmico. Assim, emerge a questão central da pesquisa: Qual é a influência da jornada de trabalho na construção de conhecimento em sociologia nos alunos do ensino médio, e quais procedimentos podem ser adotados para superar essas adversidades?

As questões de estudo a serem investigadas incluem a forma como a jornada de trabalho diária impacta o desempenho dos alunos no período noturno, as estratégias que a educação pode adotar para mitigar os problemas enfrentados por alunos com jornada dupla, novos métodos de aprendizagem que podem ser implementados e como as experiências e necessidades específicas desses estudantes podem ser utilizadas para criar um ambiente flexível e atrativo para o aprendizado.

O objetivo geral do projeto é identificar como a jornada de trabalho influencia a construção do conhecimento em sociologia para estudantes do ensino médio que estudam no período noturno, além de propor estratégias eficazes para superar os desafios associados. Entre os

objetivos específicos, busca-se mitigar a influência da jornada de trabalho, buscando formas de reduzir a fadiga, o cansaço e o estresse. O projeto também propõe fornecer estratégias pedagógicas que ajudem a resolver os problemas enfrentados por alunos com jornada dupla, implementar novos métodos de aprendizagem, e promover dinâmicas de estudo da sociedade, como debates, discussões, projetos de pesquisa comunitários, grupos de estudo, análise de experiências pessoais e estudos de campo.

A justificativa para este projeto reside na necessidade de compreender a influência das condições de trabalho no desempenho escolar de estudantes do ensino médio que enfrentam a jornada dupla de trabalho e estudos. O objetivo é identificar os problemas decorrentes dessa carga dupla de esforço e demonstrar seu impacto no desempenho acadêmico. A pesquisa pretende contribuir para a criação de novas práticas de ensino em sociologia, ressaltando a importância científica do estudo.

Além disso, o projeto tem uma relevância social significativa, pois traz à tona os desafios enfrentados por esses estudantes. Ao destacar as dificuldades associadas à necessidade de uma jornada dupla, o estudo promove uma reflexão sobre os problemas sociais envolvidos e contribui para a busca por justiça social. Ao reunir dados sobre as causas do crescente abandono escolar no Brasil, o projeto também visa apoiar a elaboração de políticas públicas que ofereçam assistência estudantil, ajudando a reduzir o abandono escolar.

## **1 A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO EM SOCIOLOGIA PARA ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO COM JORNADA DE TRABALHO**

Durante muitos anos, os jovens são inseridos no mercado de trabalho, a idade com que estes são inseridos em um novo mundo pode

causar mudanças físicas, mentais e na forma de pensar destas pessoas. Com o passar do tempo cada vez mais é discutida qual seria a maneira correta para que o adolescente/jovem comece a dividir períodos de estudo com o trabalho.

Sabe-se que muitos indicadores como o índice de desenvolvimento humano, a expectativa de vida, a mobilidade social e o crescimento econômico populacional estão ligados diretamente com a educação. Estes são afetados nos casos de abandono escolar tornando estes indicadores menores pois, sem educação de qualidade existem reduções de remuneração, falta de conhecimento para a busca de direitos básicos trabalhistas, com isso estes jovens que não concluem os estudos por muitas vezes não têm oportunidades para ascenderem socialmente incluindo-se em ciclos de pobreza.

Além destes fatores, é necessário que a educação atente-se em melhorar a experiência que o aluno tem em sala de aula, além de buscar meios para que o abandono escolar seja menor e que o jovem consiga conciliar a jornada de trabalho com a educação de forma saudável para seu corpo e mente.

## 1.1 ESTUDOS ANTERIORES SOBRE DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO COM JORNADA DE TRABALHO

É possível identificar que a juventude é um período no qual ocorre a transição da criança para o adulto, este período é marcado por constantes mudanças sendo elas físicas e mentais, entre estas mudanças encontra-se a inclusão de muitos jovens e adolescentes ao mercado de trabalho.

Nessa etapa de desenvolvimento, a educação é fator importante, visto que constitui diretamente a visão crítica e da realidade social em que os indivíduos vivem, de uma forma que possa mediar as relações entre o sujeito e o seu contexto, mostrando assim a importância da relação aluno-escola (Dutra-Thomé; Pereira; Koller, 2014).

Vê-se que em muitos contextos durante os anos no Brasil, muitos jovens incluem-se no mercado de trabalho enquanto ainda não terminaram os estudos, fazendo com que os mesmos tenham que enfrentar uma jornada dupla que pode causar cansaço e descontentamento. Observa-se que na maioria dos casos os alunos que optam por esta jornada têm como principal motivo a renda para auxiliar a família e também por questões de sobrevivência pessoal (Abrantes, 2012).

Conforme ao descrito, muitas vezes é possível enxergar que os alunos não diretamente optam por esta jornada, mas sim acaba se tornando uma necessidade. Evidencia-se que estes alunos que têm dupla jornada, encontram dificuldades no aprendizado devido ao cansaço, apresentando sono, dores musculares e falta de atenção pois em muitos casos o aluno trabalhou 8 horas antes de chegar na escola.

Mattos e Chaves destacam que o trabalho representa um fator de risco, pois prejudica os estudos e contribui para a taxa de abandono escolar por parte dos estudantes antes mesmo de concluírem o ensino médio.

Isso cria nos jovens a falsa percepção que já conquistaram o salário que poderiam ou a independência financeira, desse modo, acabam não visualizando motivos para continuar estudando, pensando que o ensino médio não proporcionará algo melhor.

O texto de Pereira *et al.* (2011) destaca que o trabalho não só influencia fisicamente como também auxilia na dessincronização do ciclo do sono, sendo identificada uma média de 7,1h para jovens trabalhadores

e 8,6h para jovens não trabalhadores, mostrando o aumento de sonolência diurna para aqueles que trabalham.

Aponta-se que o sono é extremamente importante para todos, principalmente para aqueles que estão em desenvolvimento, sendo assim a qualidade deste sono tende a diminuir quando os jovens e adolescentes começam a trabalhar, esta diminuição faz com que muitas vezes estes alunos percam o interesse nos estudos e a atenção no trabalho, podendo causar até mesmo acidentes de trabalho e mal rendimento trabalhista e escolar.

Os trabalhadores, depois de um dia inteiro de trabalho, chegam às aulas à noite, cansados, entretanto esse cansaço, não os impede de buscar o conhecimento. A educação, para ser realmente transformadora, deve buscar estar conectada com a prática e a realidade dos alunos mostrando formas diferenciadas de ensino para tornar o ensino mais atraente (Freire, 1992).

Sobre algumas dificuldades que são encontradas pelos estudantes, Pereira e Coutrim (2020, p. 6) afirmam que:

Outro aspecto que dificulta a aprendizagem do que é transmitido pelos professores por parte dos estudantes trabalhadores, principalmente aqueles do ensino noturno, é a rigidez na metodologia e a carga horária das disciplinas. Além disso, em muitos casos, os conteúdos das disciplinas não se articulam com as suas vivências cotidianas, o que dificulta o processo de aprendizagem.

Com esta observação, percebe-se que alguns problemas estão presentes na educação, assim também precisando de mudanças metodológicas. É importante direcionar o processo de aprendizagem, tentando relacionar as características individuais e as experiências obtidas na jornada de trabalho com o que é debatido em sala de aula. Essa abordagem visa aproximar o aluno da educação tornando-a mais

relevante e motivadora, o que pode, por sua vez, servir de incentivo para os outros estudantes.

Os autores Melo e Cavalcante (2020) abordam em seu texto diferentes formas de reduzir o abandono, entre elas o apoio ao estudante jovem, consiste na participação da sociedade como um todo, mas como auxiliador principal está a família que atua em um processo de incentivo para a permanência do aluno.

A sociedade tem que ter voz ativa para contribuir com a permanência do aluno até a conclusão dos seus estudos, dentro desta influência social, a família surge como um dos principais pilares para encorajar os estudantes que estão perto de chegar a um êxito estudantil que seria a conclusão do ensino médio.

Considerando que os jovens possuem suas individualidades, estes possuem também diferentes desafios relacionados à permanência na escola e merecem que suas particularidades sejam consideradas em políticas que incentivem o seu treinamento (Vieira; Almeida; Vieira, 2012).

Com estas particularidades existentes é necessário que a escola juntamente com o trabalho forme uma união, de modo que o aluno se sinta acolhido e valoroso em relação a sua contribuição dentro da escola e do trabalho. Esta união escola-trabalho, pode surgir a partir da ideia que muitas vezes a escola prepara os alunos para o mercado de trabalho, porém falta que esta preparação seja de forma conjunta, mostrando um trabalho mútuo para a formação de um profissional estudante exemplar.

Por fim, Mattos e Chaves (2006), destacam que além disso alguns jovens consideram que ser inseridos no ambiente de trabalho aumenta as responsabilidades assumidas no dia a dia, mas também possibilita o desenvolvimento e o aprendizado de conhecimentos novos.

## 1.2 O CONHECIMENTO EM SOCIOLOGIA PARA ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO COM JORNADA DE TRABALHO: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS

O ensino médio é um período diretamente ligado com a formação mental e física dos jovens, mas também na forma com a qual ele encara o mundo e a sociedade, junto a isso existe o enfrentamento de desafios significativos sendo um deles a conciliação entre a vida escolar e o trabalho.

Esta seção traz num primeiro momento a discussão acerca da realidade da dupla jornada composta por trabalho e estudo, e o equilíbrio que precisa ser formado entre as responsabilidades laborais e as horas de estudo, explora-se os impactos e desafios que podem ser encontrados em estudantes que possuem esta realidade, considerando a Sociologia crítica para compreender as estruturas sociais destes alunos proporcionando um aprendizado mais eficaz.

Por fim destacamos como a Sociologia pode ser um instrumento de transformação social e educacional capacitando os estudantes a melhorar suas visões de mundo e preparando-os para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

### 1.2.1 **A dupla jornada de estudantes do Ensino Médio: trabalho e estudos**

Fernandes e Oliveira (2012), evidenciam que o trabalho se tornou uma questão central e a escolaridade um diferencial, em relação ao mercado de trabalho, levando os estudantes a necessitarem de experiência cada vez mais cedo. Denomina-se como dupla jornada a permanência na

instituição de ensino, porém aqueles que a enfrentam são prejudicados por alguns sacrifícios decorrentes do cansaço físico e mental.

Para Bertei (2017), a dupla jornada pode durar até 12 horas refletindo na inserção de jovens ao mercado de trabalho, seja por motivos de mudança no quadro social, qualificação, sustento da família e da própria carreira, optando pelo terceiro turno para estudos realizados a noite.

Entende-se que esta dupla jornada torna-se cansativa, pois o estudante que anteriormente estudava sem trabalhar é inserido em uma jornada muito maior a habitual, pois normalmente indo para a escola ficava 4 horas longe de casa e agora passa a metade do seu dia em outros ambientes. O estudante procura o mercado do trabalho por diferentes motivos, porém sem saber como será enfrentar os desafios futuros e pode chegar a abandonar os estudos porque a experiência no mercado de trabalho é tratada como suficiente para a preservação do vínculo empregatício.

É unânime que em todas as folgas de trabalho os estudantes precisam realizar as atividades relacionadas ao ensino, que não têm energia para o lazer e que acabam ficando prejudicados em relação a realização das atividades que proporcionem o bem-estar.

Os estudantes percebem que para conquistar seus objetivos precisam procurar trabalho, com isso dedicam grande parte do seu tempo trabalhando e estudando, quando chegam os finais de semana, feriados e até mesmo as folgas do trabalho o estudante trabalhador não tem tempo de sobra para se distrair abandonando o lazer que é fundamental para se sentirem bem, fazendo com que o cansaço e as dores sejam maiores.

Araújo Filho (2009), mostra que além destes problemas a dupla jornada pode afetar a qualidade do sono diminuindo o rendimento escolar e provocando queda de produtividade no trabalho, neste cenário afeta de forma negativa na qualidade de vida das pessoas.

O problema existente na dupla jornada não é causado somente pelo trabalho, mas sim pela junção dos dois, tornando os alunos cansados e desatentos tornando-os sonolentos e esta falta de sono de qualidade, desatenção e as possíveis dores musculares causadas pelo cansaço afetam diretamente a dupla jornada do trabalhador estudante o tornando desmotivado para a continuação de suas funções.

Entende-se que a jornada entre trabalho e estudos ocupa um tempo grande do dia do estudante e que é necessário que tanto a escola, quanto o trabalho, andem lado a lado para fazer com que a qualidade do sono e da vida do jovem/adolescente melhore.

### **1.2.2 Diferentes estratégias pedagógicas para o ensino de Sociologia**

Em qualquer forma de ensino, diferentes métodos podem ser encontrados para a absorção do conteúdo e para a melhoria da educação, sendo estas aulas expositivas, leituras, debates, estudos e mídias visuais, estes variados métodos podem auxiliar o estudante para que ele tenha uma visão mais profunda do assunto, em sociologia o aluno pode analisar os fenômenos sociais, podendo aplicar em prática os conceitos sociológicos estudados durante as aulas, que através destes métodos se torna mais eficaz.

A tecnologia está crescendo cada vez mais, oportunizando aos alunos plataformas de aprendizado como o Khan Academy, por exemplo, podendo também organizar seu tempo com aplicativos de estudo e organização além de outras formas como livros digitais e até mesmo a inteligência artificial.

Vargas (2011) conceitua que podem-se aplicar práticas participativas, alicerçadas em temas concretos do cotidiano dos alunos,

sendo essas práticas aplicadas por professores com uma sólida formação em ciências sociais, construindo com o aluno uma interpretação ancorada em ferramentas teórico-metodológicas e empíricas.

Dentro de vários métodos entende-se que as ferramentas metodológicas conhecidas pelos professores durante a formação também podem auxiliar para a construção de uma metodologia diferenciada na educação alavancando a melhoria do conhecimento ministrado aos alunos.

Bona e Souza (2018), utilizam da argumentação que existe a necessidade da flexibilização curricular como a adoção de atividades que promovam o protagonismo do aluno sobretudo sobre situações de contextos reais e necessários para o pleno desenvolvimento. Para que aconteça esta flexibilização é necessário que exista um prévio conhecimento das tecnologias disponíveis e ferramentas inovadoras para o ensino médio.

Do mesmo modo, Guadagnin (2019), mostra que ainda hoje a transmissão do ensino de Sociologia é feita por técnicas de memorização e repetição, mas a tendência é que a informação e comunicação tecnológica auxiliem na modificação da sala de aula. O essencial não é apenas a tecnologia, mas também o elo formado entre a tecnologia e a educação acompanhando as mudanças societárias e compreendendo e transformando a sociedade que os alunos estão inseridos.

Salienta-se que estes ideais podem ser unidos, fazendo com que a escola busque a qualificação de professores para a melhor utilização de tecnologias em sala de aula e busque aplicar cada vez mais estas tecnologias atreladas ao conhecimento mantendo a atenção do aluno nos estudos auxiliando na fixação dos temas abordados. A Sociologia é de suma importância na formação do pensamento dos alunos e essas técnicas pedagógicas desde as mais antigas até as atuais auxiliam no processo final de aprendizagem dos estudantes que estão se preparando

para encarar o mercado de trabalho e também o início na vida acadêmica no ensino superior.

O professor de sociologia também pode adotar o exercício de pesquisa como estratégia pedagógica investigando as representações sociais dos próprios estudantes a respeito da escola e também das perspectivas que tem para si perante a sociedade brasileira (Praxedes, 2017).

O texto de Miranda *et al.* (2023), exprime que o professor pode orientar os alunos ao protagonismo do processo de aprendizagem podendo juntamente com os alunos desenvolver práticas pedagógicas plurais e flexíveis com aulas atrativas, dinâmicas e contextualizadas na realidade científica do estudante.

Algumas metodologias ativas que podem ser abordadas seriam as aprendizagens baseadas em problemas ou projetos (ABP e ABPr) e a sala de aula invertida.

Segundo Munhoz (2015), a ABP promove a interdisciplinaridade e o desenvolvimento de habilidades de pesquisa, envolvendo a apresentação de um problema real ou fictício que os alunos devem resolver através de pesquisa.

Bender e Horn (2014), mostram que na ABPr os alunos elaboram um projeto de pesquisa que aborde os conceitos sociológicos fortalecendo o elo entre a prática do conhecimento e os estudantes.

Para Bergmann e Sams (2016), uma maneira eficaz de promover o conhecimento é a sala de aula invertida, método que os alunos estudam conceitos teóricos em casa utilizando de alguns materiais que o professor selecionou, como vídeos, áudios e textos, fazendo com que a sala de aula seja dedicada as atividades práticas, discussões e esclarecimento de dúvidas.

Com isso, o professor de sociologia pode repensar a forma com a qual se aproxima dos estudantes, investigando suas experiências individuais e sendo um meio de ligação dos ideais do estudante com o

conteúdo abordado em sala de aula, utilizando de diferentes ferramentas para ajudar o estudante a aproximar a sociologia da sua vida, porque desde os tempos mais antigos o ser humano convive com diferentes sociedades e estes estudantes trabalhadores podem ter a consciência da aproximação entre suas experiências pessoais, sociais, trabalhistas e educacionais.

### 1.2.3 A educação como instrumento de transformação social

Historicamente vê-se que a evolução ocorreu juntamente com a educação, pois toda experiência aprendida era repassada para a sociedade ao redor, como por exemplo o primeiro homem que descobriu o fogo e ensinou os outros da sua sociedade a fazê-lo também, transformando essa sociedade com uma descoberta tecnológica.

Rocha, Rufato e Rosetto (2021), apontam que:

O meio social e cultural em que o ser humano encontra-se inserido contribui significativamente para o desenvolvimento de suas características especificamente humanas. Isso acontece, pois é no meio social e cultural que se encontram os conhecimentos historicamente produzidos ao longo das gerações, bem como os instrumentos mediadores e as peculiaridades específicas que o tornam humano. De tal modo, cada indivíduo caracteriza-se como um membro de um grupo social que vive em um período histórico específico, com suas particularidades e características e, pela interação com esse “meio”, se transforma.

A educação não se difere das transformações sociais, ela se junta a estas transformações e é utilizada como ferramenta de divulgação

destas transformações, sendo muitas vezes o meio possível para que a tecnologia e a ciência tenham êxito em suas conquistas.

Em seu texto Reis (2022), afirma que é responsabilidade do professor despertar um sentimento crítico nos estudantes, para que estes exercitem a cidadania, a moral e a ética de forma crítica os levando a fazer uma leitura crítica do mundo que os cerca.

A educação é um instrumento de transformação social que pode ser utilizada em várias frentes sociais, tendo impacto transformador na vida das pessoas principalmente aquelas com sequelas sociais (De Freitas e De Souza, 2021).

Por meio do empenho dos professores, a educação pode ser utilizada para transformar a realidade social dos alunos, os auxiliando na escolha da melhor decisão a ser tomada principalmente em momentos em que os alunos podem se sentir perdidos na escolha de carreiras e na continuação da vida de estudante até a conclusão de um ensino superior.

De acordo com Colares, Fonseca e Colares (2020), a educação abrange todas as práticas sociais que podem propiciar aprendizagem, esta aprendizagem pode significar tanto um simples conhecer quanto a aquisição de técnicas de processo complexas.

Vê-se que a educação está atrelada a transformação social, desde um simples manual que pode ser informativo e nos livros didáticos específicos para um curso, sendo algo que engloba várias informações úteis para aqueles que aprendem. O processo de aprendizagem é influenciado pela forma com a qual a educação se desenvolve sendo um fator crucial para o desenvolvimento humano.

Do ponto de vista de Alves (2020), a educação necessita de uma transformação para que o homem tenha consciência de que é o sujeito de sua própria história e que pode moldar os segmentos sociais favorecendo a liberdade e a realização individual e social de seu meio.

Schafranski (2005), encontra o esclarecimento que a educação pode constituir-se em pontos estratégicos do desenvolvimento econômico e social gerando novas culturas centradas no conhecimento científico e tecnológico.

Observa-se que a educação auxilia em todas as fases da evolução, sendo um importante instrumento de transformação social, cultural, tecnológica e científica.

Freire (1996), diz que o processo de transformação relacionado a educação necessita de etapas onde primeiramente a educação transforma as pessoas e que as pessoas mudam o mundo, fazendo com que de forma indireta a educação muda o mundo. Na mesma perspectiva, Saviani (1999), descreve que a educação é o principal instrumento para a ocorrência da transformação social, promovendo significativas mudanças na realidade e vida das pessoas.

Considerando estes pensamentos, percebe-se que a educação não apenas melhora as pessoas, ela também os transforma para o entendimento de suas próprias realidades, mesmo que de diferentes formas existe concordância entre os dois parágrafos, concordando que a educação não apenas muda o indivíduo, mas é essencial para a transformação da sociedade.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este projeto é baseado em estudos relacionados a todos os métodos que podem ser aplicados em uma pesquisa bibliográfica, esta pesquisa foi efetuada usando como base referências em plataformas de periódicos como CAPES, Scielo, Pepsic, livros, e-books, entre outros, a fim de oferecer uma visão abrangente sobre os assuntos abordados.

Brito, Oliveira e Silva, apontam que a pesquisa bibliográfica possibilita ao pesquisador ter acesso a um conhecimento anteriormente produzido, sendo importante auxiliador no embasamento de dados e respostas aos problemas de estudo estabelecidos na investigação.

Na realização da intervenção pedagógica, serão utilizadas as seguintes estratégias pedagógicas:

- Música e teatro: Explorar letras de músicas que critiquem e mostrem a verdadeira realidade da nossa sociedade brasileira e os desafios enfrentados pela sociedade;
- Sala de aula invertida: Pedir aos alunos para estudarem um conteúdo em específico em casa através de leituras, vídeos ou outros recursos, e reserve o tempo em sala de aula para discussões, atividades práticas ou projetos;
- Debates: Organizar debates em sala de aula sobre questões controversas ou tema atuais relacionados à sociologia isso acaba estimulando o pensamento crítico e o desenvolvimento de habilidades argumentativas.

Contudo as estratégias futuras podem ter mudanças, sendo acrescidos alguns métodos ou algumas modificações podem ser efetuadas para a melhoria da aplicação em prática.

## REFERÊNCIAS

ABRANTES, Nyedja Nara Furtado De. **Trabalho e estudo: uma conciliação desafiante. Anais IV FIPED**. Campina Grande: Realize Editora, 2012. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/485>. Acesso em: 25 maio 24.



BRITO, Ana Paula Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SILVA, Brunna Alves da. A Importância Da Pesquisa Bibliográfica No Desenvolvimento De Pesquisas Qualitativas Na Área De Educação. **Cadernos da Fucamp**, Campinas, v. 20, n. 44, p. 1-15, 1.out. 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2354>. Acesso em: 05 jul. 24.

COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa; FONSECA, André Dione; COLARES, Anselmo Alencar. A educação no processo de transformação social: refletindo sobre a prática docente. **Revista Histedbr On-Line**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 1-15, 3.mai.2021. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/rho.v21i00.8660256>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8660256/26603>. Acesso em: 27 jun. 24.

DUTRA-THOMÉ, Luciana; PEREIRA, Anderson Siqueira; KOLLER, Silvia Helena. O Desafio de Conciliar Trabalho e Escola: Características Sociodemográficas de Jovens Trabalhadores e Não-trabalhadores. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, Jan-Mar 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/nL5XDyQS349gyGSskkBWTtF/#>. Acesso em: 22 maio 24.

FERNANDES, Priscila Dantas; OLIVEIRA, Kecia Karine Santos De. Trabalho e educação: Análise Reflexiva da dupla jornada do estudante-trabalhador. In: **VI Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**. São Cristóvão, 2012. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10182/27/26.pdf>. Acesso em: 24 jun. 24.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 76 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 127 p. Preparação: Ana Maria O. M. Barbosa. Disponível em: <https://pibid.unespar.edu.br/noticias/paulo-freire-1992-pedagogia-da-esperanca.pdf/view>. Acesso em: 17 jun. 24.

FREITAS, Docília Evangelista de; SOUSA, Felipe Neris Torres de. A Educação como um Instrumento de Transformação Social à Luz da Teoria das Janelas Quebradas / Education as an Instrument of Social Transformation in Light of the Broken Windows Theory. **Id On-line**: Revista Multidisciplinar e de Psicologia, v. 15, n. 57, p. 53-78, 31.out. 2021. Lepidus Tecnologia. <http://dx.doi.org/10.14295/online.v15i57.3185>. Disponível em: <https://online.emnuvens.com.br/id/article/view/3185/5003>. Acesso em: 27 jun. 24.

GUADAGNIN, Sonia Maria Sides. **O ensino de sociologia e sua importância para a educação na construção da sociedade**. 2019. 16 f. TCC (Graduação) - Curso de Sociologia, Uninter, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/112/Sonia%20Mara%20Sides%20Guadagnin.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 jun. 24.

MATTOS, Elsa de; CHAVES, Antonio Marcos. As representações sociais do trabalho entre adolescentes aprendizes: um estudo piloto. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.** São Paulo, v. 16, n. 3, p. 66-75, dez. 2006. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12822006000300008&lng=pt&nrn=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822006000300008&lng=pt&nrn=iso). Acesso em: 18 jun. 24.

MELO, Gilza Carla Temoteo; CAVALCANTE, Claudia Valente. Enfrentamentos Dos (As) Jovens Do Vestibular Social Da Pontifícia Universidade Católica De Goiás: estratégias de acesso e permanência. **Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, Goiânia, v. 29, n. 3, p. 369, 13 mar. 2020. Pontifícia Universidade Católica de Goiás -PUC Goiás. <http://dx.doi.org/10.18224/frag.v29i3.7825>. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/frag%20mentos/article/view/7825/4376>. Acesso em: 18 jun. 24.

MIRANDA, Kennya Ferreira Silva *et al.* Estratégias Pedagógicas Para Aplicação De Metodologias Ativas. **Educação em Foco**, v. 28, n. 1, p. 1-17, 27 jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/38791/26056>. Acesso em: 26 jun. 24.

MUNHOZ, Antonio Siemsen. **Aprendizagem Baseada em Problemas**: ferramenta de apoio ao docente no processo de ensino e aprendizagem. Cengage Learning, 2015. 260 p.

PEREIRA, Érico Felden; et al. Sono, trabalho e estudo: duração do sono em estudantes trabalhadores e não trabalhadores. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, n. 5, p. 975-984, maio 2011. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-311x2011000500015>. Acesso em: 16 jun. 24.

PEREIRA, Lucinéa de Souza; COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. Estudantes Trabalhadores de Camadas Populares em Seu Desafio Cotidiano de Conciliar Trabalho e Estudo. **Revista Educativa - Revista de Educação**, v. 23, n. 1, p. 7376-7392, 26 jan. 2021. Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás. <http://dx.doi.org/10.18224/educ.v23i1.7376>. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/7376/4920>. Acesso em: 17 jun. 24.

PRAXEDES, Walter. O ensino de sociologia como prática pedagógica de construção de conhecimento. **Revista Espaço Acadêmico**: Dossiê Ensino da Sociologia, Maringá, v. 1, n. 190, p. 1-5, mar. 2017. Anual. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/35763>. Acesso em: 26 jun. 24.

REIS, Flaviana Lourenço dos. A Educação como caminho de transformação social na visão de Paulo Freire. **Revista Científica Novas Configurações**: Diálogos Plurais, Luziânia, v. 3, n. 2, p. 09-22, 30.dez. 2022. Disponível em: <https://app.periodikos.com.br/article/63ba1477a-953952f842e01b2/pdf/dialogosplurais-3-2-9.pdf>. Acesso em: 27 jun. 24.

ROCHA, Geovane dos Santos da; RUFATO, Fabrício Duim; ROSSETTO, Elisabeth. A Educação Como Instrumento De Transformação Social. In: CONGRESSO NACIONAL DA EDUCAÇÃO, 7., 2021, Online. **Escola em tempos de Conexões**. Realize, 2021. v. 1, p. 264-281. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2021/ebook1/TRABALHO\\_EV150\\_MD7\\_SA100\\_ID3769\\_29092021122140.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2021/ebook1/TRABALHO_EV150_MD7_SA100_ID3769_29092021122140.pdf). Acesso em: 26 jun. 24.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**: polêmicas do nosso tempo. 32. ed. São Paulo: Autores Associados, 1999. 100 p.

SCHAFRANSKI, Márcia Derbli. A educação e as transformações da sociedade. **Revistas UEPG**, Ponta Grossa, v. 13, n. 2, p. 101-112, 06.abr.2005. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/humanas/article/download/550/549/0>. Acesso em: 28 jun. 24.

VARGAS, Francisco E. Beckenkamp; STORTO, Letícia Jovelina; LANZA, Fabio. O ENSINO DA SOCIOLOGIA: Dilemas de uma disciplina em busca de reconhecimento. **II Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET**, João Pessoa, p. 1-13, out. 2011. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2011/10/ARTIGO-O-Ensino-da-Sociologia.pdf>. Acesso em: 25 jun. 24.

VIEIRA, Guilherme Gomes; ALMEIDA, Wellen Costa de; VIEIRA, Norberto Martins. Situação de trabalho e estudo de adolescentes e jovens no Rio de Janeiro. **Perspectiva Econômica**, v. 8, n. 1, p. 56-67, 26 jun. 2012. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos. <http://dx.doi.org/10.4013/pe.2012.81.05>. Disponível em: [https://revistas.unisinos.br/index.php/perspectiva\\_economica/article/view/pe.2012.81.05/864](https://revistas.unisinos.br/index.php/perspectiva_economica/article/view/pe.2012.81.05/864). Acesso em: 18 jun. 24.

# Capítulo 6

## FORMAÇÃO CIDADÃ: COMPREENDENDO DIREITOS E DEVERES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Gustavo Ogliari

### INTRODUÇÃO

O foco da observação da realidade escolar foi compreender o desenvolvimento do processo educativo, identificar aspectos relevantes e registrar informações essenciais que servirão de base para a continuidade do estágio e para futuros projetos na área educacional.

A Escola observada para a prática de estágio conta com uma população estudantil diversificada, composta por filhos de operários, moradores da zona rural e membros da comunidade local, a escola enfrenta desafios e oportunidades ímpares no contexto educacional atual. que mais se destacou nas observações do Ensino Médio foi a participação ativa dos alunos, principalmente do 2º e 3º ano, uma vez que os alunos do 1º ano ainda estão reconhecendo o ambiente e é necessário instigar para despertar a criatividade e a participação deles.

Considerando esses elementos bem como o contexto das turmas, surgiu a ideia de trabalhar a intervenção pedagógicas como o tema “Formação Cidadã: Compreendendo Direitos e deveres na sociedade contemporânea” na perspectiva dos alunos compreenderem os direitos enquanto cidadão, como a educação, a saúde, segurança pública dentre outros, e da mesma forma os deveres.

Os objetivos do Ensino Médio, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), são consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, proporcionando uma base sólida para a continuidade dos estudos. Também visam preparar os estudantes para o trabalho e a cidadania, promovendo a capacidade de adaptação a novas condições e desafios. Além disso, a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico são prioridades, assim como a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, integrando teoria e prática. Dessa forma, a LDB orienta o Ensino Médio para uma formação integral, preparando os alunos tanto para a vida acadêmica quanto para a inserção no mercado de trabalho e para o exercício pleno da cidadania.

Ao encontro desse assunto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, aborda a formação cidadã com ênfase na compreensão de direitos e deveres na sociedade contemporânea. Ela define a educação como um processo formativo que visa o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O projeto intitulado “Formação Cidadã: Compreendendo Direitos e Deveres na Sociedade Contemporânea” será realizado no segundo semestre de 2024 na Escola de Educação Básica Professora Adelina Régis, localizada na rua XV de Novembro, nº 683, no bairro Centro, no município de Videira, SC. A implementação ocorrerá na sala do primeiro ano do Ensino Médio, com alunos na faixa etária de 14 a 16 anos. No primeiro semestre de 2025, o projeto será expandido para a turma do segundo ano do Ensino Médio, abrangendo alunos de 16 a 17 anos, e no segundo semestre de 2025, para a turma do terceiro ano, com alunos de 17 anos.

A escola desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos, instigando o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades essenciais. A compreensão do indivíduo na sociedade capitalista é uma

questão complexa que permite a análise das situações econômicas, do funcionamento do sistema de produção, e do entendimento dos direitos e deveres formalizados pela Constituição Federal. O projeto pretende explorar como o capitalismo se transformou ao longo dos anos nas relações sociais, na distribuição de recursos e nas desigualdades sociais. Portanto, a questão central da pesquisa é: Como o estudo da sociologia pode contribuir para a compreensão e o exercício dos direitos e deveres dos alunos na sociedade contemporânea?

As questões de estudo abordam como a escola pode abordar o papel do indivíduo na sociedade contemporânea por meio de disciplinas que discutem economia, política e sociologia. Além disso, busca-se entender como o estudo da sociologia contribui para a compreensão dos direitos e deveres dos alunos, as barreiras enfrentadas na prática desses direitos e deveres cívicos e como a escola pode ajudar a superá-las. Por fim, o projeto investigará a integração das disciplinas de economia, política e sociologia para promover uma formação cidadã mais eficaz, preparando os alunos para a participação ativa e crítica na sociedade contemporânea.

O objetivo geral do projeto é reconhecer como o estudo da sociologia pode contribuir para a compreensão e exercício dos direitos e deveres dos alunos do ensino médio na sociedade contemporânea. Entre os objetivos específicos, busca-se identificar como a escola pode abordar o papel do indivíduo na sociedade contemporânea, utilizar o estudo da sociologia na compreensão dos direitos e deveres, identificar barreiras enfrentadas pelos estudantes na internalização e prática de seus direitos e deveres cívicos, e propor estratégias pedagógicas que estimulem a participação ativa e crítica dos alunos.

A justificativa para este projeto reside na importância de compreender o papel da escola como espaço de formação cidadã na sociedade contemporânea. A educação em disciplinas como economia, política e sociologia é crucial para fornecer aos alunos conhecimentos

essenciais sobre as complexidades das relações sociais, econômicas e políticas. No entanto, desafios significativos persistem em relação à eficácia da educação em sociologia no ensino médio, especialmente no que diz respeito à compreensão e prática dos direitos e deveres dos alunos. Barreiras socioeconômicas, culturais e institucionais limitam o acesso a um conhecimento crítico e reflexivo sobre questões sociopolíticas, prejudicando a capacidade dos estudantes de se engajar de forma significativa no processo democrático.

Diante disso, este projeto propõe investigar como a educação em sociologia pode contribuir para a formação cidadã dos alunos do ensino médio, focando na compreensão e exercício de seus direitos e deveres na sociedade contemporânea. Além disso, busca identificar as principais barreiras enfrentadas na internalização e prática desses direitos e deveres e propor estratégias pedagógicas e curriculares para superá-las. Compreender os desafios e oportunidades associados à educação em sociologia no ensino médio permitirá desenvolver práticas educacionais mais inclusivas e eficazes, capacitando os alunos para uma participação ativa e crítica na vida social e política, contribuindo, assim, para a construção de uma sociedade mais democrática e justa.

## **1 REVISÃO DE LITERATURA**

A formação cidadã na sociedade contemporânea envolve não apenas o conhecimento dos direitos e deveres, mas também a capacidade de compreender e participar ativamente na vida social e política. A escola desempenha um papel central nesse processo, especialmente através do ensino de disciplinas como economia, política e sociologia. Essas disciplinas fornecem aos alunos as ferramentas necessárias para entender as complexidades das relações sociais, econômicas e políticas

que moldam nossa realidade. Essa revisão de literatura busca explorar como o estudo da Sociologia pode contribuir significativamente para essa formação, capacitando os alunos do ensino médio a se tornarem cidadãos informados, críticos e engajados na sociedade contemporânea.

## 1.1 ESTUDOS ANTERIORES SOBRE A FORMAÇÃO CIDADÃ NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO

De acordo com Wieczorkiewicz, Baade e Ogoshi (2020), a sociologia no ensino médio tem sido reconhecida por sua significativa contribuição para a formação cidadã dos alunos na Coordenadoria Regional de Educação de Canoinhas/SC. Este estudo enfatiza a importância da sociologia no ensino médio para promover uma visão crítica da sociedade e contribuir para a formação cidadã dos alunos. Os professores reconhecem que as aulas de sociologia têm impacto na maneira como os alunos pensam sobre questões sociais e políticas, desenvolvendo habilidades de pensamento crítico e entendimento da complexidade da sociedade, isso é muito importante para a formação cidadã dos alunos.

Os autores destacam que a sociologia vai além das paredes da sala de aula, conectando os alunos com a realidade social em que vivem, permitindo-lhes compreender eventos locais, nacionais e internacionais. Isso demonstra a importância de contextualizar os conceitos sociológicos na vida cotidiana dos alunos. A formação cidadã é outro ponto forte destacado, mostrando como a sociologia pode ajudar os alunos a entenderem seu papel na sociedade e prepará-los para participar ativamente dela.

A orientação educacional no Brasil desempenha um papel crucial na formação cidadã dos estudantes, indo além dos aspectos acadêmicos para abranger também os emocionais e sociais. Santos (2023) ressalta a

importância dos orientadores educacionais na promoção do bem-estar no ambiente escolar, facilitando diálogos e contribuindo para a formação de sujeitos autônomos e engajados na sociedade. Este artigo de revisão bibliográfica destaca a evolução histórica da orientação educacional no Brasil, desde suas origens até sua consolidação na legislação educacional nacional. Ele reconhece que os orientadores educacionais desempenham um papel essencial na promoção da formação cidadã ao longo dos diferentes períodos históricos, adaptando suas abordagens às necessidades e demandas da sociedade.

Atualmente, a orientação educacional é vista como uma ferramenta para promover a transformação social, com os orientadores atuando como agentes de mudança. Eles incentivam práticas pedagógicas reflexivas e democráticas, buscando formar cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade (Santos, 2023).

Segundo Scheffer (2021), a formação de professores ocupa um espaço fundamental na promoção da formação cidadã dos indivíduos, pois são profissionais que irão atuar na integração dos direitos humanos à didática de ensino e aprendizagem. O estudo ressalta também que a formação docente não se restringe à mera transmissão de conhecimentos, mas sim à preparação contínua para lidar com a complexidade do comportamento humano e para promover a emancipação dos indivíduos. Os professores são vistos como agentes fundamentais na formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Destaca-se também a necessidade de debates constantes sobre temas como dignidade humana, igualdade e diversidade, integrados ao currículo escolar através de uma abordagem pedagógica que valorize a reflexão crítica e a interação social. A formação de professores, nesse contexto, é muito importante para capacitar os profissionais a enfrentarem os desafios contemporâneos e a promover uma educação

que não apenas informe, mas também transforme positivamente a realidade social Scheffer (2021).

Gimenez (2020) discute a importância da conexão entre educação e direito para a formação integral e integradora de crianças e adolescentes no ambiente escolar. O texto aborda a importância da educação sobre os direitos e deveres estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para estudantes do Ensino Fundamental. Utilizando uma metodologia qualitativa baseada em estudo bibliográfico, observação e análise de dados, enfoca a formação ético-social dos alunos e a promoção de uma educação moral que os prepare para o convívio social e o entendimento de seus direitos.

A autora destaca também a Lei 11.525/2007, que reforça a obrigatoriedade do ensino sobre o ECA nas escolas, embora ressalte a necessidade de uma implementação efetiva desses direitos. O papel do professor é enfatizado como exemplo e facilitador no processo educacional, especialmente no desenvolvimento moral dos estudantes. O Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990 no Brasil, representa um marco na proteção dos direitos desses grupos, apesar dos desafios na sua efetivação. A educação não se limita a ensinar conteúdos formais, mas também deve transmitir valores éticos e morais fundamentais para a integração social dos jovens. Por fim enfatiza a obrigação dos cidadãos de obedecer às leis, sublinhando que a educação desempenha um papel crucial na conscientização e formação dos indivíduos, capacitando-os a se tornarem cidadãos responsáveis e conscientes de seus direitos e deveres.

O texto de Rath (2023) discute a importância de introduzir noções de direito constitucional no ensino médio como parte do processo de formação cidadã, o autor argumenta que a educação no Brasil, especialmente no Ensino Médio, tem sido tradicionalmente voltada para atender às demandas do mercado e não tem conseguido cumprir plenamente seu papel de formar cidadãos críticos e conscientes de seus

direitos e deveres. Além disso, menciona a influência de organismos internacionais e interesses econômicos na definição das políticas educacionais, o que muitas vezes vai contra a necessidade de uma educação voltada para a cidadania e a emancipação humana.

A proposta de incluir Noções de Direito Constitucional visa capacitar os jovens desde cedo para entenderem os fundamentos jurídicos que regem a sociedade democrática brasileira, promovendo assim uma participação mais ativa e informada na vida política e social do país. Esse conhecimento é visto como essencial não apenas para o exercício pleno da cidadania, mas também para reduzir as desigualdades sociais e promover uma maior igualdade de direitos. O autor também defende, que a inclusão dessa disciplina no currículo do Ensino Médio é não apenas relevante, mas necessária para garantir que os estudantes estejam preparados para lidar com os desafios da vida em sociedade de maneira mais consciente e informada.

Na mesma perspectiva, Costa *et al.* (2021), entendem que o ensino da Constituição Federal no ensino médio – integralizado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) –, visa proporcionar aos alunos uma compreensão mais profunda dos princípios constitucionais. Para os autores, o estudo da Constituição Federal (CF) é crucial para promover o conhecimento dos direitos e deveres dos cidadãos brasileiros, contribuindo para a formação de uma sociedade mais consciente e participativa. Eles destacaram a necessidade de incluir conteúdos como Direitos e Garantias Fundamentais, Cidadania, Princípios Fundamentais, Estatuto da Criança e do Adolescente, e Direitos Humanos nos currículos escolares desde o ensino fundamental.

Percebe-se que o ensino da Constituição Federal nas escolas desempenha um papel fundamental na formação cidadã dos estudantes, proporcionando diversos benefícios e promovendo a conscientização sobre direitos, deveres e a estrutura do Estado democrático de direito.

Segundo Diogo Jordão (2021), a escola desempenha um papel crucial na formação de cidadãos críticos e conscientes. O ensino de Geografia, em particular, é essencial para desenvolver uma compreensão profunda e crítica do espaço geográfico e das relações sociais que o constituem. Através da análise do espaço e de suas dinâmicas sociais e históricas, os alunos podem se preparar para atuar como agentes transformadores da realidade. Um exemplo prático dessa abordagem é o projeto “Nos Trilhos da Democracia”, realizado com alunos do ensino médio em Campos dos Goytacazes, RJ. O projeto buscou identificar e analisar problemas urbanos locais, promovendo a participação política dos alunos e a comunicação dessas demandas ao poder público. Além de resolver problemas específicos, o projeto visou fomentar uma cultura democrática e participativa.

O autor destaca que a relação entre território e cidadania é fundamental para a formação de uma sociedade justa e igualitária. Ao educar sobre essas relações, promove-se a formação de cidadãos conscientes e críticos, capazes de participar ativamente na transformação da realidade. A escola, portanto, deve assumir seu papel político-social, utilizando o ensino de geografia como ferramenta para a construção da cidadania plena.

## 1.2 FORMAÇÃO CIDADÃ E OS DIREITOS E DEVERES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

O estudo da Sociologia na compreensão da formação cidadã tem sido objeto de estudo e debate dentro do campo da educação. A compreensão dos direitos e deveres dos cidadãos na sociedade contemporânea é fundamental para o desenvolvimento de uma participação ativa e crítica dos indivíduos na vida social e política. Portanto, esta seção se dedica a

apontamentos acerca da relação da sociologia na perspectiva da formação cidadã, bem como da compreensão dos direitos e deveres dos cidadãos. Trata também da educação como ferramenta de transformação social e discute estratégias pedagógicas com vistas a uma formação cidadã mais eficaz e inclusiva.

### 1.2.1 A Sociologia e a formação cidadã

A Sociologia como disciplina desempenha um papel crucial na promoção da formação cidadã dos alunos, fornecendo-lhes ferramentas analíticas e conceituais para compreender as estruturas sociais e as relações de poder na sociedade contemporânea (Cardoso; Faletto, 1979). Sousa (2022) por sua vez destaca a importância da Sociologia no ensino médio como um instrumento para desenvolver uma consciência crítica nos alunos.

Essa disciplina oferece um espaço para os estudantes desenvolverem uma consciência crítica e reflexiva sobre a sociedade em que vivem. Ao estudar temas como desigualdade social, direitos e deveres, relações de poder e movimentos sociais, os alunos não apenas ampliam seu conhecimento teórico, mas também são incentivados a aplicar esse conhecimento na prática, questionando e refletindo sobre as estruturas sociais existentes (Sousa, 2022).

De acordo com Wieczorkiewicz, Baade e Ogoshi (2020), percebe-se que a Sociologia não se limita à teoria, mas promove uma compreensão mais profunda e empática das realidades sociais. Isso é fundamental para o desenvolvimento de uma cidadania ativa e consciente, na qual os indivíduos não apenas reconhecem seus direitos, mas também se engajam na luta por eles e na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

Além disso, as aulas de Sociologia são vistas pelos alunos como espaços de aprendizagem onde podem expressar suas opiniões, desenvolver o senso crítico e participar ativamente dos debates sobre temas relevantes para a sociedade contemporânea Wieczorkiewicz, Baade e Ogoshi (2020), esse ambiente favorece não apenas o aprendizado acadêmico, mas também o desenvolvimento pessoal e social dos educandos, preparando-os para enfrentar os desafios do mundo atual de forma mais informada e engajada.

O ensino de Sociologia, ao introduzir conceitos como classe social, estratificação, poder e dominação, desempenha um papel crucial na formação dos estudantes, promovendo a reflexão crítica sobre as estruturas sociais e suas dinâmicas. A disciplina não apenas oferece ferramentas teóricas para compreender as complexidades da sociedade contemporânea, mas também estimula os alunos a questionarem as injustiças sociais e a explorarem novas perspectivas de transformação social (Giddens, 2005, p. 180).

Assim, a Sociologia não apenas ensina conceitos sociológicos fundamentais, mas também desempenha um papel educativo essencial na formação integral dos alunos, capacitando-os a se tornarem cidadãos conscientes, responsáveis e capazes de contribuir efetivamente para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Segundo Wieczorkiewicz, Baade e Ogoshi (2020), a Sociologia, ao promover a reflexão sobre a complexidade do mundo moderno, capacita os estudantes a se perceberem como participantes ativos na vida social e política. Essa consciência crítica não se limita ao entendimento teórico, mas é aplicada na prática cotidiana, incentivando uma postura ética e responsável. O objetivo é não apenas compreender a sociedade, mas também transformá-la, visando a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva.

Além disso, a interdisciplinaridade da Sociologia fortalece a formação dos alunos ao conectar seu aprendizado com outras áreas do conhecimento, ampliando suas habilidades analíticas e interpretativas Wieczorkiewicz, Baade e Ogoshi (2020). Essa abordagem integrada não só enriquece o aprendizado acadêmico, mas também prepara os estudantes para enfrentar os desafios globais contemporâneos com uma perspectiva abrangente e informada.

O estudo da Sociologia no ensino médio reside em sua capacidade de proporcionar uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais, das relações de poder, das desigualdades e dos processos de mudança social. Costa (2011, p. 10) afirma que para Florestan Fernandes,

[...] os objetivos educacionais deveriam, agora, ser direcionados para a edificação de personalidades democráticas e de cidadãos capazes de tomar posições críticas diante das opções políticas existentes na moderna sociedade de classes [...] os indivíduos, ao serem capazes de discernir criticamente os interesses políticos subjacentes às diferentes concepções de planificação socioeconômica, não se submeteriam tão facilmente às manipulações dos donos do poder e poderiam, em contraposição, formular e participar ativamente de projetos progressistas de reconstrução social.

Portanto, a presença da Sociologia no currículo do ensino médio não se limita à transmissão de conhecimentos teóricos, mas visa também formar indivíduos mais capacitados para entender e transformar a realidade social em que estão inseridos. Essa disciplina desempenha um papel fundamental na educação para a cidadania e na promoção de uma visão crítica e pluralista do mundo contemporâneo.

Além de fomentar o pensamento crítico, a Sociologia também fortalece o respeito à diversidade e prepara os jovens para enfrentar desafios contemporâneos de maneira ética e informada. Os estudantes

aprendem a analisar problemas sociais complexos, a entender diferentes perspectivas e a buscar soluções baseadas em evidências e argumentos fundamentados.

### 1.2.2 Compreensão dos direitos e deveres dos cidadãos

A Sociologia enquanto ciência, oportuniza os estudantes a desenvolver em uma compreensão mais profunda dos direitos e deveres dos cidadãos na sociedade contemporânea (Patto, 1997). Ao explorar conceitos como cidadania, democracia e participação política, os mesmos podem adquirir habilidades essenciais para se envolverem ativamente no processo democrático e na defesa de seus direitos individuais e coletivos.

John Locke, em sua obra Segundo Tratado sobre o Governo Civil, aborda a compreensão dos direitos e deveres dos cidadãos de forma fundamental.

O autor ressalta a ideia de igualdade e independência dos indivíduos, bem como a obrigação moral de respeitar os direitos naturais de cada um, elementos fundamentais para a compreensão dos direitos e deveres cívicos na sociedade civil. Estabelece que os direitos naturais como vida, liberdade e propriedade são inalienáveis e fundamentais para a organização justa da sociedade. No contexto da Constituição Federal brasileira, esses princípios são primordiais, guiando a estrutura jurídica que protege os direitos individuais e coletivos.

Segundo as disposições da Constituição Federal de 1988, os direitos dos alunos na educação básica são amplamente garantidos, abrangendo desde o acesso universal e obrigatório até a promoção da igualdade de condições para aprendizado e permanência na escola. Além disso, a legislação enfatiza a importância da gestão democrática do ensino público e a garantia de um padrão de qualidade educacional.

Os direitos dos alunos assegurados pela Constituição Federal de 1988 refletem um compromisso fundamental com a educação como um direito universal e obrigatório. Segundo disposto no art. 205 da CF, a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, visando o pleno desenvolvimento das pessoas, sua preparação para a cidadania e qualificação para o trabalho. Além disso no art. 208, é garantido o acesso à educação básica gratuita dos 4 anos aos 17 anos de idade (Brasil, 1988).

Na Constituição em seu art. 227 também está assegurado os direitos humanos dos cidadãos, a educação, convivência familiar e comunitária, e protegendo-os contra negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Tudo isso constitui uma base legal para promover um ambiente educacional inclusivo, justo e que proporcione igualdade de oportunidades para todos os estudantes no Brasil (Brasil, 1988).

No Brasil, os direitos humanos segundo Rocha e Coelho (2010, p. 45) recebem, na Constituição de 1988, a nomenclatura de direitos fundamentais, expressão preferida das constituições democráticas. Nossa Carta Maior declara e estabelece de forma cristalina o direito de todos a uma vida digna, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à moradia, à educação. Da mesma forma, devem ser observados, haja vista que vivemos em um Estado Democrático de Direito, os princípios da igualdade, da dignidade da pessoa humana, da solidariedade, da fraternidade e da não discriminação, entre outros.

Rocha e Coelho (2010), ainda afirmam que a Constituição Federal de 88 a abrangência sugere que os direitos são divididos em Direitos Individuais, Direitos políticos e Direitos sociais.

Os direitos individuais são benefícios que pertencem a todo ser humano, que ele pode exercer por conta própria, sem afetar os direitos dos outros ou certos valores sociais. Esses direitos estão ligados à liberdade e à dignidade da pessoa humana. Por outro lado, os direitos sociais são focados na igualdade e na melhoria da qualidade de vida das

peças, abrangendo áreas como trabalho, saúde, educação, transporte e previdência social. Esses direitos dependem de ações positivas do Estado, que deve criar condições para garanti-los. O Estado Democrático de Direito é aquele que se opõe ao abuso de poder e age de acordo com a vontade do povo. Onde há um Estado Democrático de Direito, a vontade popular também está presente (Rocha e Coelho, 2010),

De acordo com Silva (2005), os Direitos Fundamentais na Constituição de 1988, abrangem os “direitos individuais, sociais, políticos e também os direitos econômicos. Para o autor, a ampliação e transformação dos direitos fundamentais do homem na história dificultam uma definição sintética do conceito”.

Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade, à igualdade, enfim, direitos civis, políticos, sociais e culturais (Nascimento; Silva, 2007).

Segundo Nascimento e Silva (2007), direitos civis são todos os direitos individuais e fundamentais que regulam as relações entre as pessoas. Referem-se à pessoa, à família e aos bens. E nos garantem direitos como: liberdade, segurança, igualdade e justiça.

Os autores complementam que temos também o direito de expressar as nossas opiniões, de manifestar nossa cultura, de nos tornarmos membros de uma associação ou organização de nosso interesse, sem que haja, por isso, qualquer tipo de discriminação. A segurança também é um direito civil e o Poder Público é quem zela pela sua integridade física e moral, além de proteger seus pertences. O acesso à Justiça, no caso de violação dos seus direitos, também é garantido pelo Estado (Nascimento; Silva, 2007).

Já os direitos sociais são conquistas não muito antigas da sociedade. Com o avanço do sistema capitalista, que gerou grande desigualdade social, foi necessário que o Estado cedesse às pressões populares e garantisse aos cidadãos as mínimas condições materiais para uma vida

digna e justa. Portanto, todos nós temos o direito ao ensino público de qualidade, ao acesso gratuito ao sistema de saúde, ao trabalho, ao lazer, à moradia e à assistência social. É importante sempre lembrarmos que precisamos continuar lutando para que estes direitos sejam de fato garantidos e ampliados (Nascimento; Silva, 2007).

Os autores ainda destacam que o Direito Político é o conjunto de normas que permite escolhermos os nossos representantes através do voto, bem como dá-nos o direito de nos candidatar. Além de votar e ser eleito, o cidadão também conquistou o direito de participar de iniciativas populares, de criar e participar de um partido político e de organizações sociais, como associações de moradores, ONG'S, entre outras.

### **1.2.3 Educação como ferramenta de transformação social**

Segundo Freire (1979), a educação é uma ferramenta de transformação social que pode capacitar os alunos a se engajarem de forma crítica e reflexiva em questões políticas e sociais. A sua obra “Educação e Mudança é um marco no campo da pedagogia crítica, destacando o potencial da educação como uma ferramenta poderosa de transformação social, argumenta que uma educação emancipatória deve capacitar os indivíduos a refletirem criticamente sobre sua realidade e a se engajarem na busca por mudanças sociais que promovam a justiça e a igualdade (Freire, 1979).

Para Freire (1979) a educação não deve ser uma transferência unilateral de conhecimento, mas sim um processo de aprendizagem mútua e diálogo entre educadores e educandos, como podemos perceber na seguinte passagem “não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem

à condição de objeto um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. O autor acreditava que a educação autêntica e transformadora ocorre quando os indivíduos são capacitados a questionar e transformar suas realidades sociais, superando estruturas de opressão e promovendo a emancipação humana.

A educação é amplamente reconhecida como uma poderosa ferramenta de transformação social. Ela desempenha um papel fundamental na capacitação das pessoas para entenderem criticamente o mundo ao seu redor, desenvolverem habilidades e competências necessárias para contribuir positivamente na sociedade e promoverem mudanças significativas.

Segundo Saviani (1991), a pedagogia tradicional está embasada numa corrente pragmática, na qual desconsidera a perspectiva “historicizadora”, pois falta-lhes a consciência dos condicionantes históricos-sociais da Educação. Esta ideologia tradicionalista busca a partir de elementos determinados a modificação da sociedade através da educação. No entanto, essa condição está estruturada nas condições formais do sujeito, por uma perspectiva ingênua e idealista, ou seja, mantém os interesses das classes dominantes para através da educação condicionar os sujeitos ao sistema vigente.

Saviani (1991) destaca ainda que a educação, ao transmitir o saber sistematizado, possibilita aos indivíduos a apropriação crítica da realidade social, tornando-os capazes de atuar sobre essa realidade e transformá-la. Isso significa que a educação deve ir além da simples transmissão de conhecimentos. Ela deve capacitar os indivíduos a entenderem criticamente a sociedade em que vivem, permitindo que eles se tornem agentes ativos na transformação dessa sociedade em direção a uma realidade mais justa e equitativa. A educação, nesse sentido, é um processo emancipador que prepara as pessoas para serem cidadãos engajados e conscientes.

Já para Luckesi (2002), “a educação deve ser um processo intencional de formação humana que visa a transformação da sociedade, promovendo a equidade, a justiça social e a emancipação dos indivíduos”. O que o autor ressalta é a importância de uma educação que não apenas transmite conhecimentos, mas também forma cidadãos conscientes, críticos e engajados, capazes de contribuir para uma sociedade mais justa, igualitária e emancipada.

Na mesma perspectiva, Freire (1996) aponta que a educação deve ser fundamentada na ética, no respeito, na dignidade e na autonomia do educando, com um ensino mais democrático na relação entre educadores e educandos, conscientes de que todos estamos em constante aprendizado. Pois “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (Freire, 1996, p. 12).

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Gil (2017), procedimentos metodológicos são um conjunto de métodos e técnicas sistemáticas usados para planejar e conduzir a pesquisa. Eles abrangem desde o planejamento do estudo até a coleta e análise dos dados. O mesmo ainda reforça que ao conjunto de técnicas e métodos que estruturam o desenvolvimento de uma pesquisa. Eles são essenciais para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados.

Dessa forma, buscou-se na pesquisa bibliográfica desse trabalho a leitura de inúmeros artigos identificados nas plataformas portal periódico CAPES e google acadêmico com temas e autores relevantes no assunto abordado.

Na realização da intervenção pedagógica, serão utilizadas as seguintes estratégias metodológicas:

- Estudo de caso: Uma maneira de estimular os alunos durante as aulas é trazer temas modernos para o plano de aula. Além de estudarem os conteúdos previstos nos livros, é importante que os estudantes tenham contato com a atualidade, com situações novas e que, na percepção deles, seja relevante, como matérias jornalísticas, artigos de revistas e publicações científicas. Além de ser uma forma de debaterem sobre o assunto, os jovens ganham experiência para situações que irão enfrentar nas provas, em especial para as redações, que costumam demandar uma visão sobre a contemporaneidade.
- Sala de aula invertida: Com esta abordagem, os alunos passam a ser muito mais ativos, deixando de lado o papel de ouvintes, consegue adquirir a habilidade de construir ideias, argumentos e conhecimento sozinho, ganhando autonomia. A sala de aula passa a ser utilizada como ponto de encontro, permitindo tirar dúvidas e esclarecer pontos que não foram tão bem assimilados. Sendo possível que o docente esteja criando uma sequência de questões voltadas ao tema, atividades relacionadas ao assunto ou estudando a temática mais a fundo com o objetivo de trazer mais conhecimento em sala.
- Gamificação: é uma metodologia incrível para chamar a atenção dos adolescentes, um bom exemplo de gamificação, criar jogos ou utilizar games prontos que tragam desafios e premiações. Os estudantes adoram ser desafiados e, desta forma, acabam sendo cativados pela atividade. O objetivo da gamificação é engajar as pessoas, motivá-las e incentivar comportamentos desejados através de técnicas e dinâmicas que são comuns em jogos.

- Pesquisas de campo: Na metodologia das pesquisas de campo, o professor pode levar seus alunos para vários lugares diferentes – fora ou mesmo dentro da escola. A partir dessa “excursão” para fora da sala de aula tradicional, os alunos podem obter diferentes aprendizados e pontos de vista, além de apurar o olhar crítico sobre o mundo e a sociedade no geral.
- Rotação por estações: A rotação por estações é uma das práticas dentro de sala que o professor divide a sala de aula em “estações”, separando os alunos por etapas relativas ao planejamento da aula. Neste caso, a primeira etapa ou estação é a mais básica, como a leitura do tema da redação, enquanto a segunda é a exibição de um vídeo sobre o tema, a terceira uma discussão em grupo sobre o tema e a quarta a produção da redação.

Com isso, é possível proporcionar um ambiente de aprendizagem em que há oportunidade para todos os alunos de pensar e interagir com o material de estudo é essencial para promover uma educação transformadora. Essa é a importância das metodologias ativas de aprendizagem.

No decorrer da aplicação das metodologias talvez haja a necessidade de acrescentar ou modificar as metodologias descritas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 191-A, p. 1, 5 out. 1988. Legislação Informatizada – Constituição de 1988 – Publicação Original. Disponível em: [w2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html](http://w2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html). Acesso em: 18 jun. 2024.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 1979.

COSTA, Pedro Henrique Maia *et al.* O ensino da constituição federal no âmbito do ensino médio integralizado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP). **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, Tramandaí, ano 06, n. 04, vol. 10, pp. 123-139, abr. 2021. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/integralizado-do-instituto>. DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/integralizado-do-instituto. Acesso em: 17 jun. 2024.

COSTA, Diogo Valença de Azevedo. **Florestan Fernandes e o ensino da sociologia na Escola Média brasileira**. 2011. 18 f. Artigo apresentado no GT09 - Sociologia da Educação, na 35ª Reunião Anual da ANPOCS, Caxambu, 2011. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/citations?user=2PhREDsAAAAJ&hl=pt-BR>. Acesso em: 20 jun. 2024.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIMENEZ, Melissa Zani. **Educação e direito**: a conexão necessária para a formação integral e integradora da criança e do adolescente junto ao ambiente escolar. 2020. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

JORDÃO, Diogo. Nos trilhos da democracia: o ensino de Geografia na formação cidadã. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 11, n. 21, p. 05-23, jan./dez. 2021.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 2002.

NASCIMENTO, Mariângela Moreira; SILVA, José Augusto da. **O direito a ter direitos**: cidadania. Juiz de Fora, 2007.

PATTO, Maria Helena Souza. **Sociologia e Sociedade**: Leituras de Introdução à Sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1997.

RATH, A. A. Noções de direito constitucional no ensino médio para construção da cidadania. **RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara**, Almenara, v. 5, n. 2, p. 95-106, maio/ago. 2023. Disponível em: <http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital/article/view/1101>. Acesso em: 15 jun. 2024.

ROCHA, Claudine Rodembusch; COELHO, Milton Schmitt. **A Constituição de 1988, os Direitos Humanos e a Bioética**. São Paulo: Atlas, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 11. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SCHEFFER, Denise da Costa Dias. **Formação de professores**: a didática acerca da abordagem dos direitos humanos pelo educador como formador de cidadãos. Universidade de Cruz Alta, Brasil, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15304/2179-1074/educatio.v20n3p01-22>. Acesso em: 17 jun. 2024.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

SANTOS, Adriano Rodrigues dos. A orientação educacional no Brasil e o orientador educacional na contemporaneidade. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 8, edição 11, vol. 1, novembro de 2023, p. 05-20. ISSN 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/pedagogia/orientacao-educacional-no-brasil>. Acesso em: 13 jun. 2024.

SOUSA, Maria das Dôres de; DIAS, Luciana Silva; COSTA, Douglas Pereira da. A Sociologia e a formação da cidadania dos alunos do Ensino Médio. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 68, p. [inserir páginas], jan./mar. 2022. DOI: 10.12957/teias.2022.53433. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/index.php/BRJD/article/download/47458/pdf#:~:text=A%20disciplina%20de%20Sociologia%20no,-fim%20de%20colaborar%20com%20o>. Acesso em: 15 jun. 2024.

WIECZORKIEWICZ, Tiago; BAADE, Cristian; OGOSHI, Débora. A sociologia no ensino médio: contribuições para a formação cidadã dos alunos na Coordenadoria Regional de Educação de Canoinhas/SC. **Revista Brasileira de Educação e Cultura**, v. 15, n. 30, p. 143-159, 2020. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscar.html?task=detalhes&source=&id=W3110893778> l. Acesso em: 14 jun. 2024.

# Capítulo 7

## O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO CIDADÃ DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO: EQUILÍBRIO ENTRE DIREITOS E DEVERES

Maidélly De Aquino Maciel Silva

### INTRODUÇÃO

O projeto de estágio, discute a importância da educação na formação cidadã dos estudantes do ensino médio. Autores como Paulo Freire, John Dewey e Hannah Arendt são citados por enfatizarem a necessidade de uma educação que transcenda a simples transmissão de conhecimentos que envolva a reflexão sobre questões sociais e a prática da participação democrática.

O que versa sobre o desafio de equilibrar a promoção dos direitos individuais dos estudantes com a conscientização e cumprimento de seus deveres, emanou da observação realizada in loco em escolas que possuem turmas de Ensino Médio. Com a percepção de um aumento na demanda de estudantes requerendo seus direitos, acompanhada de uma diminuição no senso de responsabilidade, o trabalho trata também de estratégias para fomentar uma cultura de responsabilidade e cidadania entre os alunos.

No contexto dos estágios supervisionados, observou-se que muitos estudantes apresentam uma integração significativa com as tecnologias digitais, o que lhes proporciona acesso rápido e eficiente a

informações sobre seus direitos. Essa capacidade de buscar e reivindicar direitos, no entanto, tem gerado um comportamento desbalanceado, onde os deveres são frequentemente negligenciados. É comum encontrar situações em que estudantes demandam respeito e reconhecimento de suas prerrogativas, mas não demonstram a mesma consciência em relação às suas responsabilidades básicas, como não jogar lixo no chão e respeitar as zeladoras. Embora esse comportamento não seja generalizado, ele destaca uma lacuna na formação cidadã que justifica a escolha do tema deste projeto. Ao focar na inter-relação entre direitos e deveres, busca-se promover uma compreensão mais equilibrada e prática da cidadania, essencial para o desenvolvimento de uma convivência escolar mais harmoniosa e respeitosa.

O ensino médio, é a etapa final da educação básica, desempenha um papel crucial na formação dos jovens, preparando-os para os desafios futuros. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o ensino médio tem diversas finalidades essenciais. Entre elas, destacam-se o art 35:

[...] a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; [e] a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina” (Brasil, 1996).

Essas finalidades ressaltam a importância de uma formação integral, que não só aprofunde o conhecimento acadêmico, mas também

desenvolva habilidades essenciais para a vida pessoal e profissional dos estudantes.

O ensino médio desempenha um papel crucial na formação da cidadania ao preparar os jovens para uma participação ativa e responsável na sociedade. As diretrizes estabelecidas pela LDB destacam a importância de uma formação que não apenas aprofunde os conhecimentos acadêmicos, mas também promova o desenvolvimento de competências essenciais para o exercício da cidadania. A preparação básica para o trabalho e a cidadania, o aprimoramento ético e intelectual, e a capacidade de adaptação a novas condições são fundamentais para que os estudantes se tornem cidadãos críticos, autônomos e éticos.

O projeto é essencial para preparar os alunos não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para o exercício pleno da cidadania. A educação deve cultivar a capacidade dos alunos de julgar e agir de forma ética e responsável, contribuindo para uma sociedade democrática e inclusiva.

A integração da educação cidadã no currículo escolar é fundamental para preparar os alunos para os desafios do mundo contemporâneo. O projeto visa formar cidadãos ativos e engajados, prontos para contribuir para uma sociedade mais justa e democrática.

O projeto “O Papel da Educação na Formação Cidadã dos Estudantes do Ensino Médio: Equilíbrio entre Direitos e Deveres” será realizado no segundo semestre de 2024, na Escola Governador Lacerda, localizada no bairro Santa Tereza, no município de Videira - SC. A iniciativa se concentrará nas salas de primeiro ano do ensino médio, atendendo alunos na faixa etária de 15 a 16 anos. Em 2025, o projeto será aplicado na sala do segundo ano, com alunos de 16 a 17 anos no primeiro semestre, e na sala do terceiro ano, com alunos de 17 a 18 anos no segundo semestre.

Atualmente, observa-se um aumento da demanda dos estudantes do ensino médio por informações sobre seus direitos individuais, liberdade de expressão, igualdade e autonomia. No entanto, esse interesse crescente é acompanhado por uma preocupante diminuição no senso de responsabilidade e cuidado com o ambiente escolar, refletindo uma menor participação nas responsabilidades coletivas. Essa situação levanta questões sobre o equilíbrio entre direitos e deveres na comunidade escolar. É fundamental que os alunos exerçam seus direitos e se sintam empoderados, mas também é essencial que reconheçam e cumpram seus deveres, contribuindo para um ambiente de aprendizagem positivo e colaborativo. Dessa forma, o projeto busca responder à questão central: como promover uma cultura de responsabilidade e cidadania entre os alunos do ensino médio, equilibrando seus direitos individuais com seus deveres para com a comunidade escolar?

Para alcançar esse objetivo, o projeto se propõe a investigar questões como: como a promoção dos direitos individuais pode ser equilibrada com a conscientização dos deveres coletivos? Como integrar os conceitos de direitos e deveres na educação dos alunos, promovendo tanto o entendimento teórico quanto a prática efetiva da cidadania em suas interações diárias? Quais práticas podem incentivar os alunos a reconhecerem e valorizar tanto seus direitos quanto seus deveres dentro do ambiente escolar? Além disso, como a compreensão do conceito de cidadania pode ser incorporada ao currículo escolar e às atividades extracurriculares, visando formar cidadãos conscientes, críticos e participativos na sociedade? E, finalmente, como a educação pode instigar nos alunos do ensino médio o conhecimento de seus direitos e deveres, além do desenvolvimento de valores cidadãos como respeito, solidariedade e responsabilidade social?

O objetivo geral do projeto é promover o engajamento dos alunos do ensino médio na prática da cidadania, equilibrando o reconhecimento de direitos individuais com a compreensão e execução dos deveres

coletivos, por meio de estratégias educativas e atividades práticas no ambiente escolar. Para isso, são estabelecidos objetivos específicos: conscientizar os alunos sobre a importância da cidadania e do equilíbrio entre direitos e deveres; criar espaços de reflexão e debate para que os estudantes compreendam o impacto de suas ações no coletivo; desenvolver estratégias pedagógicas que incentivem a participação ativa dos alunos em atividades voltadas para a melhoria do ambiente escolar; proporcionar experiências práticas que estimulem a cooperação e o respeito mútuo; e contribuir para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, preparando-os para serem cidadãos responsáveis e engajados.

A realização deste projeto é essencial diante da crescente necessidade de cultivar uma capacidade cidadã entre os estudantes do ensino médio. Em uma sociedade complexa, a compreensão dos direitos e deveres individuais e coletivos é fundamental para o funcionamento democrático e equitativo. O projeto reflete a importância de preparar os alunos não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para o pleno exercício da cidadania em suas vidas cotidianas. Ao promover um ambiente escolar que valorize a colaboração, o respeito mútuo e a responsabilidade compartilhada, buscamos contribuir para a formação de cidadãos ativos e conscientes de seu papel na sociedade. Além disso, ao incentivar a participação dos alunos na identificação e implementação de ações para melhorar o ambiente escolar, pretende-se fortalecer os laços de comunidade e preparar os estudantes para se tornarem agentes de mudança em suas comunidades locais e além, superando a limitação do acesso às informações que muitas vezes se restringem ao que é de interesse imediato.

## 1 REVISÃO DE LITERATURA

A promoção da cidadania, a qual envolve os direitos e deveres, são temas de relevância no contexto educacional contemporâneo. Autores, como Paulo Freire (1987), John Dewey (1916) e Hannah Arendt (2007), têm destacado a importância da educação para a formação de cidadãos conscientes e atuantes em uma sociedade democrática.

Freire (1968), por exemplo, exaltou a necessidade de uma educação libertadora, que torna capaz os indivíduos a compreenderem criticamente sua realidade e a agir de forma transformadora. Nesse sentido, a promoção da cidadania na escola não se limita apenas à transmissão de conhecimentos, mas também à reflexão sobre questões sociais e à prática da participação democrática.

Igualmente, John Dewey (1916) destacou a importância da escola como uma comunidade democrática, onde os alunos têm a oportunidade de aprender não apenas através de livros e aulas, mas também por meio da experiência prática e da interação com os outros. Para ele, a educação cidadã, não deve ser um assunto separado, mas sim integrado ao currículo escolar, de modo que prepare os alunos para a vida em sociedade.

Já Hannah Arendt (2007), destaca a importância da ação política e da participação pública na formação da cidadania. Na visão dela, a educação deve cultivar a capacidade dos indivíduos de julgar e agir de forma ética e responsável em relação aos assuntos públicos, contribuindo para a preservação da democracia e da liberdade.

Consoante os autores, a cidadania deve ser concebida não apenas como um conjunto de direitos e deveres formalmente estabelecidos, mas como uma prática social ativa, que envolve a participação efetiva dos indivíduos na vida pública e no tecido social. A escola, neste sentido, atua como um microcosmo da sociedade, desempenhando um papel central na formação de cidadãos. O ambiente escolar é uma possibilidade em

que os alunos podem experimentar e aprender a viver em comunidade, respeitar as diferenças e participar de processos democráticos de maneira efetiva.

Nessa perspectiva a educação cidadã integrada ao currículo escolar de maneira transversal, utilizando metodologias que combinam teoria e prática, a educação cidadã oportuniza a reflexão crítica sobre questões sociais. Para tal, pode ser criado um ambiente de aprendizagem dinâmico, no qual os alunos possam desenvolver as habilidades e competências necessárias para a vida em sociedade.

## 1.1 ESTUDOS ANTERIORES SOBRE A FORMAÇÃO CIDADÃ

De acordo com alguns estudos anteriores, é possível identificar que a escola é o principal ambiente para a formação da cidadania (Freire, 1987, p. 140), pois é lá que se aprende de forma democrática a edificação de um projeto de sociedade. Assim, incluir o ensino de cidadania e seus direitos nas escolas de ensino regular é promover o acesso à justiça, uma vez que conscientiza o cidadão acerca de seus direitos e deveres; cientes disso, maior será a luta pela efetivação destes (Carvalho *et al.*, 2019). No mesmo contexto, a promoção da cidadania não se limita apenas à transmissão de conhecimentos, mas também à reflexão sobre questões sociais e à prática da participação democrática.

O exercício pleno da cidadania é nada mais que ser agente de direitos e exercer seus direitos civis, políticos e sociais sem deixar de lado os deveres que lhes são impostos. Nesse contexto, quando entendido se como indivíduo cidadão, pode-se desempenhar um papel fundamental no ambiente escolar ao capacitar os alunos a se tornarem mais conscientes, ativos e preparados para os desafios da sociedade contemporânea (Carvalho *et al.*, 2019).

Por meio de práticas pedagógicas que incentivam a participação ativa destes estudantes na vida escolar e na comunidade, é possível promover uma cultura cívica e democrática desde a tenra idade. Dessa forma, a escola não apenas prepara os alunos para os desafios pessoais/individuais, mas também os capacita a contribuir para o bem-estar coletivo, fortalecendo os alicerces da sociedade.

Também, é imprescindível destacar a relevância da Sociologia no processo de desenvolvimento dos estudantes. Esta disciplina surgiu com o propósito de promover a formação cidadã, estimulando nos alunos uma abordagem crítica e reflexiva em relação à realidade social em que estão inseridos (Wieczorkiewicz; Baade; Ogoshi, 2020).

Essa interação vai além da transmissão de conhecimento, ela busca fomentar o questionamento e a análise dos fenômenos sociais, capacitando os alunos a compreenderem as complexidades da sociedade atual. A Sociologia, portanto, desempenha um papel essencial ao fornecer ferramentas conceituais e metodológicas para que os estudantes possam interpretar e agir de maneira informada em seu meio social. No âmbito educacional, percebe-se a importância da interação colaborativa entre professores e alunos, que propicia um ambiente propício ao aprendizado significativo.

A reflexão que vem a seguir, foi embasada na contribuição da disciplina de Sociologia, para a formação cidadã dos alunos do ensino médio na Coordenadoria Regional de Educação de Canoinhas/SC, pela ótica dos professores. Uma informação interessante, é que dentro deste artigo, o estudo realizado convidou todas as escolas para a participação na pesquisa, para uma maior significância dos resultados obtidos. Todos os professores de Sociologia das escolas estaduais pertencentes à Coordenadoria de Educação foram convidados a participar da pesquisa (Wieczorkiewicz; Baade; Ogoshi, 2020).

Nesse contexto, é necessário reconhecer que a Sociologia desempenha um papel fundamental no currículo escolar ao proporcionar aos alunos ferramentas analíticas e conceituais para entenderem as dinâmicas sociais e os fenômenos que permeiam a sociedade. Através do estudo de temas como estratificação social, cultura, poder e instituições, os estudantes são incentivados a refletir criticamente sobre as estruturas sociais e a sua própria posição dentro delas. A resposta, dos professores do projeto de pesquisa estudado, foi que:

[...] a sociologia vem contribuindo com a formação cidadã desses alunos de ensino médio. Apresentam-se algumas potencialidades, que contribuem com essa formação cidadã desses alunos, destacando-se: a formação do pensamento crítico, entendimento da sociedade e formação cidadã. Outra contribuição, é o entendimento da sociedade que acontece nas aulas de sociologia e vai além dos muros da escola, levando esse entendimento para a vivência dos alunos em suas realidades sociais, compreendendo os acontecimentos regionais, nacionais e internacionais (Wieczorkiewicz; Baade; Ogoshi, 2020).

E assim, puderam concluir que a formação cidadã, que acontece com bases nas aulas de sociologia, sendo a disciplina fundamental e essencial no desenvolvimento dessa formação. Nos conteúdos sociológicos, desenvolvem-se essas concepções de cidadania, de participação, cooperação social, conhecimento político e como conduzir todos esses conhecimentos em sociedade. A sociologia, enquanto disciplina, tem essa preocupação em formar indivíduos para vivência na sociedade, fazendo com que o aluno compreenda seu papel social e esteja preparando para vivência em sociedade, com direcionamento para exercer sua cidadania e atuar no mercado de trabalho (Wieczorkiewicz; Baade; Ogoshi, 2020).

É interessante ressaltar, de maneira finalizadora, algumas diferentes perspectivas sobre a Educação e a Cidadania, assim, fazendo

uso de uma pesquisa a qual analisa a relação existente entre as mesmas em obras representativas de Paulo Freire e Dermeval Saviani, a qual foi problematizada sob o olhar de Hannah Arendt (Schütz; Fensterseifer, 2018).

De maneira geral, Freire entende a cidadania como um processo que deve ser intrinsecamente ligado à educação. Ele acreditava que a educação deveria promover a conscientização política e a emancipação dos oprimidos, preparando os alunos para atuarem como cidadãos críticos e engajados. Ele via a cidadania não apenas como um status legal, mas como uma prática contínua de participação ativa na transformação social. Defendendo uma pedagogia que vá além da simples transmissão de conhecimentos, envolvendo um diálogo crítico que permita aos educandos reconhecerem suas próprias capacidades de agir no mundo. A cidadania, para Freire, é conquistada através da conscientização e da luta contra a opressão, onde a educação desempenha um papel crucial na formação de indivíduos capazes de transformar suas realidades (Schütz; Fensterseifer, 2018).

Saviani também tinha uma ótica sobre a educação, como fundamental para a formação da cidadania, mas com uma abordagem diferente de Freire. Saviani enfatiza que a educação deve despertar a consciência crítica dos alunos, permitindo-lhes compreender e questionar as estruturas sociais e políticas que os cercam. Ele argumenta que a escola deve ser um espaço de democratização do conhecimento, onde os alunos são preparados para a participação ativa e crítica na sociedade. A cidadania, segundo Saviani, é um resultado do processo educativo que capacita os indivíduos a compreenderem suas responsabilidades e direitos dentro da sociedade, promovendo a transformação social através do conhecimento crítico e da ação consciente (Schütz; Fensterseifer, 2018).

Hannah Arendt, cujas ideias são usadas como referencial teórico no estudo utilizado, oferece uma perspectiva distinta sobre a cidadania.

Para Arendt, a cidadania está intimamente ligada à participação ativa na esfera pública e à capacidade de agir politicamente. Ela argumenta que a educação deve preparar os indivíduos para essa participação, desenvolvendo sua capacidade de pensar criticamente e agir de maneira autônoma. A cidadania, para Arendt, envolve a capacidade de deliberar sobre os assuntos públicos e contribuir para a construção de uma sociedade democrática. A educação, portanto, deve fomentar o pensamento crítico e a capacidade de ação, elementos essenciais para a prática cidadã plena (Schütz; Fensterseifer, 2018).

Apesar das diferentes abordagens, Freire e Saviani concordam que a educação é essencial para a formação da cidadania. Ambos defendem que a educação deve ir além do ensino tradicional e promover uma compreensão crítica da realidade, capacitando os alunos a se tornarem agentes de mudança social. As reflexões de Hannah Arendt complementam essas ideias ao enfatizar a importância da participação ativa na esfera pública como uma característica fundamental da cidadania (Schütz; Fensterseifer, 2018).

De maneira resumida, para Freire, a cidadania é um processo de conscientização e libertação dos oprimidos; para Saviani, é uma capacidade desenvolvida através da educação crítica; e para Arendt, é a prática ativa e deliberativa na esfera pública. Todas essas perspectivas ressaltam a importância da educação como um meio de formar cidadãos engajados e críticos, capazes de transformar suas realidades e contribuir para a construção de uma sociedade democrática (Schütz; Fensterseifer, 2018).

A análise dos estudos anteriores revelou a relevância da escola como ambiente primordial para a formação da cidadania. A inclusão do ensino de direitos e deveres nas escolas regulares foi destacada como uma forma de promover o acesso à justiça e conscientizar os cidadãos sobre seus direitos. Além disso, a promoção da cidadania não se limita à transmissão de conhecimentos, mas também envolve a reflexão sobre

questões sociais e a prática da participação democrática. A Sociologia foi identificada como uma disciplina fundamental nesse processo, ao proporcionar aos alunos ferramentas analíticas e conceituais para entenderem as dinâmicas sociais e os fenômenos que permeiam a sociedade (Schütz; Fensterseifer, 2018).

Embora os estudos anteriores tenham fornecido informações importantes sobre a relação entre educação e cidadania, ainda há lacunas a serem preenchidas. Por exemplo, há uma necessidade de investigar mais a fundo os impactos específicos do ensino de Sociologia no desenvolvimento da formação cidadã dos alunos. Além disso, é importante explorar como as práticas pedagógicas podem ser aprimoradas para promover uma cultura cívica e democrática mais eficaz nas escolas.

Outra lacuna importante é a falta de pesquisa sobre a percepção dos alunos em relação à sua própria formação cidadã e ao papel da educação nesse processo. Entender as perspectivas dos alunos pode fornecer opiniões valiosas sobre como melhorar as práticas educacionais para promover uma cidadania mais ativa e engajada.

## 1.2 O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO CIDADÃ

A cidadania e o equilíbrio entre direitos e deveres são elementos fundamentais para a formação integral dos alunos, tanto no contexto escolar quanto fora dele. Nesta seção, exploraremos a importância desses conceitos e como eles podem ser incorporados no ambiente educacional. Da mesma forma os será destacado como espaços de reflexão e debate são essenciais para que os estudantes compreendam o impacto de suas ações individuais no coletivo e vice-versa. Além disso, a implementação de estratégias pedagógicas que incentivem a participação ativa dos alunos em atividades voltadas para a melhoria do ambiente escolar

e o fortalecimento da comunidade é crucial. Por fim a importância de experiências práticas que promovam a cooperação, o respeito mútuo e a responsabilidade compartilhada entre os membros da comunidade escolar.

### **1.2.1 A importância da cidadania e do equilíbrio entre direitos e deveres no contexto escolar, e fora dele**

A cidadania tem uma amplitude conceitual que engloba desde a participação integral do cidadão na comunidade até a incorporação dos direitos civis, sociais e econômicos de cada indivíduo, garantindo seus direitos e estabelecendo seus deveres, o que é crucial para a plena aplicação da cidadania na sociedade. Portanto, é de suma importância destacar que a evolução da constituição não se deu apenas de forma linear com o avanço do constitucionalismo democrático, mas também com a progressão da soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e pluralismo político (Follone; Rodrigues, 2016).

Em outra perspectiva, Follone e Rodrigues (2016) apontam que a justiça é vista como uma condição contemporânea de vida que promove o bem-estar geral e individual de cada cidadão. Por meio dessas condições asseguradas pela sociedade, os cidadãos podem desenvolver todo o seu potencial individual, familiar, profissional e social, com base no princípio da igualdade, valor e dignidade pessoal do ser humano.

Quanto mais conhecimento os cidadãos possuem, mais preparados estarão para enfrentar as possíveis adversidades. Nesse sentido, a escola é vista como uma instituição que oferece importantes contribuições para o instituto da cidadania. No entanto, é crucial observar que um ambiente democrático na escola é uma condição mínima para o exercício

da cidadania. Em um ambiente democrático, a escola pode desenvolver a conscientização, proporcionar esclarecimentos e penetrar na sociedade do conhecimento (Zizemer, 2006).

Desta maneira, a educação desempenha um papel crucial na busca pela consolidação da cidadania, ao possibilitar a transição da consciência ingênua para uma consciência crítica. Isso permite uma maior percepção das contradições existentes na sociedade.

A educação para a cidadania precisaria empenhar-se em expurgar de cada homem as crenças, as fantasias, as ilusões e, quem sabe, as paixões, que em nada contribuem para o desenvolvimento de uma consciência crítica. Sob esse enfoque, a ingenuidade, para não dizer a ignorância, é profundamente negativa, já que a pessoa ingênua é facilmente enganada pelos detentores do poder. [...] Superar essas ingenuidades – aquela que supera o descontentamento ou aquela que se lança cegamente nos conflitos – é tarefa da educação (Ferreira, 1993, p. 220).

Quando falado sobre “direitos e deveres” aos estudantes, tem-se que destacar como estes direitos individuais e fundamentais regulam as relações entre as pessoas, abrangendo aspectos da vida pessoal, familiar e patrimonial. Eles garantem direitos como liberdade, segurança, igualdade e justiça (Chehuen *et al.* 2007).

Isso significa que todos os cidadãos têm o direito de escolher livremente sua religião e profissão, expressar suas opiniões, manifestar sua cultura e se associar a grupos de interesse sem sofrer discriminação. A segurança também é um direito civil, e o Poder Público é responsável por proteger a integridade física e moral dos indivíduos, além de seus bens. Em casos de violação desses direitos, o acesso à Justiça é assegurado pelo Estado. Desta forma, os Chehuen *et al.* (2007, p.08), complementam que: “[...] são os direitos civis que tornam a vida em sociedade mais

harmoniosa, pois, através deles, sabemos o que podemos ou não fazer, ou seja, o limite entre o que é direito nosso e o que é o do próximo.”

A condição de ser cidadão nos dá o sentimento de pertencimento a uma comunidade. Esse sentimento se traduz na capacidade de lutar e conquistar as condições necessárias para uma vida digna e feliz. Destarte, não se pode deixar esquecer, que onde há direitos, também há deveres. Todos eles são importantes, e entre eles pode-se citar alguns como: Cumprir as leis, respeitar os direitos das outras pessoas, proteger a natureza e patrimônio público, votar para escolher os nossos representantes etc. (Chehuen *et al.*, 2007)

Portanto, a cidadania é um fenômeno cultural relacionado à conquista de direitos, à formação de instituições e à proteção dos direitos fundamentais e dos valores jurídicos e humanos. É uma realidade cultural que visa orientar como as pessoas devem se adaptar às mudanças nas estruturas sociais, determinando a forma como devem atuar e conviver em sociedade (Brito, 2013).

### 1.2.2 O impacto de ações individuais no coletivo e vice-versa

As ações individuais têm o potencial de impactar significativamente o coletivo, assim como as ações coletivas têm a capacidade de influenciar os indivíduos. Por exemplo, a decisão de um indivíduo de reciclar seu lixo pode contribuir para a redução do desperdício e para a preservação do meio ambiente. Se muitas pessoas adotarem esse hábito, o impacto coletivo pode ser a redução da poluição, a conservação de recursos naturais e a mitigação das mudanças climáticas.

Assim, como em momentos de crise, as ações individuais de solidariedade podem ter um grande impacto no coletivo. Doações de

dinheiro, tempo ou recursos em resposta a desastres naturais como ocorreram a pouco, crises humanitárias ou pandemias (que recém passaram também), podem fornecer assistência necessária às pessoas afetadas e fortalecer os laços comunitários. Esses exemplos demonstram como as ações individuais e coletivas estão interligadas e como cada uma pode influenciar e ser influenciada pela outra, moldando assim a sociedade e o mundo em que vivemos. Neste sentido, “[...] quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias” (Freire, 1987, p. 16).

A escola é reconhecida como um dos espaços primordiais, e possivelmente único, capaz de desenvolver e enriquecer intelectual e culturalmente o indivíduo dentro da sociedade. Contudo, as interações estabelecidas no ambiente escolar entre alunos e professores têm requerido considerável atenção e cuidado por parte daqueles que veem a escola como um local de construção e reconstrução compartilhada de conhecimento (Lopes, 2017).

Ela é um ambiente caracterizado pela coletividade, diálogo e construção do saber. Demandando uma reflexão constante sobre seus processos de gestão de forma coletiva, com a participação de todos, a fim de promover mudanças significativas nas práticas escolares e na formação de seus membros (Tomazoni, 2013).

Entende-se que ao longo de sua vida, cada indivíduo desenvolve um modo próprio de interagir com os outros, moldado por suas vivências e experiências. Assim, o comportamento em relação aos outros é influenciado tanto pela natureza biológica quanto pela cultura que contribui para sua formação como indivíduo. Nessa ótica, é crucial compreender que a sala de aula é um ambiente de convivência e interações marcadas pela diversidade de ideias, crenças e valores (Lopes, 2017).

Desta forma, esta consciência social está intimamente ligada à habilidade de um indivíduo perceber a sociedade que o cerca. Trata-se de reconhecer como ações individuais ou coletivas podem impactar o conjunto. Entender como iniciativas públicas, como aquelas relacionadas à educação, segurança e saúde, influenciam a sociedade como um todo. Da mesma maneira, compreender que nossas ações individuais também têm efeitos sobre os outros, promovendo uma maior responsabilidade por nossos atos.

A relevância de discutir temas que conectam as ações individuais aos resultados coletivos é fundamental no ambiente escolar. Dewey (1971) já ressaltava a importância da educação experiencial, onde os alunos aprendem através da reflexão sobre suas próprias ações e suas consequências. Esse tipo de aprendizado promove a empatia, pois ao refletir sobre suas ações, os estudantes se colocam no lugar do outro e compreendem os impactos de seus comportamentos.

Além disso, o debate e a discussão em sala de aula são ferramentas essenciais para o desenvolvimento do pensamento crítico. Freire (1968) enfatiza que a educação deve ser um ato de libertação, onde os estudantes são incentivados a questionar e refletir sobre a realidade que os cerca.

### **1.2.3 A participação ativa dos alunos no ambiente escolar e o fortalecimento da comunidade**

Atualmente, destaca-se a importância da participação ativa do aluno na construção do conhecimento, considerando o desenvolvimento integral de suas habilidades e capacidades. Essas capacidades são essenciais para o exercício da cidadania e para uma participação consciente na sociedade. Portanto, a intervenção do professor deve promover capacidades cognitivas, éticas, afetivas e motoras (Fernandes, 2010).

Na conquista da autonomia intelectual e moral, o diálogo é essencial, pois é na ação dialógica que o indivíduo compreende a importância e as consequências de suas atitudes. Essas atitudes podem levar a descobertas, trocas, buscas, pesquisa e participação (Fernandes, 2010).

O diálogo é um elemento fundamental na cooperação, pois permite exercitar a linguagem verbal, o ouvir e o falar. O diálogo promove o desenvolvimento do respeito mútuo. Ao praticar o diálogo, aprende-se a compreender o outro, suas necessidades e ideias. É por meio do diálogo que ocorrem as combinações com o grupo, a construção das regras de convivência e o relacionamento entre os membros do grupo. A comunicação entre os seres humanos e a linguagem verbal, que nos caracteriza, estão presentes no diálogo (Fernandes, 2010).

Dewey (1971), destaca que projetos de serviço comunitário, grupos de voluntariado e iniciativas de sustentabilidade ambiental são exemplos de atividades que não apenas incentivam a participação ativa dos alunos, mas também promovem uma aprendizagem prática e contextualizada

Os benefícios individuais para os alunos são numerosos. Além do desenvolvimento de habilidades práticas, a participação em atividades extracurriculares também promove o crescimento pessoal e acadêmico. Os alunos têm a oportunidade de descobrir suas paixões e interesses, fortalecer sua autoconfiança e construir relacionamentos significativos com colegas e membros da comunidade. Como destaca Freire (2005), a prática educativa deve ser um ato de libertação, onde os alunos são incentivados a questionar e refletir sobre a realidade que os cerca.

Enriquecer essa experiência de aprendizado pode trazer inúmeros benefícios para a vida do aluno como cidadão e em sua vida pessoal. Quando consideramos um aluno que é capaz de perceber o mundo ao seu redor e de interagir criticamente com a realidade de seu cotidiano,

podemos afirmar que ele está mais preparado para enfrentar adversidades e situações complexas que podem surgir em sua vida. O papel do professor torna-se essencial na formação desse indivíduo autônomo, que tem o potencial de transformar o ambiente em que vive (Fernandes, 2010). Segundo Tomazoni (2013, p. 16):

Os espaços educacionais são fundamentais para a existência de uma comunidade, pois os transforma em espaços de construção de um trabalho articulado entre diversas organizações. Este trabalho possibilita o desenvolvimento de uma cultura cotidiana, fundada no sentido de fazer parte, de pertencimento a uma família, a uma comunidade, uma escola. Uma cultura que fortaleça laços, reações de valores fundamentais a cada sujeito.

Ao incentivar a participação ativa dos alunos em atividades extracurriculares que beneficiam a comunidade, as escolas não apenas promovem uma aprendizagem significativa e holística, mas também capacitam os alunos a se tornarem cidadãos responsáveis e comprometidos com o bem-estar da sociedade.

### 1.2.3.1 A cooperação, o respeito mútuo e a responsabilidade

A cooperação é um aspecto central na formação de indivíduos socialmente responsáveis. Quando se promove a cooperação, fomenta-se a capacidade de trabalhar em conjunto para alcançar objetivos comuns, valorizando as contribuições de cada membro do grupo. Isso é crucial no ambiente escolar, onde a interação constante entre alunos cria um

espaço propício para o desenvolvimento dessas habilidades. Segundo o autor Marques (1995, p. 14):

[...] a educação se cumpre num diálogo de saberes, não em simples troca de informações, nem em mero assentimento acrítico a proposições alheias, mas na busca do entendimento compartilhado entre todos os que participam da mesma comunidade de vida, de trabalho, de uma comunidade discursiva de argumentação.

Na escola, a educação pela cooperação visa formar estudantes que possam ajudar a construir uma sociedade democrática, onde todos tenham liberdade, participem e sejam tratados com justiça. Isso significa que, além de ensinar, a escola também está preocupada em mostrar como as coisas funcionam politicamente e quais são os valores importantes. É como se estivessem construindo juntos um lugar onde todos têm voz e podem fazer a diferença (Frantz, 2001).

O respeito mútuo é a base para qualquer processo cooperativo bem-sucedido. No contexto escolar, é vital que os alunos aprendam a reconhecer e apreciar as diferenças uns dos outros, seja em termos de opiniões, experiências ou habilidades. Esse reconhecimento promove um ambiente de aceitação e apoio, onde cada aluno se sente valorizado e motivado a contribuir.

O mesmo, deve ser compreendido como uma via de mão dupla, envolvendo tanto o direito quanto o dever, fundamentais para estabelecer um convívio social democrático. É uma prática essencial para o exercício da cidadania nas interações pessoais. Ao discutir respeito, é importante considerar a variedade de opiniões, identidades, culturas, origens étnicas, crenças religiosas e outros aspectos. Para que seja verdadeiramente mútuo, esse processo precisa ser construído de maneira coletiva e também individualmente, influenciado pela cultura e pelas experiências de vida de cada indivíduo (Presotto, 2015).

A responsabilidade, por sua vez, é um valor que deve ser cultivado desde cedo. Quando os alunos entendem que suas ações têm consequências para o grupo, eles começam a agir com maior consideração e cuidado. A responsabilidade individual implica em cumprir com seus deveres e compromissos, enquanto a responsabilidade coletiva envolve trabalhar para o bem-estar do grupo, garantindo que as decisões tomadas beneficiem a todos.

A longo prazo, a promoção da cooperação, do respeito mútuo e da responsabilidade prepara os alunos para serem cidadãos ativos e comprometidos. Eles aprendem a importância de trabalhar juntos para resolver problemas e de agir de maneira ética e responsável. Assim, a escola não é apenas um lugar de aprendizado acadêmico, mas também um espaço onde se formam os valores que sustentam uma sociedade justa e colaborativa.

#### **1.2.4 Habilidades sociais e emocionais na formação de cidadãos responsáveis e engajados na sociedade**

A educação para a cidadania não se restringe apenas ao ensino formal de conceitos e valores; ela se manifesta também na vivência diária do ambiente escolar. As relações interpessoais entre alunos, professores e funcionários não apenas refletem, mas também influenciam diretamente o clima escolar e o desenvolvimento pessoal dos estudantes. Um ambiente inclusivo e acolhedor, onde se valoriza a diversidade de pensamentos e experiências, contribui significativamente para a formação de indivíduos resilientes e empáticos.

Com isso, a inteligência emocional é uma habilidade crucial que nos capacita a compreender melhor nossas próprias emoções e as dos outros, promovendo relações interpessoais e intrapessoais mais saudáveis.

Por essa razão, é fundamental que seja cultivada e desenvolvida dentro do ambiente escolar, onde educadores interagem diariamente com os alunos (Pereira; Coutinho, 2023).

Ressalta-se que a educação emocional, quando proporcionada aos alunos no contexto escolar, não apenas torna o ambiente mais acolhedor e agradável, mas também contribui significativamente para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem. Ao cultivar a inteligência emocional, os alunos aprendem a compreender e gerenciar suas emoções de maneira saudável, o que pode resolver problemas de comportamentos inapropriados, como a violência, e dificuldades nas relações interpessoais (Pereira; Coutinho, 2023).

Além disso, a inteligência emocional está intrinsecamente ligada às habilidades sociais na formação de cidadãos responsáveis e engajados. Habilidades como comunicação eficaz, trabalho em equipe e empatia, são fundamentais para estabelecer relações interpessoais saudáveis e produtivas (Goleman, 1995). Essas habilidades capacitam os indivíduos a colaborarem de forma construtiva, respeitando as diferentes perspectivas e experiências dentro da comunidade.

Paralelamente, habilidades emocionais, como autoconhecimento, controle emocional e resolução de conflitos, são essenciais para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos (Salovey; Mayer, 1990). O autoconhecimento, por exemplo, permite que os indivíduos compreendam suas próprias emoções e motivos, facilitando uma tomada de decisão consciente e ética.

É importante destacar que essas habilidades estão inter-relacionadas e se complementam. Indivíduos com habilidades sociais bem desenvolvidas tendem a ser mais empáticos e capazes de resolver conflitos de maneira construtiva, promovendo um ambiente mais harmonioso e inclusivo (Elias et al., 1997). Da mesma forma, o desenvolvimento de habilidades emocionais fortalece a capacidade de gerenciar emoções

e estresse, contribuindo para relações interpessoais mais resilientes e colaborativas.

Além de beneficiar o crescimento pessoal, essas habilidades têm um impacto positivo na sociedade como um todo. Indivíduos que possuem habilidades sociais e emocionais bem desenvolvidas são mais propensos a influenciar positivamente seu ambiente, promovendo a inclusão, o diálogo construtivo e a resolução pacífica de conflitos (Brackett; Katulak, 2007). No contexto escolar, por exemplo, essas habilidades são essenciais para cultivar uma cultura comunitária forte, onde o senso de pertencimento e a colaboração são incentivados.

Ao promover o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais entre os alunos, as instituições educacionais não apenas enriquecem a experiência de aprendizado, mas também preparam os indivíduos para serem agentes de mudança positiva em suas comunidades e na sociedade como um todo.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Os procedimentos metodológicos são de suma importância para o progresso da pesquisa. Eles desempenham um papel crucial na definição dos recursos de coleta de dados e na aplicação das técnicas de investigação científica. De acordo com Fachin (2006, p. 29), todo trabalho científico deve ser fundamentado em procedimentos metodológicos que orientem as formas pelas quais o ser humano realiza as operações de conhecer, agir e fazer, com o objetivo de desenvolver adequadamente um estudo.

Para este estudo, foram adotadas abordagens de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica, segundo um entendimento geral, é realizada com base em fontes já publicadas, como livros e artigos científicos, permitindo uma visão ampla e detalhada do

tema em questão. Por outro lado, a pesquisa documental, de maneira geral, envolve a análise de documentos originais que ainda não foram interpretados criticamente, oferecendo uma fonte direta e não filtrada de dados. (Gerhardt; Silveira, 2009.)

Desta forma, este projeto buscou na pesquisa bibliográfica a leitura de inúmeros artigos de identificados nas plataformas portal periódico CAPES, Scielo, e google acadêmico, livros e e-books com temas e autores relevantes no assunto estudado. Enquanto a pesquisa documental buscou-se documentos relacionados à educação e que estavam ligados ao tema deste projeto.

Os critérios utilizados para a pesquisa foram fazer o levantamento dos estudos anteriores pelas palavras-chave e identificar artigos relacionados ao tema do Projeto de Intervenção proposto. Na realização da intervenção pedagógica, serão utilizadas as seguintes estratégias metodológicas:

- Tecnologias e recursos digitais: utilizar aplicativos (gamificação), ferramentas online e recursos interativos que incentivem a prática do interesse em conhecer o que os pensadores falavam e o que ocorre no meio social na contemporaneidade através de vídeos, podcasts e jogos interativos;
- Música: explorar letras de músicas que critiquem e mostram a verdadeira realidade da nossa sociedade brasileira e os desafios enfrentados pela sociedade;
- Debates: organizar debates em sala de aula sobre questões controversas ou temas atuais relacionados à sociologia, isso acaba estimulando o pensamento crítico e o desenvolvimento de habilidades argumentativas;

- Rodas de conversas: discutir com os alunos sobre a importância da leitura, dos jogos e brincadeiras realizadas;
- Rotação por estação: é uma abordagem de ensino onde os alunos se movimentam entre diferentes estações ou atividades dentro da sala de aula. Cada estação tem um foco específico, como leitura, atividades práticas, discussões em grupo, uso de tecnologia ou exercícios de escrita.
- Dinâmicas Reflexivas sobre o trabalho em conjunto e como ações individuais afetam o coletivo.

Desta forma, é importante ressaltar que, no decorrer da aplicação do projeto, poderá haver a necessidade de acrescentar ou modificar as metodologias descritas.

## REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BRASIL. **Orientações Curriculares Nacionais do Ensino Médio**. MEC, Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2019.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Parte IV – Ciências Humanas e suas Tecnologias. MEC, Brasília, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 23 abr. 2019.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm).

BRACKETT, M. A.; KATULAK, N. A. Emotional Intelligence in the Classroom: Skill-Based Training for Teachers and Students. In: J. Ciarrochi; J. D. Mayer (ed.), **Applying emotional intelligence: A practitioner's guide**, pp. 1–27. Psychology Press, 2007.

BRITO, Elissandra Maria Conceição. **O Exercício da Cidadania como Mecanismo Transformador da Sociedade**. Guarabira, Brasil, 2013. p. 01-60. Disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1717/1/PDF%20-%20Elissandra%20Maria%20Concei%C3%A7%C3%A3o%20de%20Brito.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2024.

CARVALHO, João Victor Augusto Caetano *et al.* **Direito na Escola: Instruindo Jovens nos Direitos e Deveres, a Inserção de Noções Jurídicas no Ensino Médio Como Fator de Contribuição Para a Formação Cidadã**. [S.L.]: IV Seminário Científico da FACIG, 2019. p. 04. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br>. Acesso em: 14 jun. 2024.

CHEHUEN, Davi *et al.* **Cidadania O direito a ter Direitos**. Juiz de fora, Brasil, 2007. p. 01-35. Disponível em: [https://www.sda.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/60/2018/10/cartilha\\_cidadania\\_direito\\_ter\\_direitos.pdf](https://www.sda.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/60/2018/10/cartilha_cidadania_direito_ter_direitos.pdf) em: Acesso em: 21 jun. 2024.

DEWEY, John. **Democracia e educação**: introdução à filosofia da educação, 1916.

DEWEY, John. **Experiência e Educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

ELIAS, M. J. *et al.* **Promoting social and emotional learning: Guidelines for educators**. Ascd, 1997.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERNANDES, Ione. **Cooperação e Respeito Mútuo**: Aprendendo com o Outro na Sala de Aula. Porto Alegre, Brasil, p. 01-33, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/> Acesso em: 17 jun. 2024.

FERREIRA, Nilda Teves. **Cidadania**: uma questão para a educação. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FOLLONE, R. A.; RODRIGUES, R. S. **Direito e educação**: A “co-laboração” para transformação das dimensões humanas e sociais na busca da efetividade do exercício da cidadania. Brasília, Brasil, v. 2, p. 01-19, 2016. DOI: 10.21902/ Organização Comitê Científico. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br>. Acesso em: 17 jun. 2024.

FRANTZ, Walter. **Educação e Cooperação**: Práticas que se relacionam. Sociologias, Porto Alegre, Brasil, jul/dez. 2001, p. 242-264. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/HfHsN49JQ3yPzd75kFMq6Hg/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 25 jun. 2024.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 13. ed. Rio de Janeiro-RJ : Paz e Terra, 1987. 79p. (Coleção Educação e Comunicação, 1). Prefácio de Moacir Gadotti; Tradução Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência Emocional**. 82. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

LOPES, Rita de Cássia Soares. **A relação professor aluno e o processo ensino aprendizagem**. Dia a dia e educação, v. 9, p. 1534-8, 2017. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1534-8.pdf> . Acesso em: 25 jun. 2024.

GERHARD, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> . Acesso em: 05 jul. 2024.

MARQUES, Mario Osorio. **A aprendizagem na mediação social do aprendizado e da docência**. Ijuí: Editora Unijuí, 1995.

PEREIRA, Cintia; COUTINHO, Diogenes José Gusmão. A inteligência emocional no contexto escolar: reflexões necessárias. **Revista Ibero-Americana de Humanidades**, Ciências e Educação, [S. l.], v. 9, n. 7, p. 305–312, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i7.10598. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10598> . Acesso em: 2 jul. 2024.

PRESOTTO, Janaina Cunha. **Desenvolvimento do Respeito Mútuo em Sala de Aula**. Brasília, Brasil, p. 01-64, 2015. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/14597/1/2015\\_JanainadaCunha-Presotto\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/14597/1/2015_JanainadaCunha-Presotto_tcc.pdf). Acesso em: 25 jun. 2024.

SALOVEY, P.; MAYER, J. D. Emotional Intelligence. *Imagination, Cognition and Personality*, 9, p.185-211, 1990.

SCHÜTZ, A. S.; FENSTERSEIFER, P. E. **A relação entre educação e cidadania em Paulo Freire e Dermeval Saviani**: reflexões sob a ótica de Hannah Arendt. São Paulo, Brasil, v. 11, p. 219-240, 2018 DOI: 10.20952/revtee.v11i26.7134. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br> . Acesso em: 09 jun. 2024.

TOMAZONI, Jucemara Luciana Gandini. **A Importância da Participação da Comunidade na Elaboração do Projeto Político Pedagógico para um Ensino de Qualidade**. Rio Grande do Sul, Brasil. Monografia de Especialização, p. 01-44, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/> . Acesso em: 17 jun. 2024.

WIECZORKIEWICZ, A. K.; BAADE, J. H.; OGOSHI, R. C. S. **A Contribuição da Sociologia na Formação Cidadã dos Alunos do Ensino Médio na Coordenadoria Regional de Educação de Canoinhas/SC.** Extensão em Foco (ISSN: 2317-9791), [S. l.], v. 8, n. 1, p.80–99, 2020. DOI: 10.33362/ext.v8i1.2443. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/extensao/article/view/2443>. Acesso em: 14 jun. 2024.

ZIZEMER, J. S. **A Construção da Cidadania na Escola Pública: avanços e dificuldades.** Dissertação de Mestrado em Educação - Universidade de Passo Fundo, 2006. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/Pedagogia2/joseida\\_zizemer.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia2/joseida_zizemer.pdf). Acesso em: 02 jul. 2024.

# Capítulo 8

## ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS PARA AULAS DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

Deblamir Andolfato Storti

### INTRODUÇÃO

Pensar em formar cidadãos autônomos e críticos, é uma das principais características da disciplina de sociologia. Para tanto é necessário sensibilizar os alunos do ensino médio sobre a grande diferença entre o senso comum e o conhecimento científico. A sociologia aborda temas do cotidiano das pessoas, sobre os quais todos têm opiniões, preferências e julgamentos, envolvendo questões sociais, culturais, políticas e econômicas.

Nesse contexto, todos parecem ter uma teoria para justificar os fenômenos sociais. Portanto, é preciso destacar constantemente o olhar sociológico para a realidade, apresentando aos alunos do ensino médio conceitos, teorias e métodos utilizados para explicar a sociedade em que vivem. Isso permite que eles interpretem a realidade e as relações sociais que nos cercam, transformando nossa forma de ver o mundo.

A origem deste projeto, se deu a partir da observação da realidade escolar, principalmente as aulas de sociologia no ensino médio. Ao longo das observações, percebeu-se a necessidade de incentivar os alunos a desenvolverem novas perspectivas sobre seus conhecimentos sociais, culturais, políticos e econômico. Pode-se perceber que, ao longo do estágio

de observação, analisando várias aulas em sala, já conseguimos planejar e compreender que o processo de formação de professores não ocorre da noite para o dia. Trata-se, na verdade, de um processo contínuo, onde o professor está sempre em formação, aprendendo e reaprendendo a atuar em sala de aula diariamente, devido às diversidades sociais presentes em nosso ambiente escolar.

A escola, se configura como o espaço para aprender e exercer a cidadania, a formação integral indica esse movimento de colocar o aluno como sujeito do processo de ensino e aprendizagem. Aprender deixa de ser um processo de acúmulo de informações repassadas do professor para com os alunos e passa a representar protagonismo e participação por parte dos estudantes do ensino médio. Através desse contexto, o ensino de sociologia propõe a formação não só para o futuro, mas também a construção da cidadania no presente, onde precisa-se tornar o aluno um sujeito crítico e cidadão ao longo de sua formação na educação básica.

O ensino médio representa uma fase importante na formação educacional dos jovens, marcada por diferentes características e desafios ao longo dos três anos. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/1996, as finalidades do Ensino Médio, conforme especificado no artigo 35, incluem: consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental para possibilitar a continuidade dos estudos; oferecer uma preparação básica para o trabalho e a cidadania, capacitando os estudantes a se adaptarem com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento; aprimorar o desenvolvimento humano dos alunos, incluindo a formação ética e a promoção da autonomia intelectual e do pensamento crítico; e proporcionar a compreensão dos fundamentos científico tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática em cada disciplina (Brasil, 1996).

O projeto “Estratégias Pedagógicas Inovadoras para Aulas de Sociologia no Ensino Médio” será implementado no segundo semestre de 2024 e ao longo de 2025, na Escola de Educação Básica Inspetor Eurico Rauen, localizada na rua Josefina Henn, nº 195, no bairro São Cristóvão, em Videira - SC. As atividades abrangerão as turmas da 1ª, 2ª e 3ª série do Ensino Médio, envolvendo alunos com idades entre 15 e 18 anos. No segundo semestre de 2024, o projeto será aplicado com a turma da 1ª série; no primeiro semestre de 2025, com a turma da 2ª série; e no segundo semestre de 2025, com a turma da 3ª série.

A sociologia desempenha um papel essencial na formação do pensamento crítico dos estudantes, oferecendo as ferramentas necessárias para entender e analisar as complexas estruturas sociais. No entanto, o ensino da sociologia enfrenta desafios significativos, como a escassez de carga horária, a dificuldade em engajar os alunos e a necessidade de tornar conceitos abstratos mais acessíveis e relevantes. Nesse contexto, a exploração e implementação de estratégias pedagógicas inovadoras são cruciais para aprimorar o ensino da sociologia e tornar as aulas mais significativas. O desafio é claro: como implementar efetivamente estratégias pedagógicas inovadoras nas aulas de sociologia do ensino médio para aumentar o envolvimento dos alunos, facilitar a compreensão dos conceitos e melhorar o desempenho escolar?

Para abordar essa questão, o projeto investigará várias questões, incluindo: quais estratégias pedagógicas inovadoras são eficazes para engajar os alunos do ensino médio nas aulas de sociologia? Como as tecnologias digitais podem enriquecer o ensino e facilitar a compreensão dos conceitos sociológicos? De que maneira metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos e estudos de caso, podem ser aplicadas para promover uma melhor compreensão da sociologia? De que forma a gamificação pode aumentar a motivação e a participação dos alunos? E como a diversidade dos alunos pode ser incorporada como estratégia pedagógica para enriquecer o aprendizado?

O objetivo geral do projeto é desenvolver estratégias pedagógicas inovadoras que despertem o interesse dos alunos do ensino médio nas aulas de sociologia, incentivando a curiosidade sobre pensadores modernos e contemporâneos. Os objetivos específicos incluem: identificar metodologias já utilizadas e seus pontos de sucesso; explorar o potencial das ferramentas digitais para melhorar a interação dos alunos; fornecer abordagens práticas que tornem as aulas dinâmicas; utilizar elementos de jogos para aumentar o engajamento; e aprimorar estratégias que considerem a diversidade dos alunos como ferramenta de ensino.

A justificativa para essa proposta de intervenção pedagógica se baseia na necessidade de atualizar e dinamizar o ensino de sociologia, respondendo às demandas da sociedade contemporânea e ao perfil dos alunos atuais. A implementação de estratégias inovadoras não só melhora a qualidade do ensino, mas também prepara os estudantes para serem cidadãos críticos e participativos, capazes de compreender e transformar a realidade social.

Aprender sociologia envolve estar inserido no meio social e vivenciar as dinâmicas políticas e públicas para uma compreensão mais profunda do funcionamento da sociedade. Através do ensino de sociologia, estimulamos o interesse dos alunos em entender o pensamento humano, incentivando a reflexão crítica e a capacidade de opinar de forma coesa. Com a evolução tecnológica atual, é vital formar indivíduos que saibam formular ideias críticas e construtivas em meio à sociedade, aprendendo a questionar e analisar os processos econômicos, políticos, sociais e culturais que os cercam.

Portanto, é necessário criar abordagens diferenciadas para as aulas de sociologia, integrando teoria e prática, pois os indivíduos aprendem melhor quando estão imersos no meio social. Assim, este projeto visa despertar o interesse e a curiosidade dos alunos do ensino médio,

tornando-os protagonistas na construção de um futuro melhor para a sociedade.

## 1 REVISÃO DE LITERATURA

A educação nos leva a caminhos desafiadores, e por isso, estamos em constante busca pela compreensão da dinâmica social, contexto que envolve o processo de ensino-aprendizado de estudantes do ensino médio. Assim, destaca-se o pensar em estratégias pedagógicas inovadoras para aulas de sociologia como algo que protagonize a produção do conhecimento pelos estudantes. A trajetória do presente trabalho envolve desenvolver um método de ensino diferenciado que articula várias técnicas para despertar o interesse dos alunos em aprender mais sobre os estudos de sociologia e sua relação com o meio social. A proposta é refletir sobre o processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos de sociologia para os três anos do ensino médio.

Émile Durkheim (2013) constatou que a educação é uma ação prática que é ao mesmo tempo social e individual. Cada sociedade define a ação educativa a partir da construção de um tipo ideal de homem e por meio dessa ação reproduz a própria sociedade. Durkheim define a educação como sendo uma ação realizada pelas gerações adultas sobre as mais novas, em outras palavras, a educação é compreendida em uma perspectiva mais ampla enquanto processo de socialização. A educação e a escola novamente são compreendidas como mecanismos de reprodução social. Como destaca Rodrigues (2000, p. 32):

Em um meio moral em que o individualismo possibilitado pela diferenciação social compete com a consciência coletiva própria a toda vida social, a educação assume

o significado de educação moral. Assume a condição de pedra fundamental de preservação da coesão social.

Por meio disso, a educação é vista como um processo pelo qual aprendemos a integrar-nos em uma sociedade específica, sendo sua função principal a socialização dos indivíduos, visando manter a coesão social.

O contexto educacional do ensino de sociologia, mostra-nos grandes desafios para manter os estudantes interessados e motivados em compreender a verdadeira função desse componente no cotidiano da vida dos estudantes, especialmente em um ambiente em constante mudança e avanço tecnológico. As palavras de Max Weber (2002) nos instigam algumas reflexões em torno do ensino de sociologia e fazem-nos questionar qual seria a verdadeira importância do ensino de sociologia para uma formação mais ampla dos nossos jovens e adolescentes, sendo assim destaca:

[...] dentre todas as tarefas pedagógicas, a mais difícil é a que consiste em expor problemas científicos de maneira tal que um espírito não preparado, mas bem-dotado, possa compreendê-lo e formar uma opinião própria – o que, para nós, corresponde ao único êxito decisivo (Weber, 2002, p. 23).

Diante dessa situação, a necessidade de adotar estratégias pedagógicas inovadoras é mais que fundamental não só para transmitir os conceitos sociológicos de maneira mais eficaz e compreensiva, mas fazer com que seja estimulado o pensamento crítico e construtivo sobre a sociedade, fazendo a reflexão sobre os problemas sociais mais relevantes do nosso dia a dia.

Nessa perspectiva Berbel (2011) ressalta que é importante pensar em estratégias inovadoras no sentido de enriquecer e fazer com que

os alunos sintam prazer e curiosidade em resolver problemas simples que enfrentamos, estabelecendo a aprendizagem diante dos conteúdos sociológicos e suas experiências pessoais e sociais. Com as metodologias ativas, projetos, estudos de casos, jogos educativos e visitas desde pontos turísticos a visitas em pontos que trazem problemas urbanos para sociedade, as aulas de sociologia se colocam em um ambiente dinâmico, participativo e impactante, onde os estudantes se sintam motivados a analisar e entender os fenômenos sociais ao seu redor (Berbel, 2011). Nesse sentido,

O engajamento do aluno em relação a novas aprendizagens, pela compreensão, pela escolha e pelo interesse, é condição essencial para ampliar suas possibilidades de exercitar a liberdade e a autonomia na tomada de decisões em diferentes momentos do processo que vivencia, preparando-se para o exercício profissional futuro (Berbel, 2011, p. 29).

A sociologia tem uma grande contribuição ao trazer para o contexto escolar reflexões sobre temas como gênero, relativismo cultural, imaginação sociológica, participação política entre outros. Ao realizar reflexões pautadas pelos métodos científicos especialmente o da desnaturalização e estranhamento da realidade a mesma contribui imensamente para uma formação mais crítica. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Brasil, 2018, p. 561) o estudo das Ciências Sociais no ensino médio:

[...] propõe que os estudantes desenvolvam a capacidade de estabelecer diálogos – entre os indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas –, elemento essencial para aceitação da alteridade e a adoção de uma conduta ética em sociedade.

A inserção da sociologia no currículo escolar pretende não apenas fornecer conhecimento crítico e teórico, mas também capacitar os estudantes a interpretar e intervir de maneira mais consciente e responsável na sociedade através de todas essas diferenças que permeiam nosso dia a dia, tornando-se indispensável e de muito aproveitamento para a vida de cada um. É preciso que no mundo globalizado em que estamos atualmente, precisamos valorizar cada vez mais a maneira de pensar e agir do indivíduo, pois com toda essa tecnologia, a sociedade está deixando perecer a verdadeira razão de se pensar criticamente (Feijó, 2012).

Percebe-se que a sociologia enfrenta desafios no ambiente escolar, onde muitas vezes é despercebida ou desconectada da vida cotidiana dos estudantes, temos a convicção de que cada uma das disciplinas no meio escolar tem a sua grande importância em particular, mas aos poucos percebemos que a sociologia acaba se tornando algo maciço para os alunos. Para superar essa barreira que há entre a sociologia e os estudantes, é crucial desenvolver estratégias pedagógicas inovadoras que tornem o ensino dessa disciplina mais envolvente.

Uma proposta de inovação pedagógica não se refere apenas ao uso de tecnologias, mas pelo contrário, aderir métodos que promovam a participação ativa dos alunos, o pensamento crítico e a conexão deles com a realidade da sociedade, colocá-los em meio a situações sociais e fazer com que consigam através de pensamentos críticos e em grupos, pensarem em maneiras de como pode ser resolvido ou amenizado tal problema (Ianni, 1997). Sendo assim, utilizar abordagens interativas e contextualizadas é possível sim, transformar a sociologia em uma disciplina capaz de despertar o interesse e a curiosidade dos estudantes.

## 1.1 ESTUDOS ACADÊMICOS ANTERIORES SOBRE METODOLOGIAS INOVADORAS PARA AULAS DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

A sociologia é uma área das ciências sociais muito complexa, onde procura compreender a sociedade e o pensamento dos cidadãos. Em meio ao mundo onde contamos com a grande evolução constante da tecnologia, precisamos fazer com que os docentes consigam apresentar em sala de aula todo conteúdo programado e planejado sobre a disciplina que irá aplicar. Há uma dificuldade enorme do docente atualmente em poder aplicar o que é necessário, pois precisa tomar consciência que está dividindo lugar com algum tipo de tecnologia diferente, e mesmo que queira aplicar aulas ao modo antigo, ele irá encontrar dificuldades.

Ao longo das leituras feitas sobre teses, artigos e dissertações de outros autores, encontramos alguns que abordam a ideia de novas metodologias ativas em sala de aula para fazer com que os alunos voltem a se interessar principalmente com a sociologia. Percebemos que na grande maioria deles, os autores encontraram grande dificuldades de aplicar aulas de sociologia, pois a grande maioria dos alunos não tem mais o interesse em querer aprender. Mas todos apresentam uma carta na manga, onde trazem algum tipo de metodologia diferente para fazer com que os alunos se tornem interessados nas aulas.

Os professores entram em longos debates sobre a necessidade de abandonar os modelos tradicionais de ensino, a fim de abraçar novas metodologias e práticas que possam proporcionar uma educação mais eficaz. Esse movimento implica em desafiar paradigmas conservadores que colocam o professor como a figura central na construção do conhecimento, muitas vezes ignorando o conhecimento prévio dos alunos e suas bagagens históricas e culturais (Chakur, 1995).

Precisa-se entender que fazer com que o aluno se torne a peça principal dentro de sala de aula é objetivo central no processo de ensino e aprendizagem, portanto é importante não esquecer em momento algum, que necessitamos do professor para fazer com que o aluno se torne essa peça central nesse processo de ensino e aprendizagem.

Como já destacado, sabe-se que a sociologia é uma disciplina onde compõe-se de vários conteúdos complexos e de difícil compreensão, devido ao seu objeto de estudo (sociedade e seus fenômenos), e por isso consideramos importante inserir novas metodologias de ensino como ferramentas diversificadas para explicar, exemplificar e fixar teorias presentes no universo sociológico. É nesse sentido que os jogos interativos e games ganham espaço na educação, contribuindo com o processo de ensino e aprendizagem, como destaca Cruz (2021, p. 161) que:

[...] dentre as habilidades específicas descritas na BNCC está a necessidade da inclusão dos jogos e games, por já fazerem parte das práticas letradas dos estudantes, recomendando a inclusão dessas mídias nas práticas escolares, da educação infantil ao ensino médio, nos diversos campos de conhecimento ali descritos. Uma prova simples de que os jogos digitais estão incorporados na BNCC é o fato de que a palavra “game” aparece 44 vezes no documento.

As metodologias ativas representam abordagens pedagógicas que visam apresentar o estudante como protagonista do seu próprio processo de aprendizagem, promovendo a construção do conhecimento de forma ativa, participativa e reflexiva. Essas metodologias enfatizam a interação, prática e aplicação do conhecimento em contextos reais do cotidiano dos alunos, vários autores têm contribuído significativamente para o desenvolvimento e debate desse conceito.

O educador brasileiro Paulo Freire desempenha um papel fundamental na compreensão das metodologias ativas, apresenta sua

abordagem pedagógica como essencialmente centrada na concepção da educação como uma prática de liberdade, colocando grande ênfase na participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem. Em sua obra “Pedagogia do Oprimido”, Freire (2018) destaca a urgência de uma educação libertadora, na qual os alunos se tornam sujeitos ativos na construção do conhecimento.

Mesmo Freire (2018) não apresentando o termo “metodologia ativa”, suas ideias e abordagens pedagógicas estavam sempre voltadas para esse conceito, ele enfatizava a grande importância da participação ativa dos estudantes no processo educacional, promovendo uma abordagem de ensino que não apenas transmitia conhecimento, mas também, estimulava a reflexão crítica e ação transformadora.

Já o educador brasileiro José Moran (2015), destaca a importância das tecnologias digitais na implementação de metodologias ativas. Ele argumenta que as tecnologias podem ser aliadas na criação de ambientes de aprendizagem mais dinâmicos, participativos e colaborativos. Moran (2013) valoriza a aprendizagem colaborativa como uma característica essencial das Metodologias Ativas. Ele sugere que os estudantes aprendam uns com os outros, construindo conhecimento de maneira coletiva e participativa.

Uma ideia interessante de trabalhar a disciplina de sociologia com alunos do ensino médio, é através da música, uma vez que a maioria deles apresentam uma cultura musical diferente e proporciona maneiras de trabalhar em sala de aula diferentes.

Na Proposta Curricular de Santa Catarina (1998), documento que orienta a oferta da Educação Básica no estado, esse recurso de utilizar a música como metodologia ativa, é indicado como uma estratégia metodológica, ainda na edição publicada em 1983, antes mesmo da distribuição de livros didáticos de sociologia. O documento (Santa Catarina, 1998) sugere que a utilização de letras musicais, cujos temas

servem como fonte secundária para explorar determinados conteúdos em algumas disciplinas, tem mostrado ser muito eficaz devido ao interesse e à reflexão que provoca no ambiente escolar com os alunos. Com relação a esse método de aprendizagem, é crucial ter cuidado para não desvirtuá-lo através de um uso impróprio que comece diretamente pelo estudo do texto escrito da música. Esse trabalho deve iniciar-se com uma introdução ao tema abordado na letra da música escolhida, mencionando seus autores, o período em que foi criada, e inclui uma possível paródia sobre o assunto que está sendo abordado pelo professor.

De modo geral, os documentos que guiam o ensino de sociologia muitas vezes enfatizam apenas a abordagem dos autores clássicos e seus conceitos principais. Diante disso, a leitura de artigos, teses e dissertações ajudaram ainda mais a propor novas estratégias pedagógicas inovadoras como as metodologias ativas para incentivar os alunos nas aulas de sociologia. Essa abordagem visa contextualizar os conceitos sociológicos e oferecer aos estudantes um papel ativo no debate de temas pertinentes ao seu cotidiano, incentivando uma reflexão crítica.

## 1.2 O CONHECIMENTO SOCIOLÓGICO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A sociologia é uma área em constante movimento, pois está focada em compreender a dinâmica da realidade social, por isso, seus estudos e teorias estão sempre em evolução, sendo constantemente produzidos e atualizados. É possível encontrar áreas como sociologia do pensamento social, da educação, do direito, da economia, da saúde, da violência, da religião, das relações raciais, entre outras. Isso ocorre porque a realidade social é complexa e em constante transformação, exigindo que a Sociologia esteja sempre em movimento para acompanhar e

compreender as mudanças que ocorrem nas sociedades no mundo moderno e contemporâneo.

É importante entendermos a relevância da sociologia como disciplina no currículo do Ensino Médio, compreendendo seus objetivos e sua importância na formação dos estudantes. Para isso, é fundamental analisar seus parâmetros, avaliar o significado da disciplina e entender sua singularidade e contribuição no ensino.

Desde os primórdios, a Sociologia mostrou interesse na sociedade como um conjunto. Segundo Martins (1994), esse campo de estudo teve origem por volta do século XIX e as circunstâncias históricas da época eram marcadas por agitações e transformações sociais, naquela época, a Europa passava por grandes mudanças decorrentes de dois eventos marcantes: a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. A sociologia nasceu como uma ferramenta de investigação e se estabeleceu nela o pensamento crítico, promovendo o contato de cada aluno com a sua realidade bem como o confronto com as realidades distantes e culturalmente diferentes que permitem um distanciamento da realidade.

Segundo Ministério da Educação (MEC), a importância da disciplina de sociologia nas salas de aula se dá em razão da formação para a crítica e para a cidadania. Ou seja, educar em prol da reflexão e compreensão da sociedade em que estamos inseridos; formar cidadãos conscientes; problematizando questões cotidianas e oportunizando espaços de discussão (Brasil, 1999).

Para abordar a sociologia enquanto ciência é necessário dialogar com os principais sociólogos da modernidade e da contemporaneidade. Vários são os pensadores que marcaram e marcam a caminhada da sociologia e que se torna necessário trabalhar com os estudantes no ensino médio. Destaca-se um dos mais importantes e fundadores da sociologia, Karl Marx, juntamente com Émile Durkheim, Max Weber,

Auguste Conte entre outros. Cada qual com a sua maneira de pensar e formar o pensamento crítico da sociedade e do indivíduo no meio social.

Émile Durkheim (2013, p. 43) argumentava que “a educação é uma ferramenta fundamental para fazer com que os alunos aprendam valores comuns e a coesão social”, ele acreditava que “a escola, ao estimular a solidariedade e a coesão, deve equipar os estudantes com o conhecimento necessário sobre seu papel na sociedade, tornando-os membros ativos e conscientes”. Portanto, a sociologia ensinada nas escolas públicas ajuda os alunos a adquirirem uma compreensão crítica do status quo e de seus próprios objetivos sociais.

Já nos pensamentos de Max Weber (2002), ele enfatizava que os indivíduos só aprendem a partir dos próprios indivíduos, não no coletivo, sendo assim, os estudantes podem ter uma abordagem e uma compreensão mais profunda através de suas próprias vivências. A sociologia para Weber é uma tentativa de compreender e explicar as transformações ou mudanças que se orientam num sentido específico de racionalização, uma sociologia que busca apreender o esforço dos homens na criação e recriação de formas diferentes de socialização no meio social (Weber, 2002).

Florestan Fernandes (1977) questionava que a sociologia deve ser ensinada não só por interesses profissionais por parte dos licenciados em Ciências Sociais, mas sim porque,

[...] o ensino das Ciências Sociais no curso secundário seria uma condição natural para a formação de atitudes capaz de orientar o comportamento humano no sentido de aumentar a eficiência e a harmonia de atividades baseadas em uma compreensão racional das relações entre os meios e os fins, em qualquer setor da vida social (Fernandes, 1977, p. 106).

O ensino, muitas vezes, é voltado para o mercado de trabalho. Nesse contexto a sociologia se apresenta como uma alternativa para compreender com profundidade teórica esse quadro, do contrário, corremos o risco de “[...] um Ensino Médio sem possibilidade de tornar-se um instrumento consciente de progresso social, isto é, incapaz de proporcionar uma educação dinâmica” (Fernandes, 1977, p. 113).

Não é possível abordar a sociologia sem destacar o verdadeiro propósito que ela traz para os estudantes. Ao longo dos anos, podemos demonstrar a grandeza da sociologia na vida dos indivíduos, abrangendo aspectos sociais, políticos e econômicos que envolvem profundamente o indivíduo no meio social. É essencial fazer com que os alunos aprendam a resolver e lidar com todas as circunstâncias que enfrentamos na sociedade, pensando de forma crítica e construtiva. Sendo assim, Durkheim (2013, p. 53-54) destaca ainda que:

[...] A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social. Ela tem como objetivo suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais exigidos tanto pelo conjunto da sociedade política quanto pelo meio específico ao qual ela está destinada em particular.

Com isto, percebe-se uma consequência social à definição, pois neste sentido empregado por Durkheim, daquilo que se entende por educação, há uma “socialização metódica das novas gerações”.

Dessa forma, a inclusão do conhecimento sociológico na educação básica cumpre um papel importante na formação integral dos estudantes do ensino médio, além disso, a sociologia é um campo do conhecimento que fornece ferramentas para análises estudantis e críticas das estruturas sociais, relacionamentos de autoridade e poder, e tendências e padrões culturais em meio a sociedade. Ao ensinar a sociologia no ambiente

escolar, os docentes se envolvem em um processo complexo com o intuito de fornecer não apenas aos alunos diversos conceitos e teorias sociológicas, mas também uma perspectiva crítica que irá levá-los a questionar a realidade em torno deles (Hatugai, 2017).

Um dos principais objetivos do conhecimento sociológico na educação básica é capacitar os alunos a analisar de maneira crítica as diversas formas de organização social e as implicações para a vida cotidiana, isso inclui a compreensão de fenômenos como a desigualdade social, os processos de socialização, a diversidade cultural social e relações de poder tanto político quanto econômico (Giddens, 1997). Ao trabalhar esses temas em sala de aula, os alunos são incentivados a questionar e a refletir sobre suas próprias experiências e as realidades que observam, desenvolvendo em cada um dos alunos o senso crítico.

### 1.3 ESTRATÉGIAS INOVADORAS PARA AULA DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

A implementação de estratégias pedagógicas inovadoras é essencial para tornar o ensino de sociologia no ensino médio uma experiência dinâmica e envolvente. Esses métodos não apenas melhoram a compreensão dos alunos dos conceitos sociológicos, mas também os incentivam a se envolverem mais ativamente no aprendizado, criando um ambiente mais interativo e significativo (Durkheim, 2013).

No ensino médio, a história da Sociologia é marcada por controvérsias constantes de poder, pois define territórios que influenciam a formação dos indivíduos e ocupam espaços profissionais em detrimento de outras matérias. O retrocesso é evidente, já que, com a consolidação dessa disciplina, surgem novos profissionais especializados e um vasto

leque de pesquisas científicas sobre educação e novas abordagens de ensino no âmbito da sociologia (Costa, 1997).

A aprendizagem baseada em projetos permite que os alunos explorem temas sociológicos de forma aprofundada, aplicando teorias e conceitos a situações práticas e reais. Por exemplo, os alunos podem desenvolver projetos sobre desigualdade social, direitos humanos ou cultura de massa, investigando como esses fenômenos se manifestam em sua comunidade local. Essa abordagem não apenas facilita a compreensão dos conteúdos, mas também desenvolve habilidades de pesquisa, análise crítica e trabalho em equipe (Fernandes, 1977). Dessa forma, ensinando o aluno a pensar crítica e construtivamente para resolver esses problemas sociais.

Na ideia de apresentar para os alunos novas estratégias de aprendizagem, é fazer com que as aulas deixem de acontecer sempre da mesma forma. Os alunos já estão acostumados a participarem pouco das aulas, e como a sociologia é uma das matérias que alguns deles não demonstram interesse em aprender, é fundamental adotar estratégias que incentivem a participação ativa. Uma abordagem eficaz é fazer com que eles se movimentem, andem pelas ruas, e observem os problemas sociais, econômicos e políticos ao seu redor. Dessa forma, eles podem perceber a relevância dos temas estudados e a aplicação prática da sociologia na compreensão e transformação da sociedade em que vivem.

Os estudos de caso, por sua vez, proporcionam uma maneira concreta de fazer com que os alunos entendam conceitos abstratos. Ao analisar casos específicos de fenômenos sociais, os estudantes podem observar como as teorias sociológicas se aplicam em contextos reais. Essa estratégia estimula o pensamento crítico e a capacidade de argumentação, uma vez que os alunos devem interpretar dados, identificar padrões e formular hipóteses baseadas em evidências empíricas (Durkheim, 2013).

Estudos que envolvam novas metodologias e ferramentas inovadoras no processo de ensino e aprendizagem são bem comuns na área de pesquisas para o ensino de sociologia na educação básica. Entretanto, a dinâmica escolar oferece desafios constantes que devem ser pensados e analisados de acordo com realidade e contextos atuais, permitindo que novos estudos ofereçam mais ferramentas de análises para a compreensão crítica da realidade por meio da sociologia no ambiente escolar com o ensino médio.

Dentre os vários desafios que se encontra no ambiente escolar, vale destacar a grande importância de aliar o conhecimento do senso comum ao saber científico e ao uso das metodologias de ensinamentos diferenciadas utilizadas pelos jovens e consequentemente por todo sistema escolar e pelos docentes de todas as matérias. Podemos ressaltar que a grande maioria dos alunos não conseguem mais ficarem desligados das redes ou até mesmo de diferentes tecnologias, pensando assim, precisamos fazer com que as aulas de sociologia se tornem curiosas e de maneira com que os alunos pensem e pesquisem o que realmente está sendo apresentado, e também, todos os problemas enfrentados pela nossa sociedade (Viana, 2004).

As tecnologias, são usadas pelo homem desde a antiguidade, através da evolução social e as necessidades que foram surgindo ao longo dos tempos, foram os principais motivos para fazer com que a tecnologia apresentasse essa enorme evolução gradativamente em cada época da história da humanidade. Como destaca Viana (2004, p. 11)

A sociedade atual vivencia uma realidade em que as crianças nascem e crescem manuseando as tecnologias que estão ao seu alcance (...) A era da informação, é fruto do avanço das novas tecnologias que estocam, de forma prática o conhecimento e gigantescos volumes de informações (...) Estas novas tecnologias permitem-nos acessar não apenas conhecimentos transmitidos por

palavras mas também por imagens, sons, vídeos, dentre outros.

Consoante o autor, o avanço das tecnologias atualmente é cada vez maior, e por um lado, essa ferramenta se apresenta para ajudar a vida do docente em sala de aula para poder aplicar novas metodologias de ensino. O docente precisa se aperfeiçoar todos os dias para poder utilizar essas ferramentas ao seu favor, organizando atividades que faça com que os alunos aprendam algo a mais em cada aula aplicada.

Quando o objetivo é ensinar os alunos a pensarem através da sociologia, um exercício crucial é incentivá-los a identificar elementos sociais em sua própria vida e experiências. Nesse sentido, o professor pode auxiliar no desenvolvimento do olhar sociológico ou da imaginação sociológica, (Mills, 1969). Isso implica em orientá-los a perceber que a compreensão de tudo o que os rodeia, sejam eventos, relações, ideias, interesses ou valores, irá exigir dos estudantes uma análise mais profunda além da interpretação superficial proporcionada pelo senso comum.

Por se tratar de uma ciência nova, a sociologia ainda se encontra em construção, segundo Bauman (2010. p. 8), “[...] é uma disciplina dinâmica e progressiva, produzindo permanentemente novos estudos - o que, aliás, não surpreende, considerando que nossa vida muda de várias maneiras e em diferentes momentos”.

O papel principal da sociologia em um contexto escolar, requer uma consideração cuidadosa de duas dimensões: o conhecimento acumulado por esta disciplina e as necessidades de aprendizagem dos jovens, que são o público-alvo do ensino médio. Na primeira dimensão, são apresentados temas, conceitos e princípios lógicos de análises, enquanto na segunda, são estabelecidas abordagens para o processo de ensino e aprendizagem, especialmente aquelas que são essenciais para criar conexões e vínculos fundamentais à integração curricular (Moran, 2015). Dessa forma, onde

queremos chegar ao ponto principal, que são as implementações de novas estratégias no processo de ensino e aprendizagem da sociologia.

### **1.3.1 O ensino da sociologia no ensino médio numa perspectiva mais desafiadora**

O ensino de sociologia sempre traz consigo debates cruciais devido ao seu papel fundamental na formação do pensamento crítico dos estudantes do ensino médio. A disciplina possibilita a compreensão da realidade política, econômica, cultural e social em um contexto vivenciado pelos alunos, contrapondo-se à visão superficial de que os fenômenos sociais são simplesmente apresentados como prontos e acabados, geralmente conhecido pelos alunos através da rapidez do crescimento da evolução tecnológica que se encontra nas próprias mãos.

Um dos mais relevantes sociólogos brasileiros que defendeu na briga pela inclusão dessa disciplina no currículo do ensino secundário, hoje conhecido como ensino médio, foi Fernandes (1954, p. 90) na década de 1950 onde afirmou que:

O ensino das Ciências Sociais no curso secundário seria uma condição natural para a formação de atividades capazes de orientar o comportamento humano no sentido de aumentar a eficiência e a harmonia de atividades baseadas em uma compreensão racional das relações entre meios e os fins, em qualquer setor da vida social.

A sociologia oferece uma vasta reflexão e compreensão das tantas diversidades que estão visíveis na sociedade em diferentes facetas étnicas, religiosas, ideológicas, de gênero, entre outras. Dessa forma, evidencia-se o caráter integrador dos estudantes, uma vez que o entendimento

dos princípios sociológicos reduz a prática de ações preconceituosas e discriminatórias que a sociedade implanta na cabeça dos indivíduos ao longo de sua criação.

A grande importância de cultivar essa capacidade crítica no pensamento dos estudantes do ensino médio foi destacada por Silva Sobrinho (2007, p. 16), o qual afirma:

É preciso atravessar a transparência através de um conhecimento que produza crítica, e, vale dizer, uma crítica radical, já que parece estar aí uma das possíveis respostas para a importância da Sociologia no ensino médio. Fazer crítica radical é também — e agora fundamentados em Marx — “compreender que são os homens que transformam as circunstâncias e que o próprio educador precisa ser educado”.

No entanto, apesar de sua grande relevância nas práticas de ensino, pode-se observar com base nos pressupostos teóricos, que ao longo da história da educação brasileira, a sociologia não teve um espaço estável desde sua implementação no ensino médio. Percebe-se também, que essa disciplina não ocupa uma posição privilegiada dentro do atual sistema educacional, um aspecto que podemos analisar é sua trajetória marcada por interrupções que contribuíram significativamente para os desafios enfrentados por essa área do conhecimento.

Segundo Vargas (2011, p. 09) “O desafio do trabalho do professor de sociologia é exatamente o [...] de construir junto com os alunos uma interpretação que não seja apenas opinião, mas um ponto de vista sólido ancorado em ferramentas teórico-metodológicas e empíricas”. É essa situação se torna um desafio porque a disciplina de sociologia acaba sempre se tornando massiva em sala de aula, sem muitas curiosidades para os alunos.

Nesse sentido, a principal proposta de todos os professores é apresentar maneiras e experiências mais cativantes para fazer com que os alunos sempre estejam interessados em suas aulas, nesse caso em específico, nas aulas de sociologia. É essencial fundamentar essa prática em teorias pedagógicas inovadoras que estimulem cada vez mais a importância, a interação social, a capacidade crítica e a motivação natural dos estudantes (Costa, 1997).

A principal missão da sociologia é oferecer uma interpretação do mundo social, permitindo com que o indivíduo compreenda que estamos imersos em uma complexa rede de relações sociais, entrelaçadas por dinâmicas de poder e compreensão do comportamento do indivíduo com a sociedade (Fernandes, 1977). Nossa existência é desenhada por elementos culturais que apresentam uma constante análise e reflexão, além disso, a sociologia capacita a sociedade a compreender essa realidade, o que nos permite navegar dentro das normas e oportunidades sociais que envolve o indivíduo.

A sociologia permite o confronto de vários pontos de vista, proporcionando ao indivíduo questionar vários aspectos tanto social, político e econômico. Todos esses aspectos encontrados ao longo da vida são para proporcionar cada vez mais o conhecimento necessário que o indivíduo necessita para compreender seu posicionamento no meio social. É através desse meio social que vivemos rodeados por informações de todos os lados, essa grande informação de dados que recebemos a todo instante, faz com que a cabeça dos indivíduos não pare de pensar ou modificar seus pensamentos em momento algum. No ambiente escolar não é diferente, os alunos estão, a todo o instante, ligados com uma tecnologia onde não conseguem ficar desligados desse mundo cheio de informações.

A proposta é fazer com que através dessa “chuva de informação” com que os alunos recebem a todo instante, possa proporcionar momentos

em que usem para o próprio crescimento deles como indivíduos inseridos na sociedade, para que o conhecimento crítico seja construído ao longo das aulas mesmo nas horas de explicação dos conteúdos feito pelo professor, até o momento das pesquisas e organizações de trabalhos (Viana, 2004).

A principal função da sociologia é proporcionar uma leitura do mundo social para que o indivíduo possa compreender que vivemos numa teia de relações sociais, jogos de poder impregnados por elementos simbólicos. Estamos mergulhados em elementos culturais que carecem de leitura e releituras constantes e a Sociologia nos possibilita compreender tal realidade, o que nos auxilia a jogar dentro das regras e possibilidades sociais a qual estamos inseridos (Silva, 2020).

Embora habitemos sobre o mundo, frequentemente olhamos para ele sem ter uma compreensão mais aprofundada, guiados apenas por racionalidade prática e pouca reflexão sobretudo, a partir desse contexto, é de total responsabilidade da sociologia criar um senso de estranhamento e curiosidade nos alunos, fundamentando em suas referências teóricas, a fim de promover uma desnaturalização nos fenômenos sociais. Essa abordagem visa evidenciar que a história é construída coletivamente pelos sujeitos e que tal construção é moldada pelas circunstâncias que os envolvem no meio social, político e econômico (Carvalho Filho, 2014).

É justamente esse o propósito da sociologia, fazer com que os alunos do ensino médio, através de metodologias ativas, onde façam com que os alunos apresentem esse estranhamento e desnaturalização do mundo tido como “normal”, fazer com que eles se questionem sobre todas as coisas que existem ao seu redor, e ver que a sociedade pode sim ter sempre mais alguma alternativa para organizar o meio social de alguma forma (Heller, 1991).

Não podemos deixar com que o ensino de sociologia enfraqueça, sabe-se a grande importância que cada disciplina trás para vida dos estudantes, principalmente no ensino médio, onde já estão se

encaminhando para uma vida de empoderamento e precisando cada vez mais obter pensamentos críticos sobre o seu meio social, mas não podemos deixar que os alunos percam essa vontade de descobrir e redescobrir tudo ao seu redor.

Aprofundando ainda mais os significados com pensamento de Heller (1991), encorajar os alunos a terem esse olhar de estranhamento e desnaturalização das relações sociais, implica em reconhecer-se como sujeito imerso em um mundo em constante processo de formação e transformação, tanto como produto quanto como agente ativo dessa história em evolução. Em suma, resulta em facilitar a transição de uma individualidade meramente particular, caracterizada pelo individualismo, para a compreensão do caráter social da personalidade humana, que enriquece tanto objetiva quanto subjetivamente a individualidade, acredita-se que essa é a alma do pensamento crítico.

### **1.3.2 O ensino de sociologia na perspectiva das metodologias ativas**

As metodologias ativas de ensino começaram a ser colocadas em pauta na década de 1980. Estas buscavam responder à infinidade de fatores que interferiam no processo de aprendizagem e que impossibilitavam os alunos de desenvolverem as diversas habilidades propostas pelo ensino. As metodologias ativas, segundo Teotonia e Moura (2020, p. 9), tem como objetivo:

[...] projetar no sujeito aprendente a capacidade de se colocar como agente que desenvolva o protagonismo na conquista da própria aprendizagem, buscando encontrar soluções para um problema ou uma situação que motivem a construção de meios para apontar alternativas que possam agregar conhecimentos e trazer

estratégias para se chegar a uma aprendizagem que possa modificar a si mesmo ou o seu entorno.

As metodologias são utilizadas como base para a construção do conhecimento individual e coletivo, tanto com alunos do ensino fundamental quando os do ensino médio, pois são ferramentas necessárias para um uso diário pelos professores. Na área da sociologia, o principal foco do uso dessas ferramentas são para fazer com que os alunos criem seu pensamento crítico e construtivo diante da sociedade em que vivem (Brasil, 2006).

Várias são as metodologias que podemos usar para fazer com que os alunos tenham essa vontade de questionar questões relativas à sociedade, em saber se tudo está no seu devido lugar, muitas das vezes, para explorar essas curiosidades, basta ir além do que apenas uma leitura, mas sim, pesquisar e querer saber a longa história da nossa humanidade e de nossa realidade (Silva Sobrinho, 2007). Muitos alunos em seu dia a dia, utilizam várias maneiras de estarem conectados com a tecnologia. A principal ideia é fazer com que através dessa ligação que eles têm em cima disso, poder aproveitar o máximo para abordarem e trabalhar com essas tecnologias em sala de aula.

Potencializar o ensino de sociologia através de metodologias ativas, representa uma abordagem pedagógica que busca modificar a dinâmica da sala de aula, colocando os alunos como os principais agentes do processo de aprendizagem. Essa prática educacional, defendida por diversos teóricos e pesquisadores da área da educação, propõe uma quebra com o modelo tradicional de ensino, onde o professor é o centro detentor do conhecimento. Em contrapartida, destaca-se a importância da participação ativa dos estudantes na construção do saber, o que favorece uma aprendizagem mais significativa e contextualizada (Freire, 1996).

Podemos apresentar abordagens de ensino que falem sobre a importância de mostrar a necessidade de focar não só apenas em conteúdo de aprendizagem, mas também dar enfoque aos procedimentos, estratégias e métodos de ensino que faram com que o aluno realmente tenha interesse em aprender.

Como destaca Bordenave e Pereira (1986, p. 84) devemos ir em busca de uma aprendizagem de maior qualidade, onde a:

[...] seleção de atividades de ensino-aprendizagem é importantíssima, porque dela dependerá o aluno crescer ou não como pessoa. Porque enquanto o conteúdo da matéria informa, os métodos formam. Assim, por exemplo, se o conteúdo da matéria a ensinar é o conceito de liberdade, a transmissão deste conteúdo apenas informará ao aluno sobre a definição de liberdade; o método que o professor utilizar para ensinar-lhe é o que realmente fará o aluno viver e sentir o que é a liberdade. O método lhe ensinará a ser livre ou ser dominado. De fato, um professor que ensine sobre liberdade de forma autoritária e despótica, formará pessoas passivas e oprimidas, que sabem só em teoria o que seja liberdade. O tipo de atividade forma o caráter do aluno, ainda mais que o conteúdo.

Deve-se buscar estratégias e formas diferentes de fazer com que os alunos procurem aprender cada vez mais, trazer para as aulas assuntos em que os alunos queiram debater e aprender. Trazendo tudo isso para um novo método de ensino, precisa-se fazer com que os professores tenham interesse em se profissionalizar com as atividades diferentes em sala de aula, pois as metodologias ativas fazem com que os alunos despertem a curiosidade de fazer críticas que realmente faram sentido em assuntos políticos, econômicos e sociais. Destaca Saint-Onge (1999, p. 32) que:

Para abordar a questão do interesse dos alunos pelo estudo das matérias escolares do ponto de vista do ensino, é

preciso recordar este princípio fundamental: quando se ensina, ensina-se sempre algo a alguém. O professor não pode contentar-se em dominar esse “algo”, a matéria. É necessário levar em conta a pessoa a quem se ensina e, sobretudo, as condições nas quais se pode estabelecer, de forma positiva, uma relação entre a pessoa e a matéria. [...] É preciso buscar as condições nas quais uma matéria pode despertar o interesse.

A fim de atingir os propósitos de um ensino inspirador e desafiador, as abordagens ativas, por meio de aulas personalizadas, têm grande valor, uma vez que possuem o poder de instigar o interesse dos alunos, os quais se engajam de forma ativa explorando conceitos teóricos, ao mesmo tempo em que oferecem novas visões, interpretações e elementos a partir de suas experiências, passando, assim, a serem valorizadas pelo professor.

É inevitável esconder que os alunos do ensino médio estão passando por transformações ao longo dessa caminhada, da adolescência para a fase adulta. Essa fase é muito importante para o ensino aprendizagem dos alunos, uma fase em que estão em evolução com seus pensamentos críticos. Segundo abordagem de Martins (1994) no ensino médio brasileiro, o objetivo principal da sociologia é promover o pensamento crítico dos alunos sobre a realidade social e a formação cidadã de cada um, ao mesmo tempo em que busca fazê-los compreender a sociedade de qual fazem parte e exercem seu papel de cidadãos. Todas essas mudanças interferem diretamente em suas motivações e interesses, por conta disso, é muito importante, nessa caminhada onde seremos futuros professores, saber implementar as metodologias ativas nas aulas de sociologia, onde irá permitir aos alunos um melhor desenvolvimento das capacidades e habilidades que são necessárias para viver no meio social em meio a modernidade.

Na sociedade atual, é essencial que os jovens não apenas compreendam seu papel e sua posição, mas também, sejam capazes de

questionar e agir de forma crítica. O progresso de uma sociedade depende de seu povo, e nesse contexto, a educação desempenha um papel crucial, e é através dela que os jovens devem ser incentivados a desenvolver-se plenamente como seres humanos.

## 1.4 A DIVERSIDADE CULTURAL E SOCIAL NO CONTEXTO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Utilizar as diversidades culturais e sociais que envolvem os estudantes em casos reais do seu dia a dia, é muito favorável para um aprendizado mais significativo, pois assim, conseguimos fazer com que os mesmos entendam o verdadeiro sentido de como estudar e compreender a sociedade através do próprio cotidiano de cada aluno.

Quando falamos em diversidades, precisamos ter em mente que isso não significa dividir, mas sim unir a sociedade, discutir sobre diversidade de maneira positiva implica em formar cidadãos mais conscientes e ao mesmo tempo fazer com que aprendam a respeitar as diferenças. Uma das principais metas na área educacional é estabelecer escolas inclusivas e participativas com relação as várias atividades desenvolvidas tanto pelas escolas quanto pelas redes. De acordo com o Decreto-Lei n.º 54/2018, é definido que os estudantes devem absorver os conhecimentos e habilidades adquiridos por meio da educação, independentemente de suas diferenças individuais, formando assim cidadãos capazes e integrados na sociedade, sendo assim, a diversidade é vista como um enriquecimento para as escolas, sobretudo para os alunos (Brasil, 2018).

Alcolado (1998) afirma que o conceito de diversidade tem gerado inúmeras controvérsias, uma vez, que existem diversas definições, no entanto, é importante que na sua definição constem a equidade, a

riqueza e a heterogeneidade. Destaca ainda em seu contexto, uma ideia de diversidade mais ampla no sentido da palavra com múltiplas acepções e dimensões (cultural, social, linguística, pessoal, entre outros). Em um ambiente escolar, a diversidade indica uma categoria descritiva e crítica de uma realidade escolar.

A diversidade cultural está presente na sociedade atual e é fruto da crescente movimentação global de diferentes etnias e indivíduos de outros países que fazem parte da nossa sociedade. Essa grande multiplicidade de cultura e conhecimento provém de diversas comunidades, grupos e identidades de imigrantes que se organizam em sociedades diferentes das suas origens. Isso enriquece a nossa sociedade, trazendo uma vasta gama de perspectivas, tradições e saberes que contribuem para o desenvolvimento e a integração social.

Em nosso país, observamos que ao longo de sua história, uma formação cultural bastante singular, caracterizado por diversos conflitos e pela convivência de diferentes culturas, influenciadas pelos imigrantes europeus que chegaram aqui no século XV e se estabeleceram em várias regiões do país, especialmente no Sul. Essa imigração contribuiu significativamente para a diversidade cultural que existe atualmente, auxiliando na formação de uma nação de grande magnitude (Francisco, 2019).

Estamos inseridos em uma sociedade onde abordar temas como cultura, diversidade e identidade é uma tarefa complexa para o docente. Sabemos que, especialmente ao tratar das diversidades, é essencial promover uma reflexão imediata sobre a situação, a fim de conviver e lidar de forma mais eficaz com as diferenças, buscando resolver os desequilíbrios. Assim como as interações acontecem em grupo, é também em grupo que procuramos mudar nossas atitudes diante da diversidade. Essa abordagem coletiva é fundamental para fomentar um ambiente de

respeito e inclusão, contribuindo para uma convivência harmoniosa e justa. Segundo Gomes (2003, p. 17) a diversidade cultural

[...] é na realidade uma construção social humana ao longo do desenvolvimento histórico cultural, por meio de processos adaptativos da humanidade ao meio social e no contexto das relações de poder. Nessa perspectiva, mesmo os aspectos tipicamente observáveis, que aprendemos a ver como diferente a partir do nosso nascimento, só passaram a ser percebidos dessa forma, porque nós, como sujeitos sociais, no contexto da cultura, assim os nomeamos e identificamos.

O autor ainda destaca que as relações sociais vêm ao longo do tempo construindo um processo histórico de produção de diferentes valores culturais, formando uma ampla diversidade social onde as relações de poder são evidentes. Sendo assim, na medida em que um grupo se acha superior ao outro discrimina e marginaliza o outro.

É essencial utilizar as diversas culturas e realidades sócias dos alunos como elementos inovadores no processo de ensino e aprendizagem, especialmente nas aulas de sociologia. Ao fazer isso, promove-se a inclusão ao valorizar e respeitar as diferentes culturas e experiências dos estudantes, criando um ambiente escolar mais acolhedor e respeitoso. Incorporar as experiências e perspectivas nas discussões em sala de aula, torna o conteúdo e as aulas de sociologia mais contextualizadas, permitindo uma compreensão mais ampla e relevante, enriquecendo a educação e tornando-a mais significativa para todos os envolvidos.

Para Gomes (2007) explorar as variadas culturas e a realidade social em que os alunos vivem, também estimula o desenvolvimento da empatia e compreensão entre eles, podendo se aprofundar nas vivências e visões de mundo alheias, colaborando para a formação de uma comunidade mais compreensiva com os problemas em geral. A capacidade de se colocar no lugar do outro é fundamental para a convivência pacífica em

uma sociedade plural, onde percebemos que os alunos nesse mundo cheio de tecnologias, tem a dificuldade de interagirem entre eles, muita das vezes na própria sala de aula, onde não participam e não conhecem nem mesmo a realidade do colega que está ao seu lado, apenas passam o dia na escola sem muita curiosidade em saber e talvez tentar resolver algo que pode ser prático (Gomes, 2007).

Enquanto isso, ao apresentar os estudantes a diversas perspectivas e vivências, fomenta-se a reflexão crítica, encorajando-os a investigar ideias preconcebidas e padrões, essa abordagem promove competências analíticas e críticas fundamentais para uma compreensão mais abrangente da sociologia e da comunidade como um todo.

Abranger e fazer essa união de metodologias ativas com a utilização das representações das diversas culturas, é totalmente importante, pois implicará com o aluno a querer saber sempre mais, a se questionar sobre as demais culturas além daquela em que já está acostumado a vivenciar. Trazer essa abordagem mais lúdica, tanto de jogos manuais quanto tecnológicos, faz com que o docente amarre a atenção dos alunos em sua aula, fazendo assim, com que aplique aulas bem mais atraentes para os mesmos (Torres, 2020).

Por meio de metodologias ativas e jogos lúdicos, podemos observar a evolução do ser humano antes mesmo da evolução das tecnologias, observamos que tanto crianças, jovens, adultos ou pessoas idosas utilizam maneiras de participar da vida em sociedade por meio de interações sociais. Como destaca Kiya (2014, p. 7) onde exalta que “o jogo sempre esteve presente em diferentes culturas. O homem, adulto, criança, idoso ou adolescente, sempre fez uso do jogo, geralmente com finalidade lúdica, mas não somente com essa finalidade”, ou ainda em Souza (2021, p.7) onde destaca que “ao final de uma aula, era provocada a curiosidade dos alunos, criando uma expectativa de novas experiências

nos próximos encontros”, que aborda a curiosidade como elemento das atividades em sala de aula.

Isso nos mostra o quão importante essa maneira de ensinar é interessante para os alunos, fazer uso de recursos onde destaca a participação ativa dos alunos, se torna muito mais atrativo em sala de aula. Precisamos fazer com que os alunos sintam interesse nas próximas aulas que viram durante a semana, destacando sempre a importância do ensino e aprendizagem em sociologia.

Usando a diversidade cultural como ponto de partida no processo educativo, Brandão (2002), nos mostra que pode haver uma estratégia pedagógica com práticas significativas para os aspectos culturais dos sujeitos envolvidos com diferentes culturas, nas quais esses sujeitos reconheçam as diferenças, as questões de desigualdades, e que os leve a refletir e rever suas próprias condutas a respeito da diversidade cultural, e assim fortalecer a educação para uma boa interação entre o estudante e o ambiente educacional ao qual este faz parte. Nesse sentido, o papel do docente é de suma importância, pois ele deverá ser consciente desse processo e procurar concretizar experiências que tenham significados para os estudantes e oportunize vivências sociais e culturais que os envolvam e que contribua positivamente na construção de sua identidade (Brandão, 2002).

Além disso, o autor destaca ainda que educação é cultura, pois na medida em que a aprendizagem de sistemas culturais ocorre, a cultura do educando está sendo ampliada. Ele nos alerta para a riqueza dessa pluralidade que nos conduz a refletir sobre a instituição escolar como fonte de cultura e educação. A escola tem a capacidade de proporcionar como legado aos seus frequentadores: instrução formal, formação pessoal, social e também o despertar da capacidade de compreender que a educação escolar é uma das modalidades que articulam os processos de propagação de uma cultura (Brandão, 2002).

Nesta perspectiva, pode-se apresentar o pluralismo, que implica principalmente em promover o diálogo entre todas as culturas geradas pelos diversos grupos sociais ao longo da história. Esse diálogo pode ser compreendido através da evolução da sociedade, constituída por indivíduos que se desenvolvem simultaneamente à construção de novas relações com o ambiente em que vivem. Esses indivíduos trazem suas heranças culturais e interagem com os outros, enriquecendo o tecido social e fomentando um entendimento mais profundo e respeitoso das diversas culturas. Dessa maneira, a escola tem o papel de incluir a todos, valorizar as diferenças e nunca excluir alguém por causa de sua identidade singular (Gomes, 2007).

Por meio desse contexto, cabe ao professor problematizar a realidade, identificando e discutindo as questões das relações e situações que surgem em sala de aula. É importante mostrar aos alunos como existem grupos e movimentos que exercem poder ao impor padrões específicos relacionados a conceitos de homem, política, religião, arte, cultura e educação, muitas vezes desconsiderando as individualidades e a democracia em busca de manter o controle.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Os procedimentos metodológicos desempenham um papel crucial no avanço de uma pesquisa. Neste estudo, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental. Segundo Gil (1999) a pesquisa bibliográfica é uma abordagem sistemática que visa identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as informações disponíveis. Essa modalidade de pesquisa não envolve a coleta de dados diretamente da realidade, mas sim a análise crítica e organização do conhecimento já existente sobre um determinado tema. Por outro lado, a pesquisa documental, como descrito

por Marcelino (2020) envolve a busca por obras relevantes, a leitura e análise cuidadosa do conteúdo, a identificação de conceitos-chave e a compilação das informações de maneira coerente.

Assim, este projeto utilizou a pesquisa bibliográfica para revisar numerosos artigos encontrados em plataformas como Portal de Periódicos CAPES, Scielo, Google Acadêmico, livros e e-books pertinentes ao tema e autores relevantes. A pesquisa documental concentrou-se em documentos educacionais relacionados ao assunto deste estudo. A inserção das metodologias ativas no processo de ensino-aprendizado na sociologia é fundamental para o desenvolvimento dos alunos do ensino médio, fazendo com que eles se envolvam no processo de pesquisa e desenvolvimento da sociedade, promovendo para cada um, um conhecimento intelectual e a realidade de cada sociedade diferente. Sabemos que muitos alunos, mesmo morando em municípios pequenos, não conhecem a verdadeira realidade dos outros bairros que os rodeiam, fazendo assim, com que não tenham conhecimento das dificuldades enfrentadas pela mesma sociedade em que vivem.

Para a realização da pesquisa, serão utilizadas as seguintes metodologias:

- Tecnologias e recursos digitais: utilizar aplicativos (gamificação), ferramentas online e recursos interativos que incentivem a prática do interesse em conhecer o que os pensadores falavam e o que ocorre no meio social na
- contemporaneidade através de vídeos, podcasts e jogos interativos;
- Música e teatro: explorar letras de músicas que critiquem e mostrem a verdadeira realidade da nossa sociedade brasileira e os desafios enfrentados pela sociedade;

- Entrevistas e apresentações: fazer entrevistas com colegas da sala, parentes em casa ou pessoas na rua questionando sobre quais as dificuldades que enfrentam no meio social, cultural e até mesmo intelectual, procurando compreender as diversidades e desigualdades que estamos envolvidos;
- Debates: organizar debates em sala de aula sobre questões controversas ou temas atuais relacionados à sociologia, isso acaba estimulando o pensamento crítico e o desenvolvimento de habilidades argumentativas;
- Sala de Aula Invertida: pedir aos alunos para estudarem um conteúdo em específico em casa através de leituras, vídeos ou outros recursos, e reserve o tempo em sala de aula para discussões, atividades práticas ou projetos;
- Estudos de Caso: utilizar estudos de casos reais ou fictícios para ilustrar conceitos sociológicos para ajudar os alunos a aplicarem a teoria à prática e a compreenderem a relevância da sociologia em contextos do mundo real, gravando vídeos no contexto da realidade atual e apresentando em sala de aula.

Percebemos que a maioria dos alunos ficam inseguros em sala de aula quando o professor aborda algum assunto específico, principalmente as teorias dos pensadores, o que para alguns julgam estar fora do contexto de aprendizagem e difíceis de compreender. Levando isso em consideração, o professor, como mediador, precisa se adaptar ao uso das novas tecnologias que podem ser implementadas através das metodologias ativas, trazendo cada vez mais atividades que envolvam os estudantes como agentes ativos no processo de aprendizagem.

Dessa forma, os alunos se sentirão mais interessados em aprender, pois, como sabemos, principalmente no primeiro ano do ensino médio, eles entram na escola sem entender como essa matéria agregará valor

ao seu cotidiano. No entanto, ao começarem a aprender, percebem que a sociologia é tão importante quanto as outras disciplinas. O ponto principal é que os jovens de hoje estão muito ligados à tecnologia, e é fundamental que o docente transforme seu modo de ensino para chamar a atenção deles no processo de aprendizagem.

É de suma importância ressaltar que ao decorrer da aplicação do projeto, poderá haver a necessidade de acrescentar ou modificar as metodologias descritas.

## REFERÊNCIAS

ALCOLADO, Pedro. **Conceitos e Índices Relacionados à Diversidade**. Avicennia 1998.

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Tradução Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BERBEL, Neusi. As metodologias ativas e a promoção da autonomia dos estudantes. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011.

BORDENAVE, Juan Díaz; PEREIRA, Adair Martins. **Estratégias de Ensinoaprendizagem**. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm).

BRASIL. **Orientações curriculares para o ensino médio volume 3**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação – **Parâmetros curriculares nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, MEC, 1999 – Ciências Humanas e suas Tecnologias V.4.

COSTA, Cristina. Revista: **Sociologia**: Introdução à ciência da sociedade. 2.ed. São Paulo: Moderna, 1997.

CHAKUR, Cilene Ribeiro de Sa Leite. **Fundamentos da Prática Docente**: Por uma Pedagogia Ativa. Paideia. FFCLRPUSP, Ribeirão Preto, fev./ago. 1995.

CRUZ, Dulce Márcia. Jogar, analisar, criar jogos e refletir sobre seu uso em práticas pedagógicas. **Revista da FAEEBA: educação e contemporaneidade**. Salvador, v. 30, n. 64, out./dez. 2021.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

FEIJÓ, Fernanda. **A sociologia contemporânea na sala de aula**: (re) pensando algumas perspectivas para o ensino das ciências sociais no ensino médio. Dissertação de Mestrado em Sociologia da Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. SP, 2012.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

FERNADES, Florestan. **O Ensino da Sociologia na Escola Secundária Brasileira**. In: I Congresso Brasileiro de Sociologia, 1954. São Paulo. Anais... São Paulo, p. 59-80, 1954. 89 p.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **O ensino de sociologia como problema epistemológico e sociológico**. Educação e Realidade. v. 39, n. 1. jan./mar. 2014. Disponível em: Acesso em: 27 abr. 2014.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira. **Diversidade cultural no Brasil**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/diversidade-cultural-nobrasil.htm>. Acesso em: 12 jul. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1997.

GIL, Antônio. Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e Diversidade Étnico cultural**. In: RAMOS, Marise Nogueira; ADÃO, Jorge Manoel; BARROS, Graciete Maria Nascimento. (coord.). **Diversidade na Educação: reflexões e experiências**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica/MEC, p. 67-77, 2003.

GOMES, Nilma Lino. **Indagação sobre o Currículo: Diversidade e Currículo**. (org.), Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf>. Acesso: 1 jul. 2019.

HATUGAI, Érica Rosa. **Metodologia do ensino de sociologia**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017. 200 p.

HELLER, Agnes. **Sociología de la Vida Cotidiana**. 3ªed. Barcelona: Ediciones Península, 1991.

IANNI, Octavio. A sociologia numa era de globalismo. *In*: Ferreira, Leila da Costa (org.), **A sociologia no horizonte do século 21**. São Paulo, Bom Tempo, p. 13, 1997.

KIYA, Marcia Cristina da Silveira. **O uso de jogos e de atividades lúdicas como recurso pedagógico facilitador da aprendizagem**. Governo do Estado do Paraná, volume II, 2014.

MARCELINO, Carla Andréia Alves da Silva. **Metodologia de pesquisa** [recurso eletrônico]. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/>.

MARTINS, C. B. **O que é sociologia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MILLS, Wright. **A imaginação sociológica**. Tradução Waltensir Dutra. 2. ed., 1969.

MORÁN, José. **Mudando a educação com metodologias ativas**. *In*: SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Ofelia Elisa Torres (org.). *Coletânea Mídias Contemporâneas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens*. Vol. II. PG: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015.

MORÁN, José. **Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda**. São Paulo. 2013.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro, Editora DP&A, 2000.

SAINT-ONGE, M. **O ensino na escola: O que é? Como se faz?** São Paulo: Edições Loyola, 1999.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Formação Docente para a Educação Infantil e Séries Iniciais.** Florianópolis, 1998.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica.** Florianópolis 2014.

SILVA SOBRINHO, Helson Flavio da. “Eu Odeio/Adoro Sociologia”: sentidos que principiam uma prática de ensino. *In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*, 2007. Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2007. 18 p.

SILVA, Roniel, Sampaio. **Como a sociologia pode ajudar em nossa vida pessoal?** Sergipe. CODAP 2020.

SOUZA, Luciana Jesus de. **Jogos como recurso pedagógico: EJA e suas capilaridades.** Ensino Em Perspectivas, 2021.

TEOTONIA; MOURA. **Metodologias ativas na aprendizagem:** um desafio para o professor do século XXI. Formação Docente e Trabalho Pedagógico: Diálogos Fecundos. org. Andréa Koachhann. Editora Scotti, Goiânia, p. 193- 209, 2020.

TORRES, Ana Carolina Silva. **A aprendizagem significativa de sociologia a partir de metodologias ativas.** 2020. Dissertação (Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

VARGAS, Francisco E. Beckenkamp. **O Ensino da Sociologia:** Dilemas de uma disciplina em busca de reconhecimento. 2011. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2011/10/ARTIGO-O-Ensino-daSociologia.pdf>. Acesso em: 05 set. 2018.

VIANA, Maria Aparecida Pereira. **Internet na educação**: novas formas de aprender, necessidades e competências no fazer pedagógico. *In*: MERCADO, L. P. L. (org.) Tendências na utilização das tecnologias da informação e comunicação na educação. Maceió: EDUFAL, p. 228, 2004.

WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. Ed. Cultrix, 2002.

# Posfácio

## O ENSINO DE SOCIOLOGIA

A reflexão sobre os processos de ensino da Sociologia, o estudo dos princípios sociológicos e a relação entre educação, trabalho e cidadania são fundamentais para a construção de um campo educacional que valorize uma formação humana ampla, voltada para a convivência pública e democrática. Além disso, dentro da complexidade de temas e problemas envolvidos nos processos educacionais, a relação entre Sociologia e escola ganha relevância na atualidade, ao compor leituras e princípios éticos que criam possibilidades para uma educação crítica, transformadora e emancipatória, combatendo modos de vida autoritários ou reacionários.

Os oito textos apresentados neste livro nos reconduzem a uma Sociologia crítica inserida na realidade e em seus desafios atuais. Assim, instigados a pesquisar sobre a realidade e a complexidade do ensino sob uma perspectiva sociológica, os autores nos apresentam percursos e leituras que nos aproximam das vivências educacionais e das possibilidades de uma compreensão sociológica aprofundada e colaborativa.

A Sociologia, em diálogo aberto com a educação, é um campo que analisa as interações entre educação e sociedade, explorando como estruturas sociais, culturais e econômicas influenciam os processos educativos. Em um mundo em constante transformação, é essencial adotar uma abordagem educacional integrada que considere as necessidades e os contextos dos alunos, promovendo um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e eficaz.

Uma educação baseada na compreensão dos contextos dos estudantes reconhece que cada indivíduo traz consigo experiências únicas,

culturais e socioeconômicas, que devem ser vistas como recursos valiosos, e não como obstáculos. A colaboração entre educadores, estudantes e comunidades é essencial para desenvolver referenciais teóricos e soluções inovadoras que abordem os desafios educacionais contemporâneos, como a desigualdade de acesso à educação e ao trabalho, e a falta de engajamento dos alunos no processo decisório e na construção social.

Promover parcerias entre pesquisadores, escola e comunidade permite que os educadores compreendam melhor as realidades enfrentadas pelos alunos, possibilitando a criação de currículos que reflitam suas vivências e interesses. Projetos que envolvem a comunidade podem enriquecer a aprendizagem, conectando o conteúdo escolar a questões reais e locais, aumentando, assim, a relevância da educação.

Além disso, a colaboração entre educadores é crucial. A troca de experiências e estratégias permite a realização de diagnósticos de época fundamentados em princípios sociológicos e a construção de práticas pedagógicas mais eficazes, adaptáveis às necessidades dos alunos e da comunidade. Formações continuadas e espaços de diálogo são essenciais para que os educadores possam refletir sobre suas práticas e buscar soluções conjuntas para os desafios enfrentados no mundo do trabalho, na conciliação entre escola e trabalho e na composição interdisciplinar que desenvolva uma educação para a cidadania.

Ao longo dos textos apresentados, destacam-se temas que trazem contribuições relevantes para o desenvolvimento de estudos e práticas sociológicas no contexto escolar. Vale ressaltar que o espaço escolar não é isolado do mundo de vivências externas, mas uma extensão diretamente ligada àquilo que a escola desenvolve.

Dessa forma, os temas abordados nos capítulos envolvem duas dimensões principais. Primeiramente, a dimensão da pesquisa e da busca por entendimentos fundamentados em critérios científicos, o que afasta as opiniões simplistas do senso comum. Quando esse senso

comum substitui o critério científico, há um risco de fundamentalismo e dogmatismo desnecessário. A segunda dimensão diz respeito à transformação das práticas sociais. Ao estender os estudos sociológicos para além dos muros da escola, criam-se condições para a transformação da sociedade. Essa transformação – integrada à Sociologia – pode qualificar as vivências sociais, as relações de trabalho, as práticas culturais e preparar as pessoas para novas tecnologias, especialmente em relação à emergência da Inteligência Artificial (IA).

Os textos analisam temas como o mundo do trabalho (capítulo um); a relação entre trabalhadores e a educação de qualidade (capítulo dois); desigualdades sociais e o mercado de trabalho (capítulo três); a conciliação entre trabalho e escola (capítulo quatro); desafios e estratégias para estudantes de ensino médio com jornada de trabalho (capítulo cinco); formação cidadã na sociedade contemporânea, abrangendo direitos e deveres (capítulos seis e sete); e a construção de estratégias pedagógicas inovadoras para o ensino de Sociologia no ensino médio (capítulo oito). Esses textos trazem metodologias, fundamentação teórica, análises e reflexões que nos oferecem uma visão abrangente sobre as possibilidades de evolução do ensino de Sociologia. Assim, destaca-se a importância de uma abordagem educacional integrada que considere as necessidades e os contextos dos alunos, promovendo a colaboração entre educadores, estudantes e comunidades para criar soluções inovadoras frente aos desafios educacionais contemporâneos.

Por fim, a inovação na educação não deve ser vista apenas como a introdução de novas tecnologias, mas como um processo contínuo de estudo teórico – dos clássicos aos contemporâneos – adaptação e reinvenção dos processos de ensino e aprendizagem. Isso inclui a implementação de metodologias que incentivem o protagonismo do aluno e promovam habilidades de colaboração, pensamento crítico e criatividade.

É assim que a Sociologia da educação e o ensino da Sociologia nos ensinam que a integração de diferentes atores e a consideração dos contextos dos alunos são fundamentais para uma educação mais justa e eficaz. Ao promover um ambiente colaborativo e adaptativo, podemos enfrentar os desafios contemporâneos e construir um futuro educacional que atenda às necessidades de todos os estudantes.

*Claudio Bertotto*  
*Instituto Federal Catarinense*